



Jorge Manuel Salgado Simões

# Cidades em rede e redes de cidades: O movimento das cidades educadoras

Dissertação de Mestrado em Cidades e Culturas Urbanas,  
sob orientação do Professor Doutor Carlos José Cândido Guerreiro Fortuna,  
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2010



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Jorge Manuel Salgado Simões

# Cidades em rede e redes de cidades: O movimento das cidades educadoras

Dissertação de Mestrado em Cidades e Culturas Urbanas,  
sob orientação do Professor Doutor Carlos José Cândido Guerreiro Fortuna,  
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2010

# ÍNDICE

Índice de figuras	3
Lista de abreviaturas	4
Agradecimentos	5
Resumo	7
Abstract	8
1. INTRODUÇÃO	9
2. CIDADES E REDES DE CIDADES	11
2.1. A cidade, a demografia e a expansão da urbanização	11
2.2. Sustentabilidade, sociabilidades e governança urbana	14
2.3. As cidades numa sociedade em rede	18
2.4. Redes internacionais de cidades	19
Síntese: Das cidades às redes de cidades	25
3. AS CIDADES EDUCADORAS	27
3.1 Antes da cidade educadora	27
3.2 O conceito de cidade educadora	29
3.3 A Carta das Cidades Educadoras	33
3.4 Associação Internacional das Cidades Educadoras	35
3.4.1 Associados	35
3.4.2 Aspectos organizativos	38
3.4.3 Estruturas territoriais e temáticas	40
3.4.4 Congressos internacionais	41
3.4.5 Outros instrumentos	43
3.4.6 Potencialidades, debilidades e futuro da AICE	46
Síntese: Vinte anos a construir a rede	48
4. CIDADES EDUCADORAS EM PORTUGAL	49
4.1. Cidades portuguesas associadas da AICE	49
4.2. A rede portuguesa das cidades educadoras	53
4.2.1 Modelo de funcionamento	53
4.2.2 Congressos nacionais	54
4.2.3 Encontros nacionais	55
4.2.4 Boletim informativo	57
4.2.5 Outras actividades e desenvolvimentos futuros	58

4.3 Cidades educadoras portuguesas em análise	59
4.3.1 Metodologia	59
4.3.2 Évora	60
4.3.3 Santa Maria da Feira	62
4.3.4 Torres Novas	65
4.3.5 Proximidades, dificuldades e oportunidades	67
Síntese: Traços globais do movimento em Portugal	69
5. CONCLUSÃO: DAS REDES DE CIDADES ÀS CIDADES EDUCADORAS	71
Referências Bibliográficas	75
Anexos	78

## ÍNDICE DE FIGURAS

1. Evolução mundial da população total e urbana, relativa a 1950	11
2. Evolução mundial da população urbana e rural	12
3. Evolução mundial da população urbana, países desenvolvidos e países em desenvolvimento	12
4. Evolução da população urbana, por regiões do Mundo	13
5. Tipologia de redes internacionais de cidades	21
6. Exemplos de redes globais	22
7. Exemplos de redes regionais	22
8. Elementos da rede de cidades	23
9. Objectivos da rede de cidades	24
10. Vectores do sistema educador local	31
11. Evolução do número de cidades associadas da AICE	36
12. Cidades associadas no Mundo	36
13. Cidades associadas na Europa e na América Latina	37
14. Número de cidades associadas à AICE, segundo os países com maior representatividade	37
15. Dimensão demográfica das cidades associadas da AICE (%)	38
16. Delegações, redes territoriais e redes temáticas da AICE	40
17. Congressos Internacionais da AICE	41
18. Experiências no BIDCE por região (%)	45
19. Número médio de experiências no BIDCE por cidade	45
20. Pontos fortes e fracos identificados pelos elementos entrevistados	47
21. Evolução do número de Cidades Educadoras em Portugal	50
22. Cidades Educadoras Portuguesas em 2009	51
23. Indicadores das cidades educadoras portuguesas	52
24. Encontros da RTPCE nos últimos cinco anos	56
25. Primeira página do Boletim n.º II da RTPCE	58
26. Apresentação dos entrevistados e municípios em análise	60
27. Exemplo de projecto do município de Évora no BIDCE	62
28. Exemplo de projecto do município de Santa Maria da Feira no BIDCE	64
29. Exemplo de projecto do município de Torres Novas no BIDCE	66
30. Dados de participação dos municípios entrevistados	68

## LISTA DE ABREVIATURAS

AICE	Associação Internacional das Cidades Educadoras
BIDCE	Banco Internacional de Documentos de Cidades Educadoras
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICLEI	International Council for Local Environmental Initiatives
INE	Instituto Nacional de Estatística
MERCOCIDADES	Rede de Cidades do Mercosul
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
OEI	Organization of Ibero-american States for Education, Science and Culture
OMC	Organização Mundial de Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEM	Projecto Educativo Municipal
RECE	Rede Española de Ciudades Educadoras
RTPCE	Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UCLG	United Cities and Local Governments
UE	União Europeia
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

# AGRADECIMENTOS

Tratando-se essencialmente de um trabalho individual, uma dissertação resulta de um amplo conjunto de contributos que, de forma mais ou menos directa, concorrem para um objecto que é, afinal, uma construção colectiva.

Assim, interessa aqui salientar os meus agradecimentos a todos os que participaram neste empreendimento.

O primeiro agradecimento vai para o Professor Doutor Carlos Fortuna que, primeiro pela inspiração, e depois pelo trabalho de orientação e motivação, muito contribuiu para a qualidade do resultado final.

Agradeço a todos os meus colegas e restantes professores do Curso de Mestrado em Cidades e Culturas Urbanas, a oportunidade de integrar um grupo de estudo, reflexão, debate, evasão e convívio, tão importante como significativo, pelas aprendizagens e possibilidades de desenvolvimento pessoal que me proporcionou.

Agradeço às cidades educadoras de todo o mundo, e em particular à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, a inspiração para o desenvolvimento de uma investigação em torno do seu compromisso diário e persistente pela construção de cidades melhores para todos os seus cidadãos.

Agradeço aos elementos entrevistados no âmbito do presente trabalho, toda a amabilidade e disponibilidade demonstrada e, nomeadamente, aos municípios que representam: Évora, Santa Maria da Feira, Torres Novas e Lisboa (Portugal), Barcelona (Espanha), São Paulo (Brasil) e Rosário (Argentina).

Um agradecimento especial à Pilar Figueras, Secretária Geral da Associação Internacional das Cidades Educadoras, e à Maria de Lurdes Rabaça, coordenadora do Gabinete Lisboa, Cidade Educadora, pela amizade, apoio e toda a colaboração emprestada para o presente trabalho.

Agradeço ao Município de Torres Novas, nas pessoas do Sr. Presidente da Câmara Municipal António Rodrigues e da Sra. Vereadora Manuela Pinheiro, a amizade, a confiança e a possibilidade de participar activamente num projecto de desenvolvimento para o concelho.

Agradeço aos meus colegas e amigos, por todos os momentos passados e permanentes palavras de incentivo.

Agradeço a toda a minha família o apoio que sempre me dispensaram, em especial aos meus pais, a quem dedico o presente trabalho.

À Ana, um obrigado por tudo.



## RESUMO

Perante o crescimento das cidades e a intensificação do processo de urbanização, desenvolvem-se, na actualidade, várias abordagens à organização e práticas de gestão urbana. Num contexto de globalização, facilidade de comunicação e de circulação da informação, as cidades têm procurado inserir-se em redes de cooperação à escala internacional, adaptando-se assim a uma sociedade cujo funcionamento é também, e cada vez mais, estruturado em redes. É neste sentido que a presente dissertação de mestrado se enquadra, discutindo as redes de cidades e apresentando o movimento das *cidades educadoras*.

Parte-se da constatação de que a expansão da urbanização se intensificou ao longo de todo o século XX, sendo actualmente, mesmo com diferentes intensidades, transversal à escala global. Hoje, vivemos num mundo definitivamente urbano, em cidades que têm de dar resposta a um número cada vez maior de residentes, a estruturas sociais mais complexas e a novas necessidades de serviços, bens e equipamentos.

A procura de soluções para os desafios que se colocam actualmente aos espaços urbanos tem contribuído para o aparecimento de diferentes tipos de redes de cidades. De escala global ou regional, em torno de uma temática particular ou de cariz generalista, de acesso universal ou restritas a determinadas cidades, estas organizações vão consolidando uma nova tipologia de diplomacia internacional, que afirma o actual protagonismo político, económico e social das cidades.

As *cidades educadoras* são um exemplo de movimento associativo internacional e que junta hoje mais de 400 governos locais de todo o mundo em torno das designadas potencialidades educadoras das cidades, que deverão ser colocadas ao serviço do desenvolvimento integral dos seus cidadãos. Analisam-se as origens conceptuais da rede, os princípios de actuação, a evolução, as lógicas de organização e as actividades desenvolvidas, procurando respostas quanto às motivações das cidades, aos resultados obtidos, às potencialidades e debilidades deste tipo de organizações.

A mesma metodologia é aplicada na abordagem às cidades educadoras portuguesas, onde se exemplifica o funcionamento da rede internacional à escala do território nacional. A análise particular à participação de três municípios portugueses sublinha alguns dos resultados da associação, aferindo-se a correspondência aos objectivos de cooperação propostos e às possibilidades de obtenção de soluções eficazes para a gestão urbana actual.

## ABSTRACT

With the cities growth and the intensification of the urbanization we find several approaches to the contemporary urban management. In the globalization context, with increasing information flows based on more sophisticated communication facilities, the cities have enhanced the participation in international cooperation networks measuring up to the network society model. The presentation of the *educating cities* movement in this thesis is contextualized by the discussion of city networks.

The intensifying processes of urbanization throughout the twentieth century bring us to realize that urbanization is a worldwide reality even if in dissimilar levels. We now live in an undeniably urban world, with cities facing a growing number of urbanites, inhabitants that arrive to greater than ever complex social structures demanding for all sort of services, goods and equipments.

The pursuit of new solutions to the challenges that urban spaces are currently facing is leading the upcoming of different types of city networks. Emerging in a global or regional scale, thematic or generalist, universal or restrict to some kind of cities, this organizations consolidate a new type of international diplomacy that strengthen today's political, economic and social relevance of cities.

*Educating cities* are an example of an international city network, with more than 400 local governments spread worldwide. The movement stresses the designated educating potential of cities in order to maximize the knowledge and skills of their citizens. We analyze its conceptual origins and principles, evolution, organization and major activities, searching for answers about cities motivations, network results, strengths and weaknesses of these organizations.

From this perspective we approach the work of these city associations at a national level focusing the Portuguese educating cities. We highlight some of the results of this association through the examples of three Portuguese municipalities, concluding about the possibilities of city networks succeed in finding effective solutions for today's urban management.

# I. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a gestão urbana tem dado especial relevância a interacção da cidade com outras cidades à escala global, enquadrada pela participação em diferentes modelos de organizações associativas internacionais. Analisar o funcionamento destas redes de cooperação, as suas motivações, formas de organização, actividades, potencialidades e dificuldades, é o primeiro objectivo da presente dissertação, discutindo-se o papel que podem desempenhar na disponibilização de soluções para os desafios com que as cidades se confrontam na actualidade.

Numa sociedade marcada pela volatilidade das suas diferentes estruturas, pela globalização, redes, inovações tecnológicas e transformação do próprio conceito de comunidade, são múltiplos e complexos estes desafios. Para além deste contexto, administrações locais e estruturas de gestão dos espaços urbanos deparam-se ainda com cidades que continuam a crescer em limites e número de habitantes, que têm de oferecer mais e melhores respostas ao nível dos equipamentos e serviços disponíveis, que concentram cada vez mais grupos em convivência e se apresentam, cada vez mais, como espaços de fragmentação territorial, económica e social.

Decorre desta realidade, um protagonismo também crescente das cidades, num mundo policêntrico, definitivamente urbanizado, e onde as escalas local e global são cada vez mais interactuantes. Garantir a sustentabilidade e competitividade dos espaços urbanos, exige pois a adopção de soluções de adaptação a esta realidade, onde se inclui uma gestão estratégica que procure inserir a cidade no espaço das redes produtivas e sociais que a globalização fomentou.

Com uma lógica de integração horizontal, as redes internacionais de cidades oferecem aos seus membros diferentes metodologias de cooperação e partilha de experiências. Estas possibilitam a dupla mais valia de disponibilização de informação trabalhada colectivamente pelos seus membros e o contacto com soluções de gestão já testadas, ainda que noutros locais e contextos. Ao constituírem-se como um novo campo da diplomacia internacional, estas organizações contribuem ainda para a afirmação política dos espaços urbanos na actualidade.

Ainda assim, verificando-se uma crescente procura dos governos locais pela obtenção das vantagens, externalidades e possibilidade de integração global referidas, são também evidentes algumas dificuldades e ambiguidades deste movimento associativo. É difícil criar espaços de diálogo e cooperação entre realidades muito díspares, em contextos sociais, políticos e económicos totalmente diversos, e abordando a multiplicidade de temáticas em questão na cidade actual. Daqui resulta uma relativa invisibilidade dos resultados efectivos deste trabalho em rede, que só poderá ser aferido através da verificação das mais valias, inovações e soluções encontradas para cada um dos espaços urbanos participantes, traduzidas numa melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

Com a presente dissertação pretende-se abordar todo este processo, exemplificando a crescente participação das cidades em redes de cooperação, com a discussão do caso do movimento das *cidades educadoras*. Formalizada através de uma associação internacional com vinte anos de existência, esta rede surgiu da iniciativa política da cidade de Barcelona, e junta hoje cerca de 400 governos locais de todo o mundo, em torno do que se designaram de potencialidades educadoras dos espaços urbanos.

Para o fazer, estruturou-se a investigação em três campos de análise distintos: a reflexão em torno do crescimento das cidades e da relevância actual das redes de cidades; a abordagem global de apresentação movimento das *cidades educadoras*; e a particularização sobre a sua implantação em Portugal.

O primeiro capítulo constitui o referencial teórico da dissertação, apresentando-se e discutindo-se os dados disponíveis mais recentes sobre o processo de urbanização à escala mundial, os principais desafios que decorrem da intensificação deste processo para as cidades e para a sua gestão, e a relevância das redes num contexto marcado pela globalização. Exemplificam-se ainda as tipologias de redes de cidades existentes, os elementos que as estruturam e os objectivos que estão na base da sua constituição.

Na apresentação das *cidades educadoras* parte-se das origens do movimento para perceber as suas motivações, discute-se o conceito de cidade educadora prosseguido, o modo de funcionamento da associação que impulsiona o movimento e os principais instrumentos de trabalho em rede adoptados. Para o efeito, para além de abordagens reflexivas aos documentos disponibilizados pelo movimento, optou-se por efectuar entrevistas a alguns elementos chave da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), e designadamente à sua Secretária-geral, analisando as suas abordagens para concluir sobre o funcionamento, as potencialidades e dificuldades de uma rede de cidades com estas características.

Na análise à implantação do movimento em Portugal utilizou-se a mesma metodologia, verificando como se expande e funciona a rede internacional no contexto territorial do país, acrescida de uma abordagem particular à experiência de participação de três *municípios educadores* portugueses: Évora, Santa Maria da Feira e Torres Novas. Para o efeito, foram também entrevistados elementos destes municípios, procurando perceber as motivações, a operacionalidade e a concretização local da participação na AICE.

Por fim, reflecte-se, a partir do caso apresentado e das conclusões obtidas ao longo da investigação, as possibilidades de relação entre a participação das cidades em redes de cooperação internacional e a obtenção de respostas para as questões com que se confrontam os espaços urbanos na actualidade.

## 2. CIDADES E REDES DE CIDADES

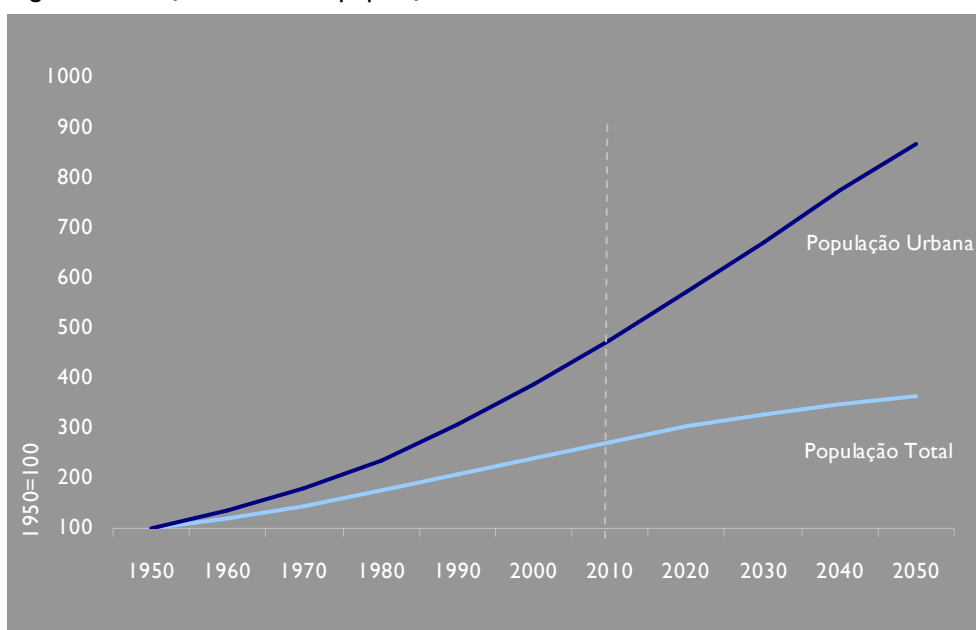
### 2.1. A cidade, a demografia e a expansão da urbanização

Segundo os dados disponibilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), a primeira década do século XXI ficou marcada por uma importante transição social – mais de 50% da população mundial terá passado a residir em espaços urbanos – um marco numa tendência que já se vem registando há pelo menos dois séculos.

Note-se que em 1800, à escala mundial, apenas 27,2 milhões de pessoas residiam em lugares com 5.000 ou mais habitantes. Em 1900 estes espaços concentravam já 218,7 milhões, e em 1950, 716,7 milhões (SALGUEIRO, 1999, p.39). As estimativas da ONU apontam para a existência de cerca de 3.500 milhões de pessoas a residir em espaços urbanos em 2010, ou seja, mais de metade da população mundial, pelo que, “vivemos inequivocamente num mundo urbanizado” (READ, 2005, p.3), que se traduz, no que respeita ao mundo ocidental, e na convicção de Carlos Fortuna, numa “*sociedade fundamentalmente urbana*” (FORTUNA, 2001, p.3).

Não obstante se tratar de uma transformação já muitas vezes abordada, quase um lugar-comum, é incontornável analisar os dados relativos à expansão da urbanização num estudo sobre cidades. Trata-se de um movimento que traduz a multiplicação do número de aglomerados urbanos e a progressiva concentração demográfica. O total de população urbana cresce a um ritmo mais intenso do que o total de população, diferença notada sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, sendo espectável que, pelo menos até 2050, se mantenha esta tendência de maior crescimento da população urbana no total de população mundial (Fig.1).

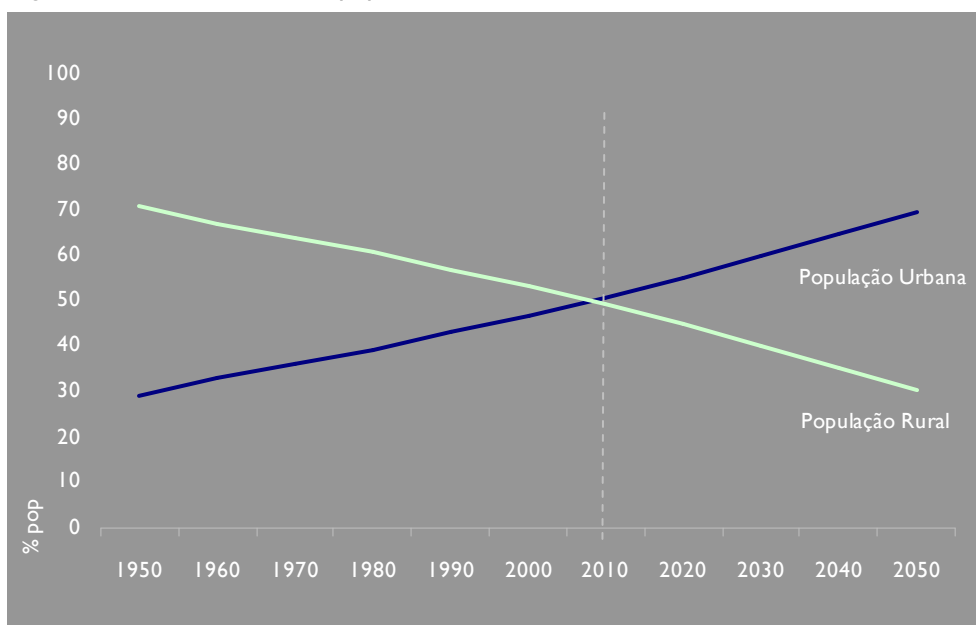
Figura 1. Evolução mundial da população total e urbana, relativa a 1950



Fonte: <http://esa.un.org/unup>

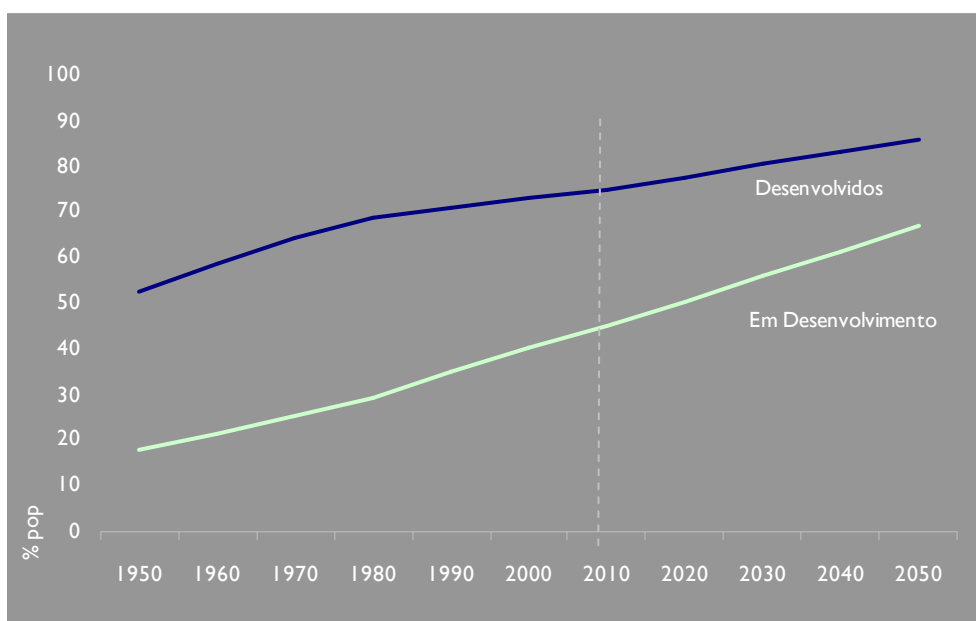
Estima-se que, por dia, 250.000 pessoas se desloquem definitivamente do espaço rural para uma qualquer cidade do Mundo (POZO, 2008, p.26). No espaço de um século (1950-2050), a ONU perspectiva mesmo uma total inversão na proporção existente entre população urbana e rural, substituindo-se a clara supremacia de população rural, existente em 1950 (cerca de 70%), por uma supremacia da população urbana em 2050, aproximadamente nas mesmas proporções (Fig.2).

Figura 2. Evolução mundial da população urbana e rural



Fonte: <http://esa.un.org/unup>

Figura 3. Evolução mundial da população urbana, países desenvolvidos e países em desenvolvimento

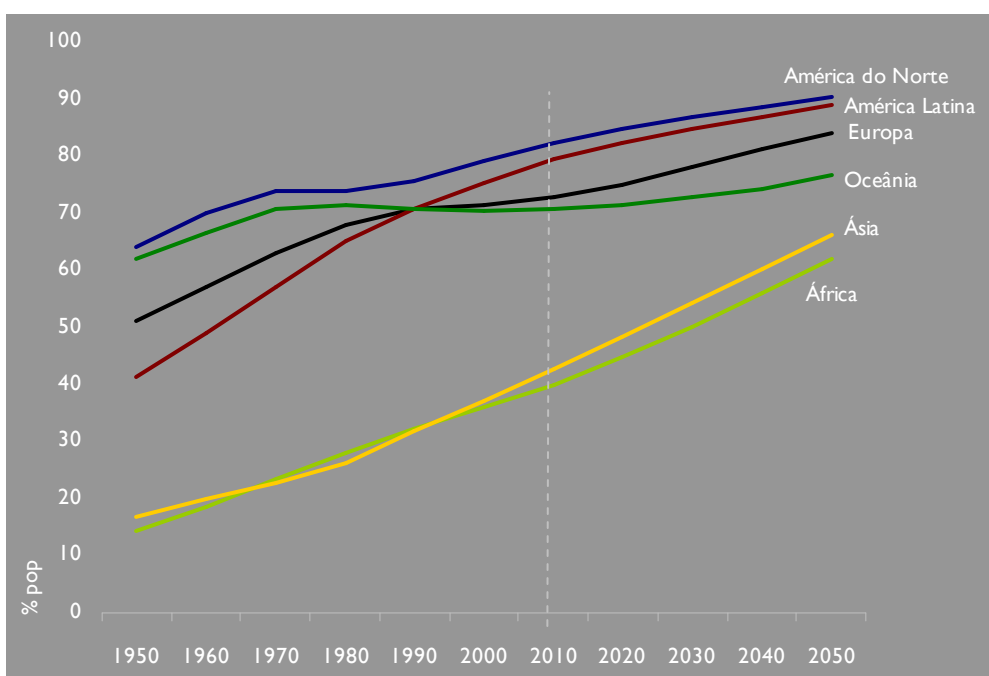


Fonte: <http://esa.un.org/unup>

Ainda assim, são evidentes as desiguais intensidades no crescimento das cidades, o que nos leva a concordar com a referência à necessidade de distinguir urbanização e geografia da urbanização (FORTUNA, 2001, p. 3). Globalmente, verifica-se que a tendência de maior preponderância da população urbana se iniciou a diferentes patamares entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Se nos primeiros, metade da população era já considerada urbana em 1950, nos países em desenvolvimento esta proporção não atingia os 20% nesta mesma data (Fig.3).

Contudo, até à actualidade, registou-se um ritmo de crescimento da urbanização mais intenso nos países em desenvolvimento, que aproximou, e tenderá a aproximar ainda mais, as proporções de população urbana à escala global. O mesmo se conclui se diferenciarmos o mesmo indicador por região mundial, e que nos confirma o carácter universal do crescimento da urbanização (Fig.4).

Figura 4. Evolução da população urbana, por regiões do Mundo



Fonte: <http://esa.un.org/unup><sup>1</sup>

É evidente um ritmo mais intenso de concentração de população urbana na Ásia e África, com destaque também os países da América Latina que, como ponto de partida apresentavam proporções de população urbana mais reduzidas em 1950 e que hoje suplantam já os valores do continente europeu. Ainda assim, o traço comum dos dados existentes, referentes à situação vivida até ao momento e do que é esperado que venha a acontecer até meados do século XXI, é a manutenção da tendência de concentração urbana da população, transversal a todos os continentes.

<sup>1</sup> Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, *World Population Prospects: The 2006 Revision and World Urbanization Prospects: The 2007 Revision*, <http://esa.un.org/unup>, página consultada em 09/07/2009.

Se a urbanização é o processo que reflecte esta progressiva concentração urbana de pessoas, extensível a bens, riqueza e conhecimento, outro dos movimentos deste processo refere-se à tendência para o aumento da própria dimensão das aglomerações urbanas (SALGUEIRO, 1999, p.39). Hoje, mais de um quarto da população mundial vive nas cerca de 450 grandes metrópoles existentes (cidades com mais de um milhão de habitantes). Só as maiores 150 metrópoles concentram em conjunto mais de 1.000 milhões de habitantes, ou seja, um sexto do total de população mundial ([www.citypopulation.de](http://www.citypopulation.de), página consultada em 09/06/2009).

É de salientar o protagonismo das cidades asiáticas na lista das maiores metrópoles mundiais. Analisando as 26 áreas urbanas que em 2009 concentravam mais de dez milhões de habitantes, encontramos duas cidades japonesas, duas norte-americanas, Moscovo, Londres e Paris como únicas representantes europeias. Das restantes, quatro são da América Latina, duas africanas e mais treze cidades asiáticas, para além das japonesas Tóquio e Osaka. Entre estas, destaque para a Índia e para a China, países com três cidades cada nesta lista das maiores aglomerações do Mundo ([www.citypopulation.de](http://www.citypopulation.de), página consultada em 09/06/2009).

Para as próximas décadas perspectivam-se algumas alterações no topo desta ordenação, nomeadamente ao nível das posições relativas das cidades europeias e norte americanas, que, apresentando já dinâmicas demográficas pouco intensas, deverão dar lugar a uma ascendência das cidades asiáticas às primeiras posições.

Assim, um espaço urbano em expansão, ainda que, como vimos, com diferentes intensidades e espacialidades, exige novas respostas ao nível da sua gestão e governança. Num contexto social que se tem alterado significativamente, e que tenderá a continuar a transformar-se, cabe à gestão urbana actual encontrar novas soluções políticas, de participação e de actuação para os desafios que esta realidade nos propõe.

## 2.2. Sustentabilidade, sociabilidades e governança urbana

Se a concentração de população e o aumento da população urbana no total da população mundial são evidências de um maior protagonismo das cidades na actualidade, este movimento encerra em si mesmo uma transformação social com implicações ao nível económico, alterações no sistema ambiental e mudanças do ponto de vista cultural, que não ocorrem necessariamente ao mesmo ritmo de crescimento das cidades.

É necessário fazer esta distinção porque, de facto, “*à evolução linear do crescimento das cidades, corresponde a constituição hesitante, feita de avanços e recuos, daquilo a que chamamos cultura urbana*” (FORTUNA, 2001, p.3). Mesmo que com ritmos e intensidades diferenciadas, assistimos nos últimos anos a uma expansão da urbanização nunca antes conhecida, a uma verdadeira “*universalização do fenómeno urbano, enquanto*



*sistema prevalecente de referências culturais e sociais” (FERRÃO, 2003, p.220), transversal à pequena aglomeração, à cidade média ou à grande metrópole.*

De facto, não se trata apenas da transferência de pessoas no território, mas de um complexo conjunto de transformações que lhe está associado e que nos obriga a pensar o urbano, na actualidade, como algo mais do que a cidade.

Enunciemos duas áreas de análise distintas: sustentabilidade, nos aspectos que respeitam ao território, ambiente físico e ecologia dos lugares; e sociabilidades, referentes às relações humanas e ao ambiente económico e social das cidades dos nossos dias. Estas duas abordagens interligam-se em muitos aspectos e implicam na questão da governança urbana também em análise.

O facto da população se concentrar nas cidades, de pequena e média dimensão ou em cidades que se transformam em grandes metrópoles, pode associar-se às questões do despovoamento e abandono do espaço rural. Mas esse é um tema que não se enquadra nesta abordagem à cidade, ela própria com significativas questões de sustentabilidade: mais pessoas significam mais habitação, uma maior necessidade de circulação, mais investimento na qualificação do ambiente urbano, e uma maior disponibilidade de equipamentos e infra-estruturas de apoio.

Na actualidade, uma das grandes questões das cidades passa pela indefinição dos seus próprios limites físicos. João Ferrão assinala isso mesmo:

*“hoje vivemos cada vez mais em cidades sem confins, palimpsestos complexos onde cascos históricos, subúrbios massificados ou de luxo, interstícios rurais, cidades de média dimensão ou parques naturais, que se articulam entre si no quadro de dinâmicas urbanas de extensão geográfica muito diversificada” (FERRÃO, 2003, p.220).*

A expansão urbana ditou que os centros originais das cidades deixassem de ter condições para assumir a primeira função global que desempenhavam (residencial, comercial e produtiva). As primeiras áreas de expansão, associadas aos desenvolvimentos industriais, também se tornaram preenchidas e obsoletas, e a cidade foi crescendo para a periferia. Subúrbios mais ou menos qualificados, em coroas de diferentes raios que envolvem o espaço urbano em função das vias de comunicação existentes e das acessibilidades ao centro, transformaram profundamente o ambiente da cidade.

Os desenvolvimentos dos meios de transporte, particulares ou públicos, organizaram-se em função destes novos quotidianos urbanos pendulares, entre espaço de residência, trabalho, consumo e lazer. O próprio centro deu lugar a uma multiplicidade de centros, e a periferia deu lugar a várias periferias, identificáveis a partir das razões de acessibilidade aos novos centros.

Este espriar da ocupação urbana obriga a elevados investimentos no que respeita às acessibilidades, mas também na organização de infra-estruturas de base, maiores, mais complexas e com maiores exigências. Abastecimento de água, redes de tratamento de

águas residuais, sistemas de recolha e tratamento de resíduos ou redes de distribuição de energia, são apenas alguns exemplos.

Um outro aspecto prende-se com as necessidades que o fenómeno, transversal a países desenvolvidos e países em desenvolvimento, cidades médias ou grandes metrópoles mundiais, a diferentes escalas, acarreta ao nível da organização e multiplicação do fornecimento de determinados serviços urbanos: os equipamentos desportivos, de educação, de apoio social, a segurança, ou a logística associada às diferentes actividades económicas existentes na cidade.

As pressões sobre o ambiente natural do espaço urbano obrigam também a redobradas atenções na criação de espaços verdes com funções ecológicas primárias, na climatologia urbana, no escoamento e infiltração de águas pluviais, ou na optimização da qualidade do ar. Estes surgem associados a emergentes funcionalidades de lazer, em parques urbanos, parques ribeirinhos, jardins temáticos, ciclovias ou corredores verdes multifuncionais.

São também evidentes os avultados investimentos em operações de requalificação de áreas degradadas, nomeadamente em áreas que sofreram processos de desindustrialização, ou ainda, na criação e disponibilização de sistemas de monitorização que nos apresentam, diariamente, os diferentes indicadores ambientais urbanos e emitem avisos de alerta no caso das condições ambientais constituírem algum tipo de risco para a saúde pública.

Assim, a sustentabilidade dos espaços urbanos, analisada sobre os mais diversos pontos de vista, coloca várias questões de gestão. A sua resolução poderá ser facilitada numa perspectiva global de cidade, como um todo em que interagem os seus diferentes elementos, e em interacção com a sua envolvente.

No que se refere às sociabilidades são frequentes as referências às cidades como espaços de fragmentação social, de crescente individualismo e isolamento, mesmo quando, aparentemente, vivemos todos juntos, num espaço comum onde, como salienta António Arantes:

*“(...) vão sendo construídas colectivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais nas suas mútuas relações” (ARANTES, 2001, p. 259).*

Os laços que fizeram a identidade colectiva da cidade estão, de certo modo, enfraquecidos, o que resulta numa evidente perda do sentido de colectividade e numa parca mobilização para a discussão ou construção de opções de desenvolvimento em conjunto.

Sendo espaços que atraem novos residentes, com mais oportunidades de emprego, maior oferta cultural e melhores infra-estruturas de apoio a vários níveis, as cidades são o palco de uma vasta heterogeneidade social. Associadas às oportunidades oferecidas pelo espaço urbano, surgem também as dificuldades dos que não se integram, as situações de desemprego, os níveis mais elevados de criminalidade,

realidades como a dos sem-abrigo, entre outras manifestações de exclusão características das cidades.

É frequentemente questionada a *sustentabilidade social* da cidade, uma das principais preocupações a ter em conta num cenário de progressiva urbanização da população mundial, associada à questão económica com a qual interage directamente. Qualquer contexto de crise significa mais desemprego na cidade, ou seja, mais tensões sociais para moderar.

As relações económicas da cidade contemporânea são dotadas de uma significativa flexibilidade. Por um lado, a globalização e progressiva integração económica mundial atribui um crescente protagonismo aos espaços urbanos, locais onde se concentram empresas e capitais, onde se instalam as marcas, por onde circulam todos os bens e as principais inovações produzidas. Por outro, num cenário de enorme flexibilidade e imprevisibilidade, não são raras as movimentações da economia, do comércio ou da prestação de serviços, com implicações na organização urbana.

Esta realidade, que tão rapidamente cria novas centralidades como as abandona, relaciona-se também com a progressiva *espectacularização* dos espaços urbanos, alimentada pela digitalização e introdução de novas tecnologias. Não evitando os lugares, como afirma Saskia Sassen, esta *virtualização* cria novas especializações e centralidades afastadas das lógicas territoriais que conhecíamos antes da era digital (SASSEN, 2005, p.145).

Verifica-se assim, que os espaços urbanos da actualidade são marcados por uma complexidade crescente, do ponto de vista da sua organização física, por uma flexibilização e fragmentação da sua estrutura social, e por uma *espectacularização* da sua comunicação. Ora, estas realidades implicam novos modelos de gestão e de governo da cidade, modelos que, genericamente, sejam dotados de maior pragmatismo e flexibilidade na criação de respostas ao contexto descrito.

O planeamento urbano está em crise, desde logo por não se saber onde começam e acabam as cidades. Esta questão leva-nos a questionar o próprio conceito de cidade como espaço perfeitamente identificado, com uma estrutura espacial reconhecida e um sistema de significados que lhe são comuns. A este propósito, Jordi Borja questiona: “*a cidade metropolitana pode ser considerada cidade? E serão as regiões urbanas a nova forma de cidade?*” (BORGA, 2003, p.25). Por outro lado, vivemos um período em que prevalece o efémero e a velocidade, atributos que não são compatíveis com regras de planeamento estáticas e rígidas face à evolução do território.

Do ponto de vista social, gerir uma crescente variedade de raças, etnias, religiões, práticas sociais, de modo a não excluir nenhum grupo, mantendo a harmonia entre eles e conseguindo alguma mobilização colectiva para causas de todos, constitui um dos principais desafios dos espaços urbanos na actualidade.

Outra necessidade é encontrar um quadro de referência comumente aceite, que promova a integração de novos residentes, quebre a fragmentação existente e reaja às

mudanças nas estruturas demográficas, em particular ao envelhecimento populacional que vai marcando os centros originais nas cidades dos países desenvolvidos.

### 2.3. As cidades numa sociedade em rede

A economia globalizada refere-se a um sistema produtivo caracterizado pela progressiva externalização, com as empresas a estabelecerem entre si, fornecedores, produtores de segmentos da produção e prestadores de todo o tipo de serviços de apoio, diferentes fluxos de interação. Neste contexto, são significativas as ligações internacionais potenciadas pelas facilidades de deslocação e maior circulação de bens, capitais e informação. Manuel Castells localiza e caracteriza esta internacionalização da produção da seguinte forma:

*“Durante a década de 90 houve um processo acelerado para internacionalizar a produção, distribuição e gestão dos bens e serviços. Este processo compreendia três aspectos interrelacionados: o crescimento do investimento directo estrangeiro, o papel decisivo das multinacionais como produtoras na economia mundial e a formação de redes de produção internacionais”* (CASTELLS, 2005, p. 142).

Localmente, estes fluxos da economia globalizada, têm o espaço urbano como território predominante, cabendo às cidades o desempenho do papel de centros nodais da complexa rede que se vai estruturando. As hierarquias entre estes espaços estabelecem-se depois segundo o nível de serviços oferecido, tanto mais significativos quanto especializados e qualificados forem, e os níveis de acessibilidade, ou seja, a facilidade de interação com outros pontos das diferentes redes estabelecidas.

De facto, os modelos de localização das actividades económicas alteraram-se significativamente nos últimos anos, sobretudo devido aos avanços tecnológicos e à afirmação da “era da informação”, sem que, contudo, se tenha desvalorizado o papel central dos espaços urbanos “como auguravam os deterministas tecnológicos” (BORJA e CASTELLS, 2002). Ao contrário, é neste contexto que as cidades ganham uma relevância acrescida na economia actual, concentrando o conhecimento, a capacidade inovadora e os elementos mobilizadores do funcionamento das redes.

Decorre desta realidade económica que a sociedade actual é também ela marcada pelo estabelecimento de redes de interação, onde se multiplicam fluxos e ligações em todos os campos do nosso quotidiano. Nesta “estrutura reticular” cruzam-se muitos laços, numa “multiplicidade de pertenças sociais” de fraca intensidade (ASHER, 2010, p. 46). François Asher refere isso mesmo quando afirma:

*“As estruturas sociais que emergem hoje, baseadas em laços fracos e muito numerosos e entre organizações e indivíduos muitas vezes afastados uns dos outros, são de tipo reticular. A sociedade é estruturada e funciona como uma rede, ou, melhor, como uma série de redes interligadas que asseguram uma mobilidade acrescida às pessoas, aos bens e à informação”* (ASHER, 2010, p. 46).

Esta realidade pouco estável, de laços numerosos e de fraca intensidade, é também característica das cidades na actualidade, onde sempre se fez sentir uma irregularidade por oposição ao ambiente “*homogéneo e regulável*” do espaço rural (INNERARITY, 2006, p. 122). Mas esta irregularidade das estruturas urbanas, reforçada pelo número e volatilidade de ligações reticulares que se estabelecem na cidade e entre cidades, constitui mais um dos desafios da gestão urbana actual.

Numa sociedade estruturada em redes, e como espaços em crescimento e de maior complexidade social, as cidades têm de se adaptar para responder a um protagonismo também crescente evidenciado pela globalização (BROWN, 2009, p.9). Para isso, deverão, elas próprias, inserir-se no espaço das redes globais, sob pena de exclusão e perda de competitividade num contexto marcado pelas interacções e fluxos internacionais.

Para a gestão da cidade, a questão passa então por procurar maximizar as potencialidades desta sociedade em rede. Inserir o espaço urbano nesta lógica reticular, conhecer e monitorizar a complexa teia de relações estabelecidas, e mobilizar os resultados das interacções para a obtenção de respostas aos problemas e desafios com que a cidade se confronta na actualidade.

## 2.4. Redes internacionais de cidades

Depois da fase em que prevaleceram as preocupações com as infra-estruturas, da construção de equipamentos e da disponibilização de serviços de base, a administração urbana procura adoptar uma gestão estratégica como resposta às novas necessidades das cidades, complementada por uma melhor articulação entre espaços urbanos e desenvolvimento de uma “*gestão relacional*” da cidade (ESTEVE, 2001, p.23).

Esta perspectiva respeita a uma nova governança urbana, de uma administração que assuma um papel catalizador de vontades, gestor de redes e mobilizador de um novo relacionamento dos vários actores locais, económicos, sociais e culturais. Que crie as sinergias necessárias para os projectos e para a implementação da visão de futuro definida para o território, e que desenvolva inovadores mecanismos de participação pública, com recurso, por exemplo, às novas tecnologias da informação.

Definitivamente, a gestão urbana já não se limita a prover os equipamentos e os serviços que lhe competem legalmente, devendo ultrapassar esta dimensão regulamentar para passar a desempenhar competências que implicam com a perspectiva da gestão relacional referida, em consonância com o conceito de governança. Esta também se estende a uma dimensão externa, através do desenvolvimento de relações com outras cidades, à escala nacional e internacional, com quem se possam inserir num contexto de globalização estruturado em redes, partilhar problemas, experiências ou projectos comuns.

Como entidades mais complexas e diversificadas, a crescer e com especificidades que lhes são inerentes, as cidades não podem, em muitas situações, esperar por uma acção

nacional que é, não raras vezes, tardia, pré-formatada e incapaz. Com mais recursos, mais conhecimento e menos dependentes da escala nacional, por via de um protagonismo político também crescente, as cidades assumem hoje um papel central e activo perante os principais desafios da actualidade.

Da evidência da expansão da urbanização, à confirmação da existência de desigualdades nos ritmos em que ocorre à escala global, e aos desafios que daqui resultam para o urbano, emergem várias interrogações em torno do crescente protagonismo das cidades na actualidade. Neste ponto, discutimos os movimentos ou organizações internacionais de cidades, como exemplo de afirmação deste mesmo protagonismo, numa lógica de integração global que parece estar a criar uma nova diplomacia internacional.

Se não formalmente, na prática, tem-se esbatido nas últimas décadas o papel dos governos nacionais, assistindo-se ao reforço do papel e a uma presença mais efectiva das organizações internacionais ou supranacionais na base das actuações políticas. São disso exemplos a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou a Organização Mundial de Comércio (OMC), ou ainda outras de cariz mais regional como a União Europeia, o Mercosul ou a União Africana.

Por outro lado, como vimos anteriormente, a economia globalizada funciona muito em redes, estruturada por empresas multinacionais que também se organizam em rede, por vários pontos associados aos principais mercados financeiros mundiais, onde circulam todos os bens e se transaccionam todos os capitais. A economia mundial assente no comércio, e centrada em portos e fábricas, deu lugar a uma economia de serviços especializados, concentrados em grandes companhias com representações nas principais aglomerações urbanas, onde se localizam os mercados financeiros mais significativos.

É nesta lógica de integração global em que se inserem também as redes internacionais de cidades. Sobre estas, e observando a sua rápida expansão, Saskia Sassen salienta que os espaços subnacionais, e em particular as cidades, ao se interligarem para além das fronteiras nacionais, abrem espaço para uma nova geografia política internacional (SASSEN, 2001, p.22), para uma nova tipologia de política externa.

Para além de permitirem a integração global referida, Paz Benito del Pozo (POZO, 1997, p. 130) faz notar que as redes internacionais de cidades:

- I. Permitem que os seus membros integrem um sistema de relações superiores;
- II. Permitem o acesso a grandes volumes de informação;
- III. Consolidam-se como mecanismos de desenvolvimento de política externa;
- IV. Reforçam as funções de liderança e imagem;
- V. Contribuem para uma relativa estabilidade de actuações, num ambiente marcado pela mudança contínua.

Contudo, estas redes são também caracterizadas por algumas dificuldades e ambiguidades. Note-se que os contextos e necessidades são diferentes de cidade para

cidade, sobretudo se pensarmos em redes com membros com características muito díspares, algo que poderá inviabilizar o trabalho de cooperação. Por outro lado, como nas redes da economia globalizada, os membros mais fortes e activos tenderão a retirar mais benefícios da rede, o que põe em causa as relações estabelecidas e, no limite, a própria existência da rede (POZO, 1997, p. 130).

Houve um primeiro momento e uma primeira tipologia de redes de cooperação, logo após a II Guerra Mundial, assentes no conceito de cidades geminadas (*sister cities* ou *twin cities*) e surgido com o propósito de reforçar os laços entre países e evitar o regresso da guerra (NETO, sd, p.3). Contudo, em particular a partir da década de 80 do século XX, assistimos ao proliferar de organizações e redes de cidades, de composição muito variável, generalistas ou subordinadas a diferentes temáticas específicas, entre outras o ambiente, a energia, a saúde, a alimentação ou a cultura.

Sobre os tipos de redes de cidades existentes, e face aos exemplos encontrados, propõe-se uma diferenciação segundo: escala ou abrangência geográfica; objectivos ou finalidades que estão na base da sua constituição; e níveis da participação, se qualquer cidade, independentemente das suas características pode aderir à rede ou se a rede é exclusiva a uma determinada característica ou temática.

Figura 5. Tipologia de redes internacionais de cidades

Escala	
Globais	De abrangência mundial, sem limites territoriais definidos
Regionais	Restritas a uma região mundial, mas de dimensão supranacional
Objectivos	
Genéricos	Com múltiplos fins e vários campos de intervenção
Específicas	Formadas em torno de uma temática central a desenvolver
Participação	
Universais	Aberta à participação de qualquer cidade, sem restrições
Exclusivas	De acesso condicionado em referência a uma ou mais características

Fonte: organização do autor (a partir dos diferentes exemplos de redes analisados)

Um dos exemplos mais recente e significativo de uma rede global, de objectivos genéricos e aberto a uma participação universal, é o movimento *United Cities and Local Governments*<sup>2</sup>. O movimento resulta da federação de grande parte das associações de governos locais nacionais, de praticamente todo o mundo, mas que também associa um número significativo de governos locais. Ainda de objectivos genéricos mas de participação exclusiva, atente-se ao caso da *Metropolis*, uma associação de metrópoles com mais de um milhão de habitantes (ou capitais com mais de 250.000 habitantes), cujo objectivo central é a cooperação e a partilha de soluções para a gestão urbana nas grandes cidades (Fig.6).

<sup>2</sup> Em anexo mais informações sobre estes e outros exemplos de redes de cidades (anexo I).

Figura 6. Exemplos de redes globais

Nome	Quem	Ano	Quantos	Tipologia
United Cities and Local Governments	Cidades, governos locais, associações de governos locais, outras organizações associadas a governos locais	2004	295 governos locais, tendo mais de 1000 associados, de 127 países (15/06/09)	Escala global Objectivos genéricos Participação universal
Metropolis – World Association of the Major Metropolises	Cidades com mais de um milhão de habitantes, ou cidades capitais com mais de 250.000 habitantes	1985	104 governos locais, de todos os continentes (15/06/09)	Escala global Objectivos genéricos Participação exclusiva
International Association of Educating Cities	Governos locais eleitos democraticamente	1990	405 governos locais de 36 países (05/04/2009)	Escala global Objectivos específicos Participação universal
Organization of World Heritage Cities	Cidades classificadas ou que incluem sítios classificados como Património Mundial pela UNESCO	1993	224 cidades, de 83 países (17/06/2009)	Escala global Objectivos específicos Participação exclusiva

Fonte: organização do autor (a partir da consulta aos sítios internet das instituições referidas)

A *International Association of Educating Cities* é uma rede de escala global, universal e com objectivos específicos, associando governos locais em torno do compromisso com a educação permanente e com as potencialidades educadoras da cidade. Já a *Organization of World Heritage Cities* é exclusiva para cidades que ostentem a classificação de Património Mundial, atribuída pela UNESCO, constituindo-se como estrutura de apoio aos seus membros, no sentido da optimização da sua gestão em referência aos requisitos específicos da classificação, da protecção do património e sensibilização das populações para a defesa e conservação dos valores patrimoniais.

Figura 7. Exemplos de redes regionais

Nome	Quem	Ano	Quantos	Tipologia
Mercocidades	Cidades da América do Sul, dos países da área de influência do MERCOSUL	1995	198 cidades, de 8 países da América do Sul (19/06/2009)	Escala regional Objectivos genéricos Participação universal
Eurocities	Cidades com mais de 250.000 habitantes (podem ser aceites como parceiros caso não cumpram este requisito)	1986	137 cidades, de 34 países europeus (04/12/2008)	Escala regional Objectivos genéricos Participação exclusiva
Energie-Cités	Governos locais europeus que promovem políticas de sustentabilidade energética	1990	200 governos locais, de 26 países europeus (19/06/2009)	Escala regional Objectivos específicos Participação universal
European Cities Marketing	Cidades com requisitos como mais de 100 mil habitantes ou 3.000 camas	1986	134 cidades, de 32 países (18/06/2009)	Escala regional Objectivos específicos Participação exclusiva

Fonte: organização do autor (a partir da consulta aos sítios internet das instituições referidas)



Como exemplos de redes regionais (Fig.7), de objectivos genéricos, assinala-se o caso das *Mercocidades*, associação aberta a todas as cidades do MERCOSUL, que procura favorecer a integração naquele espaço, incentivando a cooperação intermunicipal e a troca de experiências entre cidades da América do Sul, criando fóruns, projectos e actividades nesse sentido; e a associação europeia *Eurocities (Network of Major European Cities)*, esta de participação restrita a cidades com mais de 250.000 habitantes, mas também com fins genéricos.

No que respeita a redes regionais de objectivos específicos, vejam-se os casos das *Energie-Cités (European local authorities promoting local sustainable energy policies)*, movimento europeu aberto à participação de todas as cidades que promovem políticas de sustentabilidade energética; e o *European Cities Marketing*, associação de participação restrita, que apoia os seus membros a otimizar resultados das actividades turísticas, através da troca de experiências, da formação e da partilha de projectos.

Da observação deste movimento de constituição de redes de cidades, com fortes ligações ao modelo de desenvolvimento vigente, assente em redes de crescimento económico, Roberta Capello apresenta-nos o que designou de *Paradigma das Redes de Cidades (The City Network Paradigm)*, em que procura demonstrar que “*da participação em redes, as cidades exploram economias de escala em relações complementares e sinergias em actividades de cooperação*” (CAPELLO, 2000, p.1927).

Já não se trata de redes territorialmente delimitadas e estabelecidas por relações hierarquizadas mas sim de redes desenvolvidas a partir de lógicas horizontais, em que semelhantes especializações constituem o principal móbil para o estabelecimento da rede ou para que uma cidade se proponha como membro. Segundo a mesma autora, estas redes de cidades caracterizam-se por três elementos (Fig.8): *integração horizontal, cooperação e externalidades* (CAPELLO, 2000, p.1927).

Figura 8. Elementos da rede de cidades

Integração horizontal	A sua formação é ditada por uma lógica horizontal, não hierarquizada, onde cada cidade é um membro de plenos direitos em referência às especificidades ou características da rede, não obstante as diferenças regionais ou de dimensão.
Cooperação	Base da fundamentação para a existência das redes, a cooperação e a predisposição para a cooperação entre membros é uma das condições para a participação das cidades.
Externalidades	Vantagens ou benefícios mútuos que decorrem da integração em redes. O trabalho em rede deve ser gerador de mais valias, para cada uma das cidades membro e para a qualificação da própria rede como organização.

Fonte: adaptado de Capello, 2000, P. 1927-1928. Organização do autor

A questão das externalidades geradas pela rede de cidades ou as vantagens que cada cidade obtém ao se tornar membro da rede, é amplamente debatida por Roberta Capello no trabalho já referido, e que surge, no âmbito dos trabalhos de investigação

sobre redes urbanas disponíveis, como o que mais recorrentemente é referenciado. Nele são destacados três tipos de objectivos subjacentes à decisão da cidade em aderir a uma rede de cidades: de eficiência, de sinergia e de competência.

Figura 9. Objectivos da rede de cidades

Objectivos de eficiência	A procura de soluções, casos de sucesso, boas práticas que, replicadas na cidade, poderão ter mais hipóteses de ser bem sucedidas, porque já testadas e avaliadas noutros contextos.
Objectivos de sinergia	A obtenção de vantagens geradas pela própria existência da rede, <i>per si</i> , e que não surgiriam se não se estabelecessem as relações de cooperação entre membros.
Objectivos de competência	As possibilidades que se oferecem aos membros da rede de beneficiarem de conhecimentos, know-how, técnicas e metodologias inovadoras para aplicar nos mais variados contextos da gestão urbana.

Fonte: adaptado de Capello, 2000, P. 1929-1930. Organização do autor

Uma das hipóteses que o trabalho de Roberta Capello testa é a melhoria da performance da gestão urbana quando a cidade pertence a uma rede. Para que tal aconteça, o elemento mais significativo é que a rede consiga produzir boas práticas e que estas sejam bem difundidas pelos seus membros. Por outro lado, a questão da dimensão da própria rede também pode influenciar as mais-valias que dela se podem retirar, sendo expectável que, uma rede com mais membros, correspondendo a mais exemplos e mais experiências comparadas, gere externalidades acrescidas.

Outro aspecto prende-se com o empenho com que cada cidade encara a sua própria participação na rede, o grau de utilização que faz dos resultados disponibilizados pela rede e o nível de envolvimento que é investido nas suas actividades e projectos. Uma participação mais displicente ou movida por interesses não coincidentes com os objectivos da rede, dificilmente gerará mais valias para a cidade membro, prejudicando ou hipotecando também as potenciais externalidades da própria rede como um todo.

Para ampliar as vantagens que podem ser obtidas para a gestão urbana decorrentes da participação na rede, Roberta Capello referencia três condições que devem pré-existir à decisão de participação da cidade numa rede (CAPELLO, 2000, p. 1930):

- I. a vontade objectiva de envolvimento nas suas actividades e objectivos;
- II. a flexibilidade para a adopção de novas metodologias de organização e procedimentos que, globalmente, requerem uma actuação e gestão urbana menos sectorial, com abordagens mais integradas, participadas e sustentadas;
- III. e a abertura para aceitar e incorporar as propostas que resultam da rede, ou seja as suas externalidades.

Através de uma análise a 36 cidades europeias pertencentes à *Rede de Cidades Saudáveis*, outro exemplo de rede de cidades global, de objectivos específicos e aberta a uma participação universal, incentivada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Roberta Capello acaba por confirmar a existência de externalidades na rede.

Entre os indicadores analisados contam-se alguns dos indicadores estruturais das cidades (residentes, desemprego, localização), outros relativos aos objectivos e compromisso da cidade com a participação na rede (número de reuniões em que participou, esforço financeiro dispendido, mudança de objectivos de actuação provocada por aprendizagens com a rede, número de redes nacionais e internacionais em que participa, etc), outros ainda quanto a projectos provocados pela participação na rede e a iniciativas replicadas de experiências observadas noutras cidades da rede.

Com recurso a um vasto inquérito, obteve-se um conjunto de variáveis em referência aos aspectos anteriormente referidos, construindo-se os indicadores que foram depois correlacionados. Conclui-se que, de facto, as cidades que pertencem à rede obtêm mais valias no que respeita a políticas locais implementadas com sucesso. Também foi possível verificar que estas mais valias são ampliadas quando a cidade participa activamente nas actividades da rede e demonstra abertura para introduzir as mudanças sugeridas pela observação de outras experiências (CAPELLO, 2000, p. 1938).

Tratando-se, segundo a autora, de um primeiro exercício exploratório que pretendia analisar esta crescente relevância das redes na gestão urbana actual, o estudo vem sugerir a necessidade de um aprofundamento de análises similares, que visem a obtenção de referências de actuação perante a inserção em redes, e possibilitem melhorar a performance das políticas públicas urbanas actuais.

## Síntese: Das cidades às redes de cidades

Percebemos que o movimento de urbanização é um fenómeno incontornável à escala mundial, com diferentes ritmos, intensidades e espacialidades, que tem uma história de forte crescimento a partir de meados do século XX e que promete manter-se nas próximas décadas. Definitivamente, o mundo é hoje urbano, tanto mais que a maior parte da população mundial já reside em espaços urbanos.

Este crescimento dos espaços urbanos coloca-nos a todos, cidadãos, políticos e gestores, novos desafios, nomeadamente os que se prendem com a garantia da sustentabilidade das cidades: sustentabilidade ambiental, de espaços em que a ocupação cresce todos os dias, onde há cada vez maiores necessidades de circulação ou em que a quantidade de resíduos a recolher e tratar é crescente; e sustentabilidade social, garantindo, num mosaico complexo por via de um maior número de grupos e cidadãos de diferentes origens que ocorrem à cidade, a minimização de todas as situações de exclusão que esta maior complexidade tende a favorecer.

Este contexto de maior crescimento completa-se se considerarmos a globalização e uma sociedade cada vez mais estruturada em rede, impondo novas abordagens. Entre estas, impõe-se a procura de uma governança urbana dotada de maior envolvimento de todas as partes representadas na cidade, e que permita, com mais flexibilidade e eficiência, a obtenção das soluções necessárias.

Assume-se então, como nova estratégia, a participação em redes internacionais de cidades, subordinadas a diferentes temáticas e formadas com diferentes intuitos de colaboração entre os espaços urbanos aderentes, movimentos com uma relevância crescente nos últimos anos.

## 3. AS CIDADES EDUCADORAS

### 3.1 Antes da cidade educadora

Face à multiplicidade de associações internacionais de cidades, à qual alguns autores se referem já como a emergência de uma nova modalidade de diplomacia internacional, vimos que já é possível tentar uma definição de tipologia de redes, consoante a escala, os objectivos e as possibilidades de participação. Algumas análises, como a apresentada no capítulo anterior, concluem que mediante o nível e a qualidade de envolvimento das cidades nas redes, as mais valias decorrentes dessa participação podem ser potenciadas.

Centramo-nos agora na apresentação do movimento das cidades educadoras (*International Association of Educating Cities – Associação Internacional das Cidades Educadoras*), uma associação que, como vimos anteriormente, tem objectivos específicos, é de escala global e aberta a uma participação universal. Procura-se aprofundar essencialmente dois aspectos:

- I. o que está na origem destes movimentos associativos de cidades e as suas aproximações às questões que decorrem do contexto de crescente urbanização;
- II. e a sua estrutura de funcionamento e organização, tentando perceber a dinâmica de envolvimento dos associados e as formas de trabalho associativo que visam a obtenção das mais valias já referidas, para a rede e para cada uma das cidades que a constitui.

Relativamente à origem, encontramos várias referências que associam a origem do conceito de cidade educadora ao relatório “*Aprender a Ser*”, elaborado em 1972 por Edgar Faure, sob a égide da UNESCO. O documento, prospectivo para o desenvolvimento da educação nas últimas décadas do século XX, assumiu-se como orientador para a definição de políticas educativas em consonância com o contexto político e o conjunto de mudanças que se verificavam na altura.

Entre estas, destaque-se a generalização e massificação do acesso à escolarização; a cadência de novos conhecimentos tecnológicos e transformações sociais; a necessidade de considerar a educação numa perspectiva mais ampla, não reduzida à escola; e a consideração da escala global nas políticas de desenvolvimento, numa perspectiva de maior interacção e compreensão internacional; preocupações definidas como princípios de trabalho (MAHEU, 1973, p.58).

O relatório de Faure acaba por considerar também a crescente relevância das cidades e da vida urbana como factor mobilizador para novas políticas de educação, referindo-se às possibilidades da *cidade educativa*, espaço com:

*“(...) um imenso potencial educativo não só pela intensidade das trocas de conhecimentos que se operam mas também pela escola de civismo e de solidariedade que constitui” (FAURE, 1972, p.247).*

De facto, nesta concepção de políticas educativas numa perspectiva mais alargada, apostada na valorização integral de todos os indivíduos e não centrada na escola, considerada incapaz de responder sozinha a todos os desafios e mudanças sociais, Faure coloca em evidência as potencialidades educadoras da cidade. Para isso, faz notar os diferentes elementos quotidianos do espaço urbano, as suas personagens, funções, estruturas económicas e administrativas, relações familiares e laborais, meios de comunicação e equipamentos de interacção com o cidadão (MAHEU, 1973, p.61).

É este primeiro conceito de *cidade educativa* que será recuperado mais tarde pelo município de Barcelona, que se destaca por uma forte intervenção local em educação, através do Instituto Municipal de Educação, com acções inovadoras neste campo desde a década 50 do século XX. Para além da competência central de gestão dos estabelecimentos de ensino, note-se o historial de projectos inovadores empreendidos em Barcelona, nomeadamente através de actividades, serviços e ofertas pedagógicas na área da educação não formal, de promoção da interacção entre a população e os vários equipamentos culturais da cidade, como as bibliotecas, os museus ou o próprio espaço público, como praças e jardins.

Na década de 80, um novo período de governo municipal retoma este carácter educativo da cidade, numa perspectiva de abertura *“ao serviço das escolas e à nova concepção de uma educação na, com e para a cidade”*, segundo se afirmava nos documentos produzidos pelo *ayuntamiento* (VILLAR, 2001, p.135). Segundo as palavras do alcaide da altura, Pasqual Maragall, que dirigiu os destinos da cidade entre 1982 e 1997, estava quase tudo por fazer, depois da ditadura:

*“A cidade saía então de um largo período caracterizado pela falta de democracia e de auto-governo, pela negligência urbanística, pela falta de investimento público e privado e pela falta de ambição e auto-estima (...) mas não partíamos do vazio, do nada. Não tínhamos que construir uma cidade, tínhamos era que a reconstruir, refazer” (MARAGALL, 2008, p. 15).*

A solução passou pelo envolvimento das pessoas para as opções colectivas tomadas para cidade, porque, como refere:

*“(...) sabíamos que dentro desta mesma cidade, existiam os elementos, as ferramentas e as pessoas que tornariam possível este processo de renovação. (...) promover um urbanismo educado, respeitador do passado histórico mas empenhado na projecção de uma cidade para o futuro (...) que fosse capaz de implicar as pessoas, de lhes devolver o orgulho legítimo de ser cidadãos e de criar consensos entre os diferentes agentes sociais” (MARAGALL, 2008, p. 15).*

Esta nova postura coincide com a preparação da cidade para a recepção aos Jogos Olímpicos de 1992 e numa fase em que a cidade reclamava uma maior participação pública nessa grande empreitada de construção e renovação física do espaço urbano.

Este processo de reconstrução, com um maior envolvimento das pessoas, foi bem sucedido no que respeita ao decurso das olimpíadas e à projecção da cidade.

Como resultado, Barcelona viu alterado o seu posicionamento internacional, tornando-se rapidamente numa referência e exemplo no quadro das políticas e estratégias das principais aglomerações europeias, no que ficou designado por *Modelo Barcelona* (MARAGALL, 2008, p.15).

Pilar Figueras, actual Secretária-geral da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e membro do Ayuntamiento de Barcelona, reconhece este período, de procura de uma nova projecção internacional, também marcante para o que viria a constituir a origem do conceito de cidade educadora. Em entrevista concedida ao autor para o presente trabalho, Pilar Figueras afirma que:

*“(...) no final dos anos oitenta, com a entrada de Espanha na União Europeia e a designação de Barcelona como sede dos XXV Jogos Olímpicos, a cidade inicia uma profunda transformação, ao mesmo tempo que vive uma etapa de forte projecção exterior. Barcelona opta decididamente por impulsionar, criar e integrar diferentes estruturas, redes e organizações de cidades, assumindo em muitos casos a sua liderança”* (Pilar Figueras, em entrevista ao autor - anexo 4).

É nesta linha de actuação que a cidade recupera e trabalha a ideia de *cidade educativa*, enunciada em 1973 no relatório de Edgar Faure. O contexto era já de forte urbanização à escala mundial, sendo que, na gestão e resolução dos desafios decorrentes:

*“(...) os governos locais, pela sua legitimidade, representatividade, flexibilidade e capacidade de adaptação, já eram reconhecidos como o nível administrativo mais perto dos cidadãos e mais eficaz”* (Pilar Figueras, em entrevista ao autor - anexo 4).

O resultado foi a convocatória mundial, em 1990, para o I Congresso Internacional das Cidades Educadoras, realizado em Barcelona. O objectivo passava por:

*“(...) dialogar, intercambiar e reflectir sobre o potencial educador das cidades e das novas responsabilidades que estas e os seus governos assumem num mundo em mudança”* (Pilar Figueras, em entrevista ao autor - anexo 4).

Na sequência dos trabalhos do congresso é redigida a *Declaração de Barcelona*, mais tarde designada de *Carta das Cidades Educadoras*.

### 3.2 O conceito de cidade educadora

O conceito de cidade educadora surge assim em Barcelona, em torno dos trabalhos de preparação do I Congresso Internacional das Cidades Educadoras. Este conceito apresenta-se como:

*“(...) significativa de uma proposta integradora de educação formal, não formal e informal, gerada pela cidade, para todos os seus habitantes e reveladora de um compromisso político, público e activo, que respeita às famílias e às escolas, mas também aos municípios, associações, indústrias culturais, empresas, instituições e entidades colectivas” (FIGUERAS, 2008, p.19).*

Segundo a Secretária-geral da AICE, a própria mudança de adjectivo, de *idades educativas*, segundo o relatório de Edgar Faure, para *idades educadoras*:

*“(...) não é apenas um pormenor (...), revelando a vontade de criação de um quadro conceptual abrangente de todas as potencialidades educadoras da cidade, que congregasse todas as abordagens, conteúdos, actividades ou programas educativos, dispersos pela cidade” (FIGUERAS, 2006, p. 23).*

Ou seja, qualquer cidade é educativa, por inerência das competências que tem de desempenhar em matéria de educação. Mas para se considerar educadora, a cidade deve assumir uma intencionalidade para lá dessas funções tradicionais e regulamentadas, colocando-se ao serviço da promoção e do desenvolvimento integral dos seus cidadãos.

Esta intencionalidade educadora é, de facto, o conceito base da cidade educadora, ao considerar um projecto educativo de cidade comum à escola e ao espaço urbano e (...) *atribuindo aos municípios a importante tarefa de coordenação local da acção social, cultural e educativa que se desenvolve na cidade (MACHADO, 2005, P. 2225)*

Assim, subjacente ao princípio de cidade educadora, é central uma actuação dos governos locais que procure, através dos seus múltiplos recursos e possibilidades educadoras, transversal a todos os temas e sectores, implementar medidas que favoreçam as competências de formação, sociais e de cidadania dos cidadãos, com especial relevância para os jovens mas considerando também a relevância da aprendizagem ao longo da vida.

Para o efeito, desde a criação do movimento, assistiu-se a um alargamento das preocupações e propostas das cidades educadoras, para temas completamente fora do âmbito da educação e das preocupações com as gerações mais jovens. São disso exemplo as propostas nas áreas do urbanismo, planeamento, ambiente, acção social, saúde, cultura ou economia, entre outras que acompanham as preocupações e os desafios com que se confrontam os espaços urbanos (FIGUERAS, 2008, p. 19).

O contexto temporal é fundamental para explicar a génese do conceito de cidade educadora e duas premissas têm de ser consideradas:

- I. a relevância das cidades e da vida urbana, com uma evidente preponderância dos espaços urbanos na regulação e estruturação de todas as dinâmicas territoriais actuais;
- II. e a observação de que a escola e a família deixaram de ser os intervenientes exclusivos da educação, interagindo hoje, neste campo, inúmeras organizações e escalas de intervenção.



Na cidade educadora interagem muitos actores e agentes, sendo o sistema educador local constituído por três vectores fundamentais, que acrescem aos tradicionais e primeiros papéis formativos desempenhados por escola e família (Fig.10):

- I. a estrutura produtiva local, que reproduz e disponibiliza recursos privados para as ofertas culturais da cidade;
- II. o tecido associativo local, que alimenta um sistema relacional entre cidadãos e território, também com ofertas em actividades de carácter cultural e social nos mais variados domínios;
- III. e a administração local, que tem assumido a planificação, coordenação e mobilização do funcionamento de todo este *sistema educador*.

Figura 10. Vectores do sistema educador local



Fonte: adaptado de MACHADO, 2005, p. 255. Organização do autor

Este contexto leva-nos, portanto, a colocar várias interrogações. Se é verdade que emergem todos os dias novas ofertas de educação na cidade, não é claro de quem seja a responsabilidade da sua regulação. E também não sabemos como é feita a ligação entre o que são as ofertas formais, ligadas às escolas e aos currículos nacionais, com as ofertas informais, disponibilizadas por um número crescente de organizações, públicas e privadas, a actuar nos tempos livres, no acompanhamento de estudo, nas interrupções lectivas, nas actividades desportivas, culturais ou científicas, que ocorrem fora dos espaços escolares.

Associadas a estas questões, levantam-se as preocupações com a eficácia e a coerência de todas as ofertas educadora da cidade: quem definiu que esta é uma missão dos governos locais? A administração municipal é um parceiro do sistema educador local, ou é, afinal, o agente hegemónico de todo este processo (MACHADO, 2005, p. 252)?

Segundo os relatos e documentos do I Congresso das Cidades Educadoras, estas eram as questões que se colocavam em Barcelona nos finais da década de 80, e que os seus serviços julgaram pertinente debater por cidades de todo o mundo, que certamente se confrontariam com os mesmos dilemas (FIGUERAS, 1991, p.10). A conclusão deste primeiro encontro, que juntou 63 cidades de 21 países e cerca de 600 participantes, atribuiu aos municípios e aos governos locais um papel determinante nesta tarefa de responder aos desafios e questões colocadas. Desde logo porque são estes que estão

mais próximos dos cidadãos, que estão em melhores condições para conhecer as suas necessidades e assim propor e implementar as respostas mais adequadas (CABEZUDO, 2004, p.14).

Desta forma, a cidade educadora surge como um novo paradigma, um desafio e uma proposta para a intervenção municipal, que não se limite a disponibilizar equipamentos e serviços, mas integrando-os numa lógica que maximize as potencialidades educadoras da cidade e favoreça a formação integral e contínua de todos os seus cidadãos.

Qualquer intervenção da cidade educadora deve assentar em três princípios basilares:

- I. *Informação*, respeitante à comunicação necessária para que se verifique igualdade de oportunidades no acesso aos projectos e programas desenvolvidos na cidade;
- II. *Participação*, ou seja, a promoção da co-responsabilização dos cidadãos nas opções que lhes são destinadas;
- III. *Avaliação*, através da verificação e medição dos resultados ou eficácia das medidas concretizadas.

Outros dois conceitos inerentes à cidade educadora são a *interdisciplinaridade* e *transversalidade* que pressupõem nas suas propostas. Ao assumir que todas as políticas locais devem incorporar uma componente educadora, a cidade obriga-se a trabalhar os seus projectos segundo novos modelos de gestão, incluindo uma articulação entre diferentes abordagens temáticas, entre os diferentes serviços municipais e actores locais.

Uma biblioteca, um centro de interpretação ambiental, uma exposição, um concerto, um debate, uma obra pública, podem, incorporados estes conceitos, constituir-se como intervenções educadoras da cidade. Na mesma cidade onde coexistem elementos *deseducadores*: centros urbanos degradados, trânsito caótico, barreiras arquitectónicas, poluição, pobreza, criminalidade ou exclusão social. A *Carta das Cidades Educadoras* assume isso mesmo no seu preâmbulo quando refere que “*hoje mais do que nunca, as cidades, grandes e pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas podem ser igualmente sujeitas a forças e inércias deseducadoras.*”

De facto, se por um lado as cidades devem reconhecer o valor educador das acções que são concretizadas, procurando intervenções informadas, participadas, avaliadas, interdisciplinares e transversais, que contribuam para a democraticidade e qualificação acrescida do espaço urbano, e para a sua afirmação como espaço de igualdade de oportunidades, é de considerar que o crescimento das cidades tem, muitas vezes, evidenciado algumas das disfuncionalidades referidas.

Por analogia de utilização do conceito de intervenções educadoras, estes são considerados elementos *deseducadores* na medida em que não só contrariam os princípios da cidade educadora, como se tornam eles próprios replicadores da degradação de alguns aspectos dos espaços urbanos e, em geral, da imagem das cidades na actualidade.

Tratar de todas estas problemáticas, procurando otimizar a intervenção municipal, imprimir uma intenção educadora nas acções concretizadas, e responder a um projecto educativo de cidade, que capacite os seus cidadãos e seja construído com a participação da comunidade, são os objectivos da cidade educadora, cujo movimento internacional se promove sob o lema “*ciudades mejores, para um mundo melhor*”.

Já a incorporação dos princípios de actuação enunciados, na prática e projectos desenvolvidos, dependerá das condições e especificidades de cada contexto, ao qual devem ser adaptadas as metodologias de implementação (Pilar Figueras, em entrevista ao autor - anexo 4).

### 3.3 A Carta das Cidades Educadoras

A *Carta das Cidades Educadoras*<sup>3</sup>, também designada por carta de princípios, é o documento que plasma os princípios das cidades educadoras, sendo subscrita por todas as cidades que aderem ao movimento. Este documento, baseia-se na *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948), no *Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais* (1966), na *Declaração Mundial da Educação Para Todos* (1990) e ainda noutras posturas internacionais.

Após a *Declaração de Barcelona*, que resultou do congresso fundador de 1990, foi adoptada a designação de *Carta das Cidades Educadoras*, revista no decurso dos trabalhos do Congresso Internacional de Bolonha (1994), e tendo sofrido uma segunda revisão em 2004, durante o VIII Congresso Internacional, que decorreu em Génova ([www.edcities.org](http://www.edcities.org), consulta em 3/12/2009).

Redigida com o intuito de se constituir elemento unificador para uma rede de cidades em construção, e para *possibilitar a criação de um consenso sobre prioridades educativas* (COSTA, 2007, p.66), a *Carta das Cidades Educadoras* agrega as principais transformações e preocupações das cidades contemporâneas, às premissas que permitem a aproximação ao conceito de cidade educadora, apresentado anteriormente. Um documento que “*serve, ao mesmo tempo, cada uma das cidades associadas, e também a todas elas*” (FIGUERAS, 2008, p.20), ou seja, um instrumento para otimizar a actuação de cada cidade, e o referencial comum que une todas as cidades aderentes ao movimento das cidades educadoras.

Entre a versão original e o texto revisto em Génova, destaque para a preocupação com a explicitação de um fio condutor, através da adopção de três capítulos que correspondem a uma organização temática que otimiza a sua leitura e apreensão (POZO, 2008, p.29), mantendo-se, no essencial, o seu espírito global.

---

<sup>3</sup> Documento em anexo (Anexo 2).

Mas ao nível do conteúdo registaram-se algumas mudanças, sobretudo no sentido de uma crescente ampliação das temáticas abordadas. De facto, resultado de um primeiro congresso (Barcelona, 1990) muito centrado em temas ligados à infância e à juventude, que “(...) *limitou de forma significativa a compreensão e alcance do conceito*” de cidade educadora (FIGUERAS, 2008, p.20), a revisão, por sugestão dos trabalhos da assembleia-geral de 1999 (Jerusalém), incluiu propostas dirigidas para todas as gerações e para todos os âmbitos da intervenção municipal.

O preâmbulo do documento discute várias considerações de contexto como a crescente relevância das cidades, a necessidade da troca de experiências e cooperação entre cidades à escala mundial num contexto de globalização, e a importância da formação e em particular da formação ao longo da vida, como promotora do potencial humano. São referidos os diferentes tipos de exclusões que encontramos na cidade actual, as possibilidades de participação da população nos processos de tomada de decisão, a cidadania e os equilíbrios entre as identidades e a maior diversidade em convivência na cidade. E são ainda enunciados os princípios da igualdade, justiça social e equilíbrio territorial como objectos da cidade educadora, definida também como uma “*extensão do direito fundamental à educação*”.

Em seguida, a *Carta das Cidades Educadoras* é composta por vinte princípios, divididos em três capítulos:

- I. O direito a uma cidade educadora;
- II. O compromisso da cidade;
- III. Ao serviço integral das pessoas.

O primeiro capítulo trata os direitos na cidade educadora, das condições de igualdade e liberdade dos cidadãos em usufruir das ofertas da cidade, da supressão de barreiras impeditivas desse usufruto, do diálogo entre gerações, da educação para a diversidade, da cooperação internacional e da promoção da paz. Apresentam-se também os princípios que devem nortear a actuação municipal de uma cidade educadora, salientando a necessidade de ter sempre em conta o impacto educador na tomada de decisão de qualquer uma das áreas de competências do município.

Relativamente aos compromissos da cidade, conteúdo do segundo capítulo, são referidos aspectos como a preservação das identidades, a valorização das trocas culturais, também à escala internacional, a necessidade de um crescimento harmonioso em função das necessidades e em diálogo com as anteriores estruturas construídas da cidade, o planeamento urbano e as repercussões no ambiente, o ordenamento e a sustentabilidade, as acessibilidades, a comunicação com os cidadãos, a provisão de equipamentos e serviços, a qualidade de vida e a reflexão permanente sobre as políticas e medidas implementadas.

O terceiro capítulo consolida alguns dos princípios apresentados anteriormente, salientando o posicionamento de cada habitante para o bem-estar colectivo e apresentando já algumas pistas de actuação para as cidades subscritoras. Entre elas, observa-se uma ampla abrangência de temas, incentivando-se acções como:

- Avaliar todo o tipo de ofertas da cidade;
- Promover a formação de todos os indivíduos, dos que julgam não ter qualquer papel educador, aos educadores formais e profissionais, aos pais e aos jovens;
- Oferecer as mesmas possibilidades de crescimento e desenvolvimento a todos os cidadãos;
- Atender e minimizar os mecanismos de exclusão e segregação que surgem em diferentes momentos e contextos;
- Acolher imigrantes e refugiados;
- Promover a coesão do espaço urbano;
- Coordenar as intervenções;
- Incentivar o associativismo como modelo de participação e co-responsabilidade social;
- Formar e informar sobre valores da cidadania democrática.

Genericamente, como afirma Joan Manuel del Pozo, os segundo e terceiro capítulos surgem como as respostas para atingir ou prosseguir os princípios plasmados no primeiro capítulo (POZO, 2008, p.30). Este, consagra o direito à cidade educadora, não no sentido de uma garantia adquirida, mas na óptica de uma construção colectiva que implica todos os actores urbanos, com direitos e deveres. Se no primeiro capítulo se reconhece o direito à cidade educadora, no segundo apresenta-se o conjunto de compromissos que o possibilitam, concretizados através da implementação das medidas centradas na valorização de cada cidadão, que ocupam o terceiro capítulo.

### 3.4 Associação Internacional das Cidades Educadoras

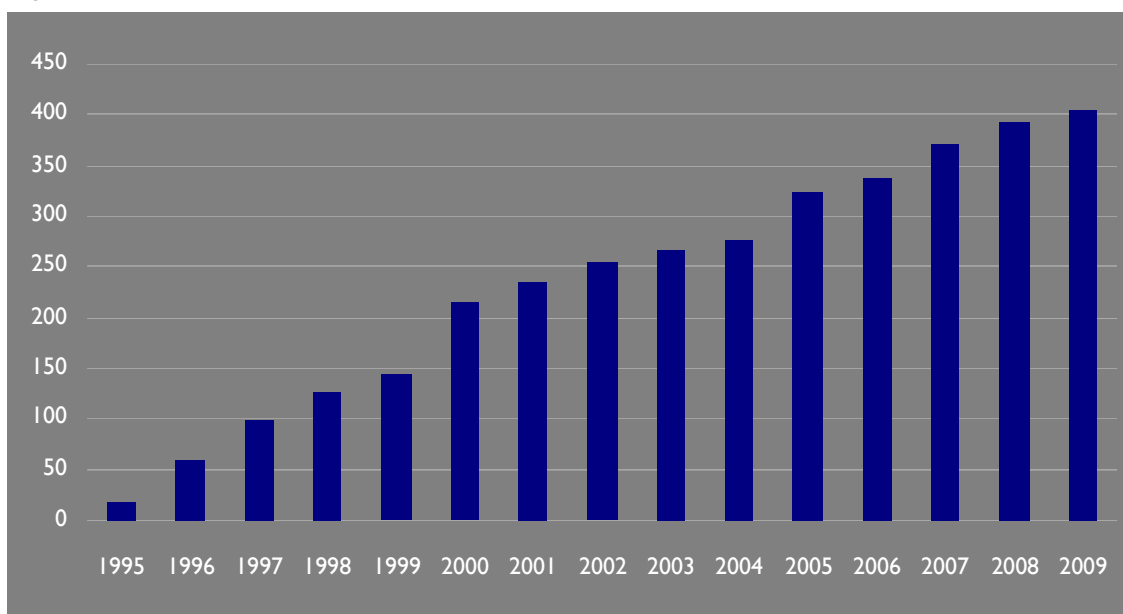
#### 3.4.1 Associados

Na sequência do congresso fundador de Barcelona, em 1990, e da redacção da *Carta das Cidades Educadoras*, é formada, em 1994, a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), com sede na capital catalã. Desde a sua fundação, a AICE tem assistido a um crescimento contínuo do seu número de associados (Fig.11), contabilizando actualmente 407 governos locais de 35 países, de todos os continentes ([www.edcities.org](http://www.edcities.org), consulta do portal em Maio de 2010). Pilar Figueras destaca a importância de acompanhar este crescimento contínuo com a consolidação dos projectos e propostas da associação, devendo ser paralelas as iniciativas destinadas ao seu crescimento quantitativo e qualitativo:

*“(...) para a AICE, à importância da quantidade acrescenta-se o compromisso com a qualidade: o dever continuar a oferecer e a melhorar as suas ofertas e propostas, sendo que estas serão melhores quanto melhores forem as práticas das respectivas cidades. Neste sentido, o limite do próprio crescimento deverá*

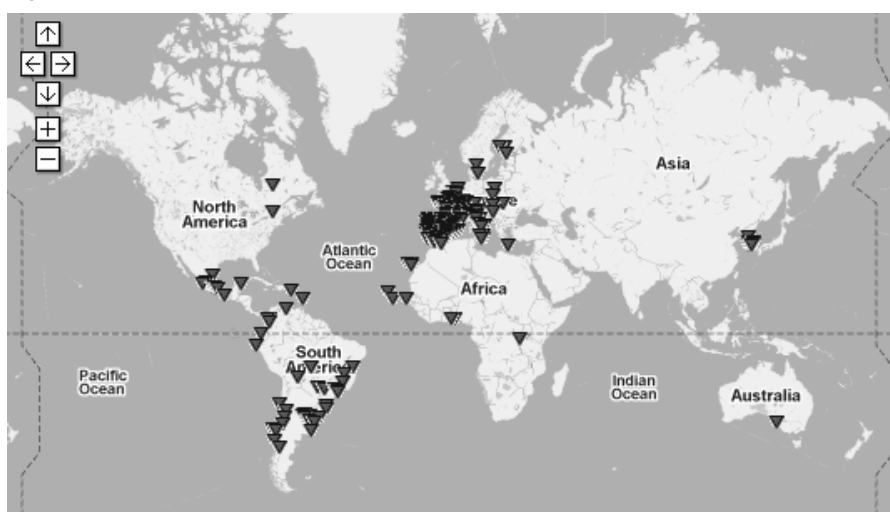
situar-se na capacidade criativa e organizativa que garanta a qualidade das ofertas” (Pilar Figueras, em entrevista ao autor - anexo 4).

Figura 11. Evolução do número de cidades associadas da AICE



Fonte: [www.edcities.org](http://www.edcities.org) (página acedida em 22/05/2010)

Figura 12. Cidades associadas no Mundo



Adaptado de [www.edcities.org](http://www.edcities.org) (página acedida em 20/05/2010)

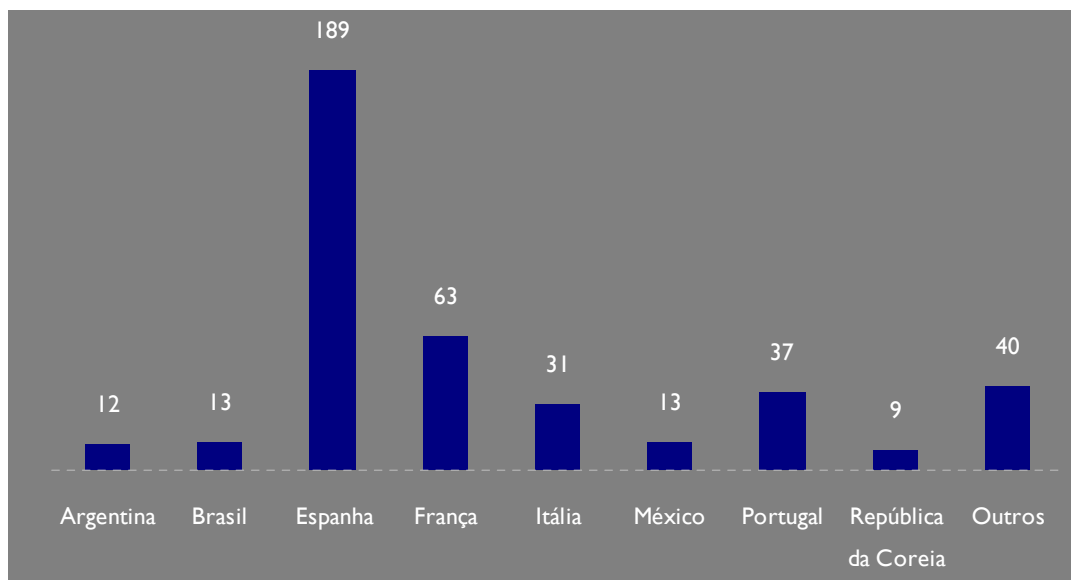
Não obstante se verificar uma representatividade em todos os continentes, a associação é composta sobretudo por cidades da Europa e da América Latina, destacando-se a Espanha, o país fundador do movimento, com quase 50% do total de associados. Espanha, França, Portugal e Itália, os países com maior número de cidades, concentram mais de 80% das cidades educadoras. Isso mesmo é reconhecido pela AICE, quando definiu, em sede do seu plano de ação para o biénio 2009-2010, a necessidade de difundir e fortalecer a presença da associação em países com menor representação.

Figura 13. Cidades associadas na Europa e na América Latina



Adaptado de [www.edcities.org](http://www.edcities.org) (página acessada em 20/05/2010)

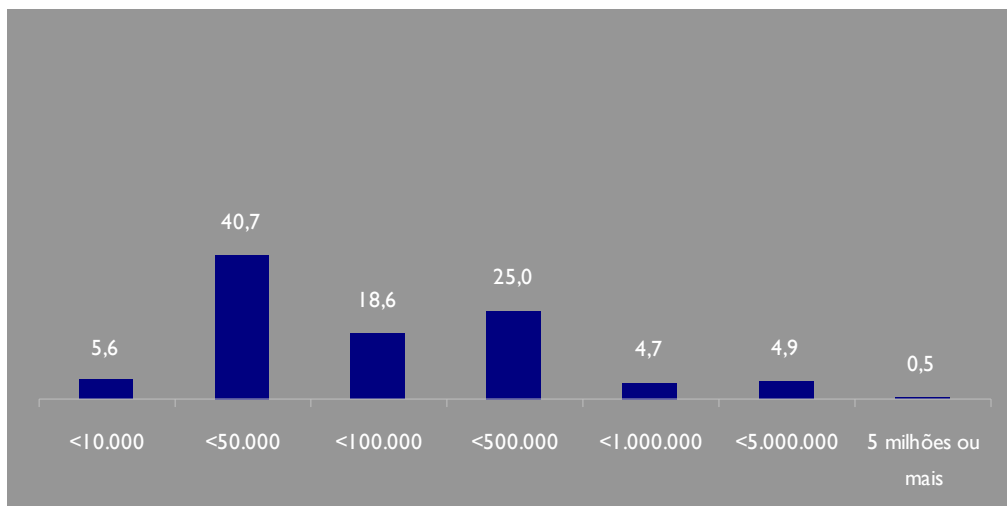
Figura 14. Número de cidades associadas à AICE, segundo os países com maior representatividade



Fonte: [www.edcities.org](http://www.edcities.org) (página acessada em 22/05/2010)

Na análise à tipologia de cidade que se associa a AICE, o destaque vai para a forte presença de cidades com menos de 50.000 habitantes, cerca de 40% (Fig.15). Nesta distribuição dimensional verifica-se a existência de todo o tipo de cidades, desde o pequeno aglomerado como Iniesta, em Espanha (4.207 habitantes) à grande metrópole como São Paulo (11 milhões de habitantes).

Figura 15. Dimensão demográfica das cidades associadas da AICE (%)



Fonte: AICE e <http://esa.un.org/unup>

Para além daquele grupo mais representado, 30% dos membros são o que geralmente se considera de cidades médias, com mais de 100.000 e menos de um milhão de habitantes (Almada, Coimbra, Braga, Cascais, Leiria, etc.), enquanto que as 22 grandes cidades inscritas, com mais de um milhão de habitantes, representam cerca de 5% do número de associados (Munique, Rosário, Adelaide, Porto Alegre, Budapeste, etc.).

Se é verdade que esta heterogeneidade de cidades membros pode constituir uma oportunidade para o movimento, pelos diferentes contributos que possibilita, uma tão vasta diversidade de escala pode também ser factor condicionante. De facto, são distantes as questões que se levantam num pequeno espaço urbano e na grande metrópole, algo que poderá constituir uma dificuldade para o trabalho conjunto no contexto da rede.

### 3.4.2 Aspectos organizativos

Entre os seus objectivos, e para além da divulgação e promoção dos princípios da *Carta das Cidades Educadoras*, e do seu cumprimento pelas cidades associadas, a AICE procura promover a cooperação e o diálogo entre as cidades à escala mundial. Aprofunda o quadro teórico de referência da cidade educadora, e colabora com outros organismos internacionais como a UNESCO, a UCLG (*United Cities and Local Governments*), o ICLEI (*International Council for Local Environmental Initiatives*), a OEI (*Organization of Ibero-american States for Education, Science and Culture*), a organização MERCOCIUDES ou a Comissão Europeia ([www.edcities.org](http://www.edcities.org), em 21/12/2009).



Formalmente, trata-se de uma associação que se rege pelo direito espanhol, dispondo de três órgãos: a assembleia-geral, formada por todas as cidades associadas; o comité executivo, actualmente formado por Adelaide, Barcelona (Presidência), Budapeste, Changwon, Granollers, Guadalajara, Lisboa, Lomé, Lyon, Rennes (Tesouraria), Rosário (Vice-Presidência), São Paulo, Tampere e Turim, seleccionado pela assembleia e com um mandato de quatro anos renováveis; e o secretariado, assegurado pelo município de Barcelona, que trata os assuntos de gestão diária e apoia o cumprimento do programa apresentado pelo comité executivo ([www.edcities.org](http://www.edcities.org), em 21/12/2009).

Relativamente ao orçamento, ele resulta essencialmente das quotas das cidades associadas e das subvenções atribuídas pelo município (Ayuntamiento) e entidade supramunicipal (Diputacion) de Barcelona, cidade impulsadora do movimento e que disponibiliza ainda o espaço do secretariado da associação. Segundo dados da AICE, o total do seu orçamento anual é de cerca de 620.000,00 € (2010), sendo as despesas principais relacionadas com o pessoal do secretariado, com o apoio às actividades das cidades, no âmbito da sua participação na associação, com seminários, traduções, viagens, e edição e expedição de materiais próprios.

Para se associar, qualquer governo local, eleito democraticamente, terá de formalizar o seu pedido de adesão com a subscrição das *Carta das Cidades Educadoras*, decidida pelo órgão de decisão com assento dos vários políticos eleitos (em Portugal, pela Câmara ou Assembleia Municipal).

As cidades associadas têm ainda de pagar uma quota anual que varia consoante o número de habitantes da cidade e o Produto Nacional Bruto *per capita* de referência no seu país, de um mínimo de 70,00 € para cidades com menos de 50.000 habitantes e pertencentes a países cujo rendimento não exceda os 1.000 US\$, até um máximo de 3.300,00 € para cidades com mais de cinco milhões de habitantes, de países com rendimento superior a 10.001 US\$.

A título de exemplo, note-se que uma cidade portuguesa, incluída neste último grupo de países com maior rendimento, tem de suportar uma quota anual que varia entre os 220,00 €, para cidades como Águeda, Albufeira ou Torres Novas (< de 50.000 habitantes), 715,00 € para cidades como Leiria, Coimbra ou Porto (>100.000 e < 250.000) ou os 1.650,00 € para Lisboa (> 500.000 habitantes).

São ainda enunciadas, no portal da AICE, outras duas condições que devem ser seguidas pelas cidades aderentes; a participação nas actividades regulares da associação, nos seus *canais de debate, intercâmbio e cooperação*, e divulgar as suas experiências no designado *Banco Internacional de Documentos de Cidades Educadoras* (BIDCE).

Este instrumento é uma plataforma digital de apoio à partilha entre as cidades associadas e que concentra mais de 100 documentos de referência conceptual à cidade educadora e mais de 900 experiências práticas apresentadas pelas cidades ([www.edcities.org](http://www.edcities.org), consulta ao BIDCE em 21/12 2009).

### 3.4.3 Estruturas territoriais e temáticas

Para concretizar os objectivos propostos, a associação organiza-se segundo a criação de delegações, grupos representativos da AICE e criados pela Secretaria-geral para determinados territórios, incluindo vários países; redes territoriais, cidades associadas numa lógica nacional, relacionada com a proximidade territorial, fomentando e dinamizando um trabalho mais permanente; e redes temáticas, cidades que se associam na lógica da discussão e partilha de experiências de um determinado tema.

Figura 16. Delegações, redes territoriais e redes temáticas da AICE

Redes	Âmbito	Coordenação
Delegações	América Latina	Rosário
	Europa Central	Budapeste
	Ásia e Pacífico (em construção)	Changwon
Redes Territoriais	Espanha	Granollers
	Itália	Torino
	França	Lyon
	Portugal	Lisboa
	Brasil	Belo Horizonte
Redes Temáticas	Transição Escola-Trabalho	Barcelona
	Primeira Infância	Lyon
	TIC em Cidades Educadoras	Tampere

Fonte: AICE, adaptado de [www.edcities.org](http://www.edcities.org) (página acedida em 05/04/2009)

Segundo as informações disponibilizadas no site da associação, no caso das redes territoriais e temáticas, a regulação do seu funcionamento é da responsabilidade das cidades que as constituem, havendo uma cidade coordenadora em cada uma delas, designada pelos seus membros. A AICE suporta parte dos custos de funcionamento das redes, concedendo parte do seu orçamento anual para o efeito (78.000,00 € previstos no orçamento para 2010).

Quanto ao trabalho que têm desenvolvido, e partindo de uma análise aos conteúdos que as redes disponibilizam nos respectivos sítios do portal da AICE, podemos concluir haver situações díspares. Se, por um lado, é notória alguma dinâmica por parte das delegações e redes territoriais, com a realização periódica de encontros nacionais ou regionais, como o III Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa (Évora, 7 a 9 de Maio de 2009), o IX Encuentro de La RECE – Rede Española de Ciudades Educadoras (Granollers, 12 a 14 de Maio de 2009), ou o 1<sup>st</sup> Regional Meeting – IACE Asia-Pacific Network (Changwon, 29 e 30 de Junho de 2009), o mesmo não se passa com as redes territoriais. Estas noticiam uma última actividade em Dezembro de 2008, relativa a uma acção de formação promovida pela rede da primeira infância. No caso da rede transição escola-trabalho as últimas notícias são de Setembro de 2006, enquanto que a rede TIC em Cidades Educadoras publicita, como última actividade, um encontro de Maio de 2005 ([www.edcities.org](http://www.edcities.org), consultado em 03 /12/2009).

### 3.4.4 Congressos internacionais

Os congressos internacionais realizam-se de dois em dois anos, sendo esse o momento para a realização de assembleias-gerais, reuniões em que se ratificam novas adesões e abandonos, se aprovam os orçamentos e relatórios de contas, se discutem outros documentos relacionados com a AICE e o trabalho desenvolvido com outras instituições.

Figura 17. Congressos Internacionais da AICE

Ano	Cidade	Tema
1990	Barcelona	A cidade educadora para crianças e jovens
1992	Gotemburgo	A educação permanente
1994	Bolonha	O multiculturalismo: reconhecer-se para uma nova geografia das identidades
1996	Chicago	As artes e as humanidades como agentes de intercâmbio social
1999	Jerusalém	Levar o legado e a história ao futuro
2000	Lisboa	A cidade, espaço educativo no novo milénio
2002	Tampere	O futuro da educação. O papel da cidade num mundo globalizado
2004	Génova	Outra cidade é possível. O futuro da cidade como projecto colectivo
2006	Lyon	O lugar das pessoas na cidade
2008	São Paulo	Construindo a cidadania em cidades multiculturais
2010	Guadalajara	Desporto, Políticas Públicas e Cidadania. Desafios de uma Cidade Educadora
2012	Changwon	Ambiente Verde, Educação Criativa

Fonte: AICE, adaptado de [www.edcities.org](http://www.edcities.org) (página acedida em 03/12/2009)

Mas para além da assembleia-geral, os congressos são sobretudo o espaço de encontro directo entre as cidades educadoras pertencentes à associação, abordando em concreto um tema central, nomeadamente através de diversas conferências plenárias proferidas por peritos internacionais, complementadas por fóruns de boas práticas ou *workshops*, onde as cidades educadoras que tiverem sido seleccionadas para o efeito, apresentam as suas próprias experiências.

Numa breve resenha do historial de congressos realizados, importa referir que o congresso fundador, realizado em 1990 em Barcelona, propunha discutir o binómio educação e a governação urbana, numa lógica em que a cidade surgia como cenário educativo. Como referido anteriormente, o encontro surgiu da vontade do Alcaide Pasqual Maragall, com o repto de dar visibilidade à capacidade educativa das cidades contemporâneas, através de uma actuação da administração local que impulsionasse e fomentasse outros espaços e agentes educativos para além da família e da escola. Do congresso, com cerca de 600 participantes de 21 países e 63 cidades, foi produzida a *Declaração de Barcelona*, uma redacção prévia da *Carta das Cidades Educadoras*.

Dois anos mais tarde, em 1992, a cidade de Gotemburgo, na Suécia, recebeu o segundo congresso, que viria a desenvolver as questões relacionadas com a formação ao longo da vida, associadas à temática abordada em Barcelona, nomeadamente da necessidade de conceber a educação para além dos espaços educativos tradicionais.

Marcante, segundo os relatos do encontro, foi a presença de Paulo Freire, cujo discurso haveria de reforçar as questões da justiça e da igualdade de oportunidades enquanto elementos centrais no âmbito de políticas públicas para uma cidade ao serviço das pessoas (BOSCH, 2008, p.265-293). Assistiram ao congresso 900 participantes, em representação de 130 cidades de 43 países, cuja conclusão se centraria no conceito de cidade educadora, enquanto instrumento ao serviço de uma melhor compreensão do fenómeno urbano e dos mecanismos de gestão.

O terceiro congresso, realizado em Bolonha (1994), marca a formalização da AICE, com a redacção dos estatutos da associação, que estavam a ser preparados desde o primeiro encontro de Barcelona. O tema da geografia das identidades resulta do acolhimento e presença crescentes de comunidades imigrantes nas cidades, um traço fundamental das mudanças dos espaços urbanos europeus em meados da década de 90. A este propósito, Umberto Eco, participante numa das mesas redondas incluídas no programa, haveria de afirmar que a Europa se estava a converter cada vez mais numa *confederação de cidades*, cidades em que se evidenciam os contactos entre cidadãos com diferentes proveniências.

Se em Bolonha estiveram representadas cerca de 200 cidades, em 1996, em Chicago, no IV congresso, foram 241 as cidades presentes, com quase 1000 participantes, de 34 países. O tema central em discussão foi o papel das artes e das humanidades como agentes da mudança social e factor de compreensão da condição humana, procurando-se alargar o âmbito do conceito de educação, com o estabelecimento, também a este nível, de novos vínculos entre as políticas urbanas e a vida cultural das cidades.

Não há muitas informações disponíveis sobre o congresso que decorreu em Jerusalém, o V congresso (1999), realizado com algum tempo de atraso (estava marcado para 1998) e que se centrou num outro tema relevante no quotidiano das cidades: o legado da história, o património material e imaterial e a presença das religiões na vida urbana, em consonância com o local escolhido para a sua realização.

O congresso de Lisboa, realizado em 2000, voltaria às questões conceptuais na base do movimento das cidades educadoras, abordando a cidade como espaço educativo para o novo milénio que se iniciava. Foram consolidadas abordagens de congressos anteriores, em cinco eixos temáticos: a apropriação do espaço público da cidade; memória e identidade da cidade; desenvolvimento local, solidariedade e interdependências; a diversidade como recursos educativo; e educação, formação, emprego e ócio – o papel estratégico da cidade. Estiveram presentes cerca de 800 participantes, em representação de 245 cidades de 53 países.

A cidade finlandesa de Tampere acolheu o VII congresso, em 2002, centrado na temática dos usos e potencialidades das novas tecnologias num mundo globalizado. Também com cerca de 800 participantes, o congresso abordou o novo posicionamento das cidades, do seu papel e dos projectos oferecidos perante um novo e poderoso instrumento, a internet, e um fenómeno em consolidação, a

globalização. Tampere foi também o palco para a apresentação de uma primeira versão do portal da AICE.

Relativamente menos participado foi o congresso de Génova, realizado em 2004, que contou com 664 participantes, de 187 cidades em representação de 31 países. Subordinado ao tema “outra cidade é possível – o futuro da cidade como projecto colectivo”, a intenção era clara no que respeita à procura de um maior envolvimento da sociedade civil para vida colectiva das cidades e para a tomada de decisão nas opções de gestão urbana, num contexto de maior fragmentação social do espaço urbano. A proposta passou pela defesa da construção de um projecto educativo e cultural para as cidades, fortemente participado e que conjugasse políticas públicas e sociedade civil perante os estímulos, mas também os elementos desestruturantes, que a globalização oferecia (BOSCH, 2008, p.265-293).

Em parte, este seria o tema retomado em 2006, no IX congresso, realizado em Lyon, que propunha reflectir sobre “o papel das pessoas na cidade”. Foram partilhadas experiências sobre educação formal e não formal, educação ao longo da vida, as relações humanas na cidade, a democracia e a igualdade, as relações entre os espaços urbanos e os tempos sociais, e a cooperação entre cidades à escala global para uma maior relevância dos espaços urbanos nas relações internacionais. Com 900 participantes, de 200 cidades e 44 países, o congresso de Lyon constituiu-se como uma reflexão colectiva sobre as condições do desenvolvimento urbano, considerando a cidade isoladamente e as possibilidades oferecidas em projectos partilhados pelas cidades associadas da AICE.

Adaptado ao contexto em que se realizou, o congresso de São Paulo, em 2008, abordaria as questões da cidadania em cidades multiculturais. De facto, numa cidade com mais de 10 milhões de habitantes, de todas as proveniências, releva uma discussão em torno das potencialidades e debilidades educadoras das grandes aglomerações urbanas multiculturais, aquelas que mais crescem na actualidade. Os três eixos temáticos seleccionados foram: inclusão, equidade e direitos; a cidade como espaço de aprendizagem; e identidade, diversidade e cidadania, num congresso que, pela primeira vez realizado na América Latina, contou com 768 participantes, de 139 cidades e 13 países.

Globalmente, esta breve análise à sequência dos dez primeiros congressos realizados, permite verificar a ocorrência de uma transferência das preocupações centralizadas na escola, nos jovens e na educação, para uma abordagem mais focalizada na cidade e nas políticas urbanas. Acompanhando algumas das principais preocupações dos espaços urbanos durante a última década do século XX e início do século XXI, verifica-se também uma análise mais específica às questões do património, das artes, das novas tecnologias, da globalização, da imigração e do multiculturalismo.

Ainda em 2008 seria anunciada a cidade de Guadalajara, México, para acolher o XI Congresso Internacional da AICE, realizado em Abril de 2010 sob o tema do desporto no âmbito das políticas públicas das cidades educadoras. Entretanto, foi já anunciado

que, no âmbito da votação efectuada na reunião do Comité Executivo de Outubro de 2009, a cidade de Changwon, na Coreia do Sul, acolherá o XII Congresso, a realizar em 2012, sob o tema da educação ambiental e educação para a criatividade.

Note-se que enquanto os temas dos congressos são propostos pelas cidades candidatas, a selecção da cidade cabe em exclusividade ao Comité Executivo, em consonância com votações subordinadas a aspectos como a relevância dos temas propostos, a defesa que as cidades fazem das suas candidaturas, o historial de envolvimento das cidades candidatas nas actividades da AICE, a qualidade e capacidade de organização demonstrada, e a alternância geográfica.

Em particular, as últimas escolhas têm revelado também uma consonância com os objectivos de ampliação da abrangência geográfica e alargamento do número de cidades em regiões menos representadas, como definido no plano de acção da associação, nomeadamente com os congressos de São Paulo (2008), Guadalajara (2010) e Changwon (2012).

#### 3.4.5 Outros instrumentos

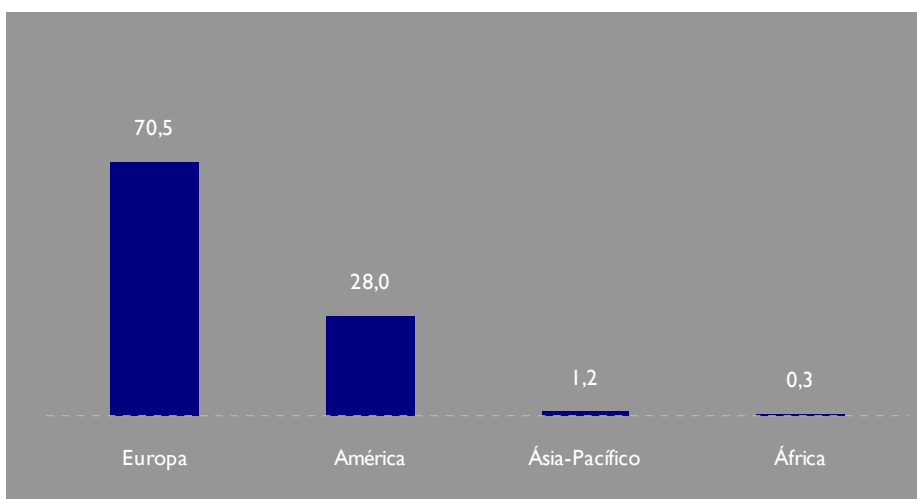
Na Internet, o portal da AICE ([www.edcities.org](http://www.edcities.org)) disponibiliza diferentes informações e documentos sobre actividades desenvolvidas, a cidade educadora, a *Carta das Cidades Educadoras*, e sobre a associação: sua organização, funcionamento e formas de adesão. Permite ainda a criação de uma página web para cada cidade associada que o solicite e disponibiliza o acesso ao já referido *Banco Internacional de Documentos de Cidades Educadoras* (BIDCE), com artigos e apresentações relacionados com a temática das cidades educadoras e centenas de experiências das cidades associadas de todo o mundo.

Em Dezembro de 2009 o BIDCE contava com 923 experiências publicadas nos três idiomas oficiais da associação (espanhol, inglês e francês), sendo que destas, cerca de 100 foram introduzidas nos últimos doze meses, dinâmica parcialmente relacionada com as convocatórias que, periodicamente, a AICE faz junto das cidades associadas, propondo o envio de experiências sobre determinados temas.

A título de exemplo refira-se que, sobre o último *tema da actualidade* lançado em Setembro de 2009, "*Imigração: uma oportunidade e um desafio*", foram publicadas 16 experiências, provenientes de 12 cidades. O BIDCE está disponível para todos os interessados mediante registo prévio, tendo nesta data 2.966 utilizadores inscritos, num universo em que apenas 22% são técnicos ou políticos de administrações locais ([www.edcities.org](http://www.edcities.org), consulta em 21/12/2009).

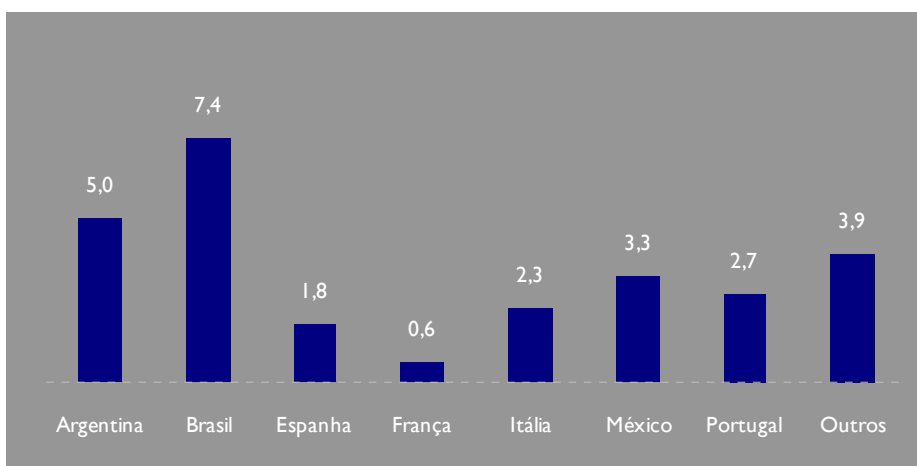
Note-se, quanto ao número de experiências, uma distribuição regional profundamente desigual, onde se faz sentir o maior número de associados da Europa, sendo praticamente inexistentes as experiências das cidades da Ásia-Pacífico e África (Fig.18).

Figura 18. Experiências no BIDCE por região (%)



Fonte: [www.edcities.org](http://www.edcities.org), consulta em 21/12/2009

Figura 19. Número médio de experiências no BIDCE por cidade



Fonte: [www.edcities.org](http://www.edcities.org), consulta em 21/12/2009

Quando comparamos o número de experiências com o número de associados, por países com maior representatividade, revelamos uma participação mais forte dos países da América do Sul no BIDCE (Fig.19), com um maior número médio de experiências publicadas por cidade. Verifica-se também que, deste grupo de países, as cidades portuguesas associadas são, na Europa, as que, em média, têm mais experiências publicadas.

Para além de algumas actividades de formação e do projecto para atribuição de um *Prémio Cidade Educadora*, a AICE publica ainda, desde Março de 2007, um boletim informativo quadrimestral, mais um instrumento de comunicação, divulgação e intercâmbio das experiências das cidades, complementado com espaços de entrevista ou artigos de opinião associados à temática da cidade educadora. O boletim é distribuído em papel e está também disponível no portal.

Neste momento, a AICE tem também em itinerância uma exposição com experiências de várias cidades e que percorrerá todas as cidades que a solicitarem, cabendo a introdução de uma experiência educadora por cada cidade acolhedora.

Em 2008 a associação publicou o livro “*Educação e Vida Urbana. 20 Anos de Cidades Educadoras*”, que conta com artigos de especialistas de diversas áreas, e publica, anualmente, uma série temática designada de Monográfico. Em 2009 foi lançado o primeiro número, com o tema “*Cidade, Urbanismo e Educação*” e em 2010 o segundo número, com o título “*Cidade, Desporto e Educação*”.

Tendo em vista a divulgação da associação, a AICE produz ainda uma série de material informativo e de incentivo a inscrições de novos associados, entre folhetos, edições da *Carta das Cidades Educadoras* ou pequenos filmes, para distribuição nos congressos, encontros, junto de todo o tipo de entidades, de cidades associadas e outras cidades não associadas.

#### 3.4.6 Potencialidades, debilidades e futuro da AICE

Confrontados com a questão relativa à identificação de pontos fortes e fracos da associação, os elementos entrevistados no âmbito do presente trabalho oferecem-nos alguns elementos adicionais à análise já efectuada. Destacam-se, do lado das mais valias, o facto sempre referenciado de se tratar de uma estrutura em rede, que permite a troca de experiências entre diferentes culturas, de diferentes contextos espaciais, e o possibilitar da afirmação da educação, vista no sentido mais universal, como uma das preocupações da políticas locais das cidades associadas.

Entre as principais debilidades identificadas salienta-se o facto da abrangência geográfica ser significativamente restrita ao mundo latino, com a grande maioria das participações a estar, para já, concentrada nos países do sul da Europa e na América Latina.

Por outro lado, há a questão do envolvimento das cidades nas actividades da associação e o incorporar dos princípios de actuação nas políticas locais, que depende dos níveis de participação política ao nível dos executivos municipais, que se vão alterando segundo os ciclos eleitorais estabelecidos. E é ainda referida a dificuldade em dotar o projecto de cidade educadora da transversalidade necessária, ampliando-o a todas as áreas de intervenção municipal e aos vários actores do espaço urbano.

Face aos pontos fracos identificados é natural que algumas das medidas preconizadas para o futuro do movimento se prendam com a sua superação: uma acção que vise uma maior projecção e ampliação da abrangência geográfica das cidades associadas, a adopção de mecanismos que visem contrariar as flutuações de envolvimento dos elementos políticos por via dos ciclos eleitorais, ou o estreitar das ligações da AICE a outros movimentos internacionais de cidades, que possibilite evidenciar o seu trabalho e otimizar a actuação em rede.



Figura 20. Pontos fortes e fracos identificados pelos elementos entrevistados

Pontos fortes	Pontos fracos
<b>Pilar Figueras, Secretária-Geral da AICE, Barcelona, Espanha</b>	
Um maior protagonismo e reconhecimento internacional das cidades. A rede de cidades como um instrumento de diálogo, troca e cooperação.	Desigual distribuição e presença geográfica, com pouco implantação no mundo anglo-saxónico.
O compromisso das cidades com os princípios da Carta depender de uma deliberação, tornando a participação mais sustentada.	Reduzida ou nula participação de outros departamentos municipais que não o da educação.
O reconhecimento dos vectores educadores nas políticas municipais e a constatação da sua transversalidade.	Só uma minoria dos presidentes de câmara conhece e aprofunda o tema.
<b>Anália Brarda, Coordenadora da Delegação da América Latina, Rosário, Argentina</b>	
O importante trabalho de colaboração em rede.	O facto de algumas cidades se associarem em períodos eleitorais.
A ampliação dos contextos educadores.	Dificuldades de trabalhar transversalmente ao nível dos diferentes serviços municipais.
O potenciar das políticas públicas, ao acentuar as suas componentes educadoras.	As dificuldades de reconhecimento das componentes educadoras nos diversos projectos.
<b>Vilu Salvatore, Prefeitura da Cidade de São Paulo, São Paulo, Brasil</b>	
A organização e estrutura da AICE.	A falta de comunicação entre as cidades. Iniciativas muito dependentes da rede territorial.
A preocupação da AICE com a base conceptual do movimento, e a difusão do conhecimento produzido.	A alternância dos representantes das cidades, devido à mudança dos governos municipais.
O número significativo de cidades associadas, com experiências provenientes de diferentes culturas e realidades sociais e políticas.	A subutilização de ferramentas da web para a comunicação entre as cidades.
<b>Lurdes Rabaça, Gabinete Lisboa - Cidade Educadora, Rede Territorial Portuguesa, Lisboa, Portugal</b>	
A Carta das Cidades Educadoras, elemento orientador para os mais diversos contextos.	A dificuldade de envolvimento permanente dos políticos eleitos no processo.
Ser um movimento plural, constituído e enriquecido por cidades de vários países dos cinco continentes.	A pouca formação desenvolvida, importante para os vários intervenores na cidade.
O entender a Educação numa visão ampla. A afirmação do papel e responsabilidade do governo local em todo este processo.	A relativa indefinição no apoio a cidades com carências várias e problemáticas particulares, como no caso dos países africanos.

Fonte: organização do autor, a partir das entrevistas elaboradas (anexos 4, 5, 6 e 7)

Ainda no que respeita aos desenvolvimentos futuros das cidades educadoras, é de considerar que, sendo este um movimento relativamente recente e em crescimento, são esperadas iniciativas que visem uma aprendizagem sobre a sua própria actuação. Estas permitirão manter a coerência das propostas para um universo cada vez mais vasto de cidades e com realidades tão díspares quantas as diferenças que encontramos, por exemplo, entre a metrópole e o pequeno espaço urbano, ou entre a cidade europeia e a cidade africana, com dimensões, potencialidades, problemas e desafios muito diferentes.

Segundo Pilar Figueras, esta multiplicidade de formas de desenvolver o projecto de cidade educadora, não é senão uma das oportunidades que enriquece o movimento, devendo a AICE criar mecanismos para que mais abordagens e actuações se apresentem e discutam no seio da associação (Pilar Figueras, em entrevista ao autor - anexo 4).

### Síntese: Vinte anos a construir a rede

Considerando o ano de 1990 como o ano zero das cidades educadoras, cumpriram-se já os primeiros vinte anos de um conceito que, como vimos anteriormente, se tem implementado e ampliado ao longo de todo este período. Verificámos que as cidades educadoras são um movimento internacional impulsionado pelo município de Barcelona, agregando governos locais em torno de um documento de princípios, a *Carta das Cidades Educadoras*, que implica as cidades numa actuação em favor da formação integral e permanente dos seus habitantes.

De um primeiro congresso em 1990, constituíram-se as cidades educadoras em associação internacional, juntando hoje, mais de quatro centenas de governos locais de todos os continentes. O contínuo crescimento do movimento revela que o conceito, também ele entretanto desenvolvido, continua a atrair novos associados, ainda que especialmente muito centrados nos países do sul da Europa e América Latina.

Nestas duas primeiras décadas de evolução das cidades educadoras, saliente-se a transição de uma abordagem mais centrada na escola e nas políticas urbanas dirigidas para os mais jovens, para uma concepção de cidade educadora como respeitante a um conceito mais amplo, transversal às diferentes temáticas da gestão das cidades e com projectos para todas as gerações. Esta mudança, não deliberada mas conjuntural, foi provocada pela própria dinâmica das cidades associadas, através dos encontros realizados e dos documentos produzidos, acompanhando também as alterações que as cidades foram conhecendo.

## 4. CIDADES EDUCADORAS EM PORTUGAL

### 4.1. Cidades portuguesas associadas da AICE

Existindo numerosos exemplos de redes de cidades, interessa perceber que as motivações, objectivos e formas de organização, observam inúmeras semelhanças entre si, ainda que enquadrados por diferentes temáticas. Como cada uma das cidades associadas da AICE se organiza em torno do conceito, o que procura com a sua participação na associação internacional das cidades educadoras e quais os resultados dessa mesma participação, são elementos a abordar no presente capítulo, com uma análise à participação portuguesa no movimento das cidades educadoras.

O início desta participação confunde-se com o próprio arranque do movimento que, como referido anteriormente, remonta a 1990 e ao I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona e no qual participaram as cidades de Lisboa e Porto.

Sobre este primeiro momento, Maria de Lurdes Rabaça, representante de Lisboa no Comité Executivo da AICE, envolvida no processo desde 1990 e actual responsável pelo *Gabinete Lisboa, Cidade Educadora*, refere que aquelas duas cidades:

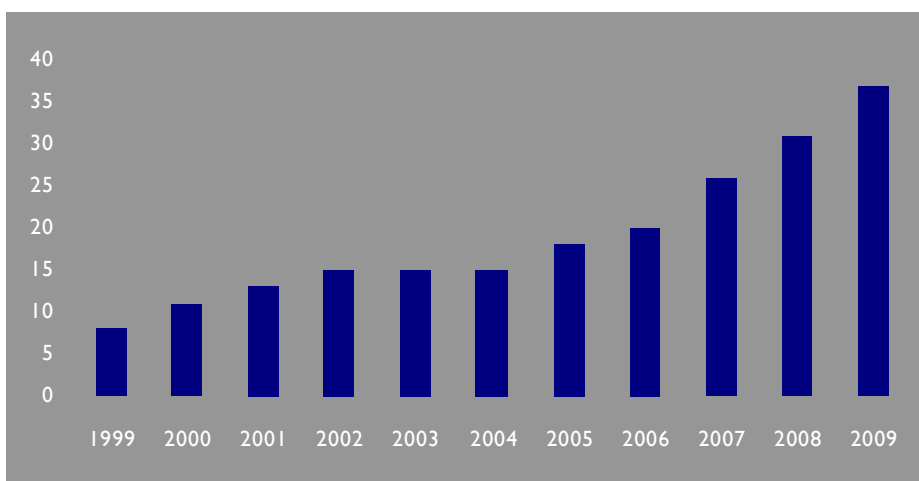
“(…) participaram no Congresso de Barcelona, de 26 a 30 Novembro, em todos os trabalhos organizados, apresentando oralmente experiências e assinando a *Carta das Cidades Educadoras – Declaração de Barcelona*, em 30 de Novembro, do ano supra referenciado” (Lurdes Rabaça em entrevista concedida ao autor – anexo 7).

Estes dois municípios, ficaram assim associados à primeira redacção da *Carta das Cidades Educadoras* e aos trabalhos seguintes de formalização e instalação da AICE, algo que, como apresentado no capítulo anterior, se viria a concretizar no III Congresso Internacional, realizado em Bolonha, em 1994.

Ainda segundo Lurdes Rabaça, um segundo momento da participação portuguesa no movimento viria a acontecer durante a preparação do VI Congresso, realizado em Lisboa no ano 2000. Nesta organização estiveram já envolvidos outros municípios da área metropolitana de Lisboa que, reunindo periodicamente no que se designou de “*Rede Metropolitana de Lisboa dos Municípios Educadores*”, a convite de Lisboa e com o objectivo de debater assuntos ligados à gestão municipal da educação, se viriam a associar à AICE. São disso exemplo as adesões de Almada (1997), Cascais (1997), Loures (1997) ou Odivelas (1999). Assim, aquando da realização do VI Congresso, eram dez os municípios portugueses associados da AICE. Outros municípios participaram no congresso como observadores, vindo a solicitar a adesão no período imediatamente a seguir.

De facto, prosseguiram as adesões dos municípios portugueses nos anos seguintes, e num ritmo mais evidente sobretudo a partir de 2005. Este surto parece ter ficado a dever-se à visibilidade que o movimento foi assumindo, com o seu próprio crescimento e também com trabalho conjunto que os municípios portugueses começaram a produzir, nomeadamente através da difusão de boletins informativos ou da realização de reuniões com convite a municípios não aderentes.

Figura 21. Evolução do número de Cidades Educadoras em Portugal <sup>4</sup>



Elaboração do autor, a partir de dados do *Gabinete Lisboa, Cidade Educadora*

Ainda no que se refere às adesões, e partindo de uma análise às motivações expressas em deliberações municipais que estão na sua base<sup>5</sup>, são constantes as referências à comunhão dos princípios defendidos pela associação e às mais valias possibilitadas pela troca de experiências e intercâmbio de boas práticas entre os seus membros.

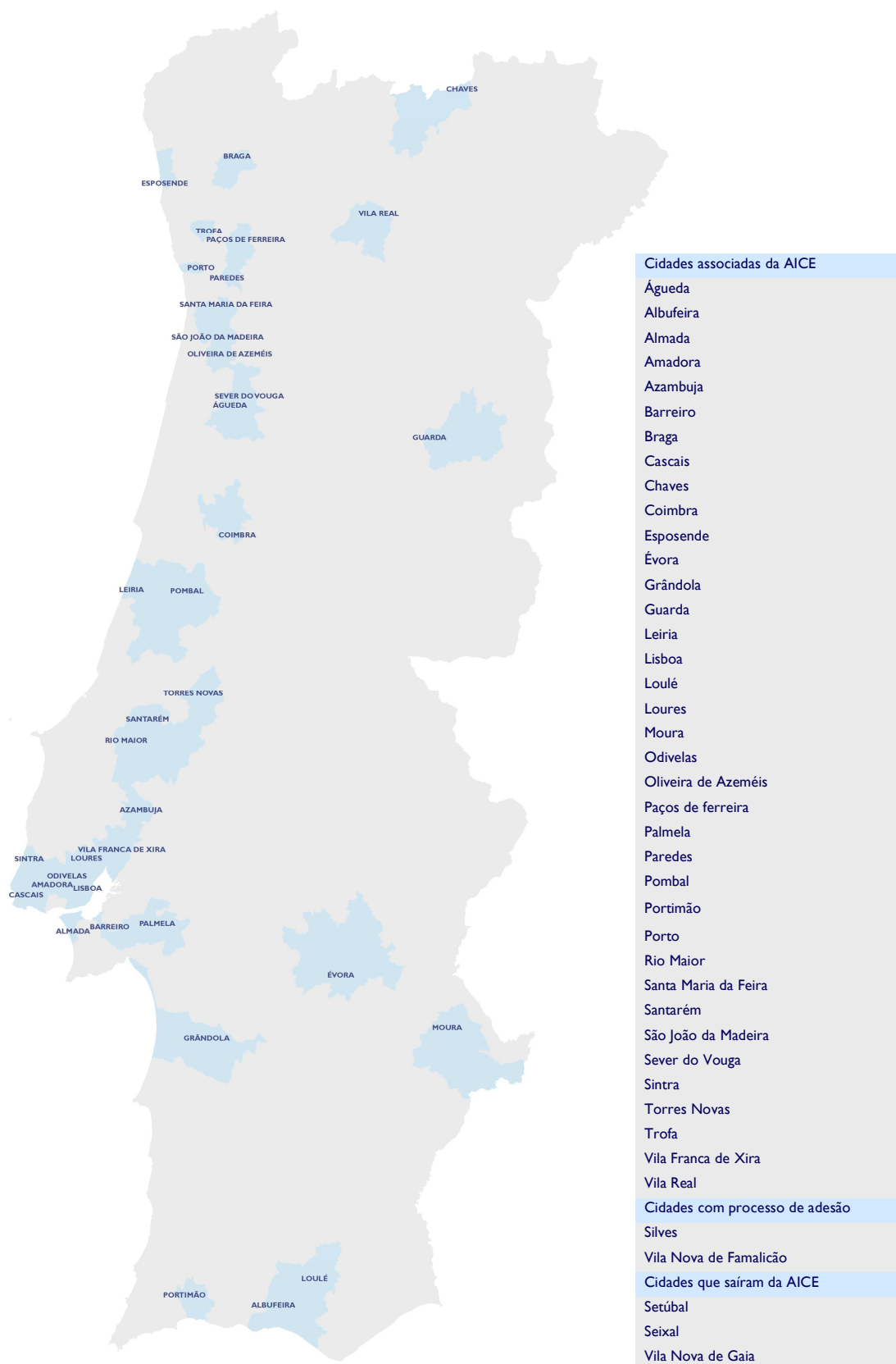
Menos frequentes são outros factores incentivadores identificados, tais como: o contacto com “*novas perspectivas de governar a cidade*” (Santarém, 28/07/2006), a “*presença do município numa rede global*” em contexto de globalização” (Torres Novas, 31/01/2006), o “*privilégio de pertencer a uma associação cujos membros são cidades dos cinco continentes*” (São João da Madeira, 05/12/2006), ou a adesão como móbil para a dinamização de “*um projecto educador para toda a cidade/município*” (Vila Real, 10/03/2004).

Refira-se que neste período analisado, de aproximadamente uma década, se verificou a saída de apenas três municípios, Setúbal, Seixal e Vila Nova de Gaia, estas duas últimas ratificadas em assembleia-geral da AICE realizada em Génova, no decorrer dos trabalhos do VIII Congresso Internacional, em 2004 (acta de 17 de Novembro de 2004).

<sup>4</sup> Segundo as datas da respectiva ratificação em Assembleia-geral da AICE.

<sup>5</sup> Foram analisadas actas de órgãos municipais de oito municípios portugueses, a saber: Azambuja, Chaves, Coimbra, Évora, Moura, Rio Maior, Santarém, São João da Madeira, Torres Novas e Vila Real.

Figura 22. Cidades Educadoras Portuguesas em 2010



Elaboração do autor, a partir de dados do *Gabinete Lisboa, Cidade Educadora*

As mudanças políticas nos executivos municipais, muitas vezes associadas a mudança de estratégias de actuação e prioridades de intervenção, são geralmente os motivos apontados para o abandono da AICE, e um traço comum às saídas registadas.

Em 2010 regista-se um total de 37 municípios portugueses associado da AICE, havendo outros dois com processos de adesão em curso. Trata-se de um conjunto que apresenta características muito díspares entre si, mas com um padrão de localização facilmente identificável com outras dinâmicas actuais da sociedade portuguesa (Fig.22).

Com efeito, à excepção de cinco municípios (Chaves, Vila Real, Guarda, Évora e Moura), todos os restantes localizam-se numa faixa litoral que vai desde a Região Norte ao Algarve, verificando-se uma expressiva concentração nas envolventes metropolitanas de Lisboa e Porto.

Saliente-se também a participação das duas maiores cidades do Litoral Centro, Coimbra e Leiria, bem como de alguns municípios da área de influência do Vale do Tejo, como Torres Novas, Santarém e Rio Maior.

Uma vez que nos estamos a referir ao conjunto de municípios já identificado, predominantemente urbanos e localizados no litoral, é natural que os seus indicadores reflectam territórios mais densamente povoados do que média nacional, com maior dinâmica populacional, mais população jovem e menor proporção de idosos.

Figura 23. Indicadores das cidades educadoras portuguesas

Indicadores		Cidades Educadoras	Portugal
População residente (2008)	N.º	3.862.852	10.627.250
Densidade populacional (2008)	Hab/km2	1152	115,4
Varição populacional (91-01)	%	9,6	4,9
Crescimento efectivo (2008)	%	0,1	0,1
População 0-14 anos (2008)	%	15,4	15,3
Índice de envelhecimento (2008)	N.º	114,6	115,5
Taxa de analfabetismo (2001)	%	8,4	9,0
Poder de compra concelhio (2005)	País=100	101,1	100,0

Fonte: www.ine.pt, página consultada em 02/01/2010

Não obstante as diferenças registadas (Fig.23), extensíveis, por exemplo, à taxa de analfabetismo e ao poder de compra concelhio, note-se que as cidades educadoras portuguesas abrangem cerca de 36% do total de residentes do país, pelo que os seus indicadores acabam por ser também representativos da realidade social e económica do país, e por isso muito próximos das médias nacionais.

## 4.2. A rede portuguesa das cidades educadoras

### 4.2.1 Modelo de funcionamento

Em Portugal as cidades educadoras estão organizadas numa estrutura designada de *Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE)*, da qual fazem parte todos os municípios portugueses associados da AICE. A rede reúne em plenário de municípios/encontros nacionais, constituindo, entre os seus membros, uma comissão de coordenação.

Como definido no seu Regimento, a RTPCE tem dois objectivos centrais (artigo 2.º):

- a) *Ser instância de reflexão e debate dos Princípios da Carta das Cidades Educadoras e de coordenação e fomento de actividades promotoras destes Princípios a nível municipal/nacional.*
- b) *Procurar que os municípios portugueses incorporem esta filosofia de intervenção nas suas políticas, envolvendo e articulando transversalmente as intervenções das várias entidades e instituições que interagem as cidades, procurando trabalho educador a nível municipal e mais amplamente ainda, a nível nacional e internacional, colaborando e participando nos trabalhos e eventos organizados.*

Globalmente, os dois objectivos enunciados concorrem para a consolidação e ampliação do conceito de cidade educadora no país, bem como para a promoção de um trabalho de cooperação e troca de experiências entre municípios portugueses. Esta acção deve favorecer a concretização dos princípios da *Carta das Cidades Educadoras*, corporizando também uma ideia de associação internacional cujo trabalho em rede se pretende aprofundado.

Como referido, o significativo crescimento do número de municípios portugueses associado da AICE a partir de 2005, não será alheio à formalização de uma estrutura de funcionamento e coordenação da rede territorial portuguesa, concretizada nesse mesmo ano. Segundo Lurdes Rabaça:

*“O modelo de coordenação da Rede Portuguesa dos Municípios Educadores que resultou da reunião organizada em Oliveira de Azeméis em 20 de Janeiro de 2005, modelo esse que criou uma Comissão de Coordenação constituída pelos representantes dos municípios do Barreiro, Grândola, Lisboa, Oliveira de Azeméis e Vila Real, deu um impulso, de realce, ao trabalho e crescimento da Rede Territorial Portuguesa.*

*Esta Comissão, elaborou e materializou um modelo de funcionamento com Regimento e Plano de Actividades aprovados em plenário de municípios, que concretiza uma coordenação de trabalhos necessária e uma metodologia que resultou na afirmação e valorização do trabalho em rede nacional e internacional” (Lurdes Rabaça em entrevista concedida ao autor – anexo 7).*

Foi então a partir desta data, que os municípios portugueses passaram a dispor de uma organização, a comissão de coordenação da RTPCE, que, trabalhando de forma permanente e articulada, permitiu ampliar a visibilidade do movimento junto dos restantes municípios, favorecendo o aumento do número de adesões. Cabe a esta comissão a preparação das principais actividades da rede territorial portuguesa e coordenar a participação e a presença de Portugal nas actividades da AICE, entre outras funções sempre associadas à organização dos municípios portugueses e à divulgação das cidades educadoras no país.

Em Novembro de 2006, decorrente do aumento do número de adesões e do consequente acréscimo de tarefas que lhe está associado, a comissão de coordenação viria a ser alargada a sete municípios (com Santa Maria da Feira e o Porto a juntarem-se ao grupo da primeira comissão). Este grupo terminaria o seu mandato de dois anos em Novembro de 2008, altura em que é eleita uma nova comissão, formada por Albufeira, Évora, Grândola, Lisboa, Santa Maria da Feira, Torres Novas e Vila Real, em funções até ao final de 2010.

Não existindo, fisicamente, um organismo permanente de coordenação, esta comissão reúne periodicamente para preparar as actividades da Rede, com todas as informações a serem centralizadas e comunicadas com a sede da AICE, em Barcelona, através do Município de Lisboa. Como já foi referido, este município pertence ao Comité Executivo da associação e dispõe, nesta altura, entre os seus serviços, de uma unidade orgânica dedicada ao movimento, o *Gabinete Lisboa, Cidade Educadora*.

Recorde-se que a AICE tem previsto, na sua estrutura orgânica de funcionamento, o estabelecimento de delegações, redes territoriais e redes temáticas, as duas primeiras numa lógica de proximidade que favorece um trabalho mais permanente entre cidades, e as segundas numa lógica de abordagem mais pormenorizada e dedicada a algum tema concreto da *Carta das Cidades Educadoras*. Neste sentido, a rede territorial portuguesa dispõe, no orçamento anual da AICE, de uma subvenção que possibilita o desenvolvimento das suas actividades. Entre estas, destacamos os congressos nacionais, os encontros nacionais e a publicação do boletim informativo.

#### 4.2.2 Congressos Nacionais

Realizados de dois em dois anos, intervalados pelos congressos internacionais, os congressos nacionais da rede portuguesa das cidades educadoras, são um momento de reflexão e troca de experiências em torno de temas e práticas de intervenção dos municípios portugueses, que reflectam a incorporação dos princípios da *Carta das Cidades Educadoras*. Tratam-se de congressos abertos à participação de todos os interessados, representantes de outros municípios ou mesmo de outras áreas de intervenção, com programas que combinam intervenções académicas, de reflexão conceptual sobre a cidade educadora, com a apresentação de casos práticos, projectos e boas práticas das cidades educadoras portuguesas, à semelhança da organização dos congressos internacionais.



A realização do congresso nacional é comparticipada pela AICE e todos os municípios da rede se podem candidatar à sua organização. É à comissão de coordenação nacional que cabe a selecção da cidade vencedora, estando o processo previsto num regulamento específico aprovado para o efeito.

Até ao momento, e desde que se decidiu avançar com a realização dos congressos nacionais, decorreram já três edições<sup>6</sup>:

- I. *A Cidade é Educadora!*, Vila Real, 18 e 19 de Maio de 2006
- II. *Municípios Educadores vs Territórios Multiculturais*, Santa Maria da Feira, 25 e 26 de Outubro de 2007
- III. *A educação como património e o património como agente educador*, Évora, 7 a 9 de Maio de 2009

Quanto aos temas explorados, propostos por cada uma das cidades organizadoras, eles reflectem uma preocupação já observada relativamente aos congressos internacionais: uma tentativa de afastamento face às questões da educação formal, em favor de outras abordagens educadoras da cidade, como a abordagem aos desafios da construção de cidades multiculturais, ou às formas de organização da cidade de modo a potenciar as funções educadoras do seu património.

Os congressos nacionais, pela sua abertura a todos os municípios interessados, constituem também um instrumento de promoção de novas adesões à AICE. De facto, para além dos municípios da rede, as suas participações, geralmente de 40 a 50 municípios portugueses, acrescido de investigadores de diferentes universidades e escolas superiores, estruturas ligadas ao sector da educação como técnicos de organismos da administração central, direcções de escolas, associações de pais, sindicatos, ou outros sectores interessados nas temáticas abordadas, permite uma eficaz divulgação nacional do movimento.

#### 4.2.3 Encontros Nacionais

Restritos à participação dos municípios da rede e a outros municípios convidados, os encontros nacionais têm por objectivo constituir-se como “*espaços de formação, de debate sobre o funcionamento da Rede, e de partilha de boas práticas*” (Artigo 3.º da RTPCE). A sua periodicidade é trimestral e os temas tratados têm também variado em função dos interesses dos municípios que os acolhem (escolhidos por votação entre todos). Da sequência de encontros realizados (Fig.24), percebe-se que parte significativa dos temas abordados se relaciona com o próprio funcionamento da rede, principalmente no que se refere ao seu regimento, composição da comissão de coordenação e participação portuguesa nos congressos internacionais.

---

<sup>6</sup> Por motivos logísticos o primeiro congresso acabaria por se realizar em ano de congresso internacional, aplicando-se, a partir de 2007, a regra da sua realização em anos alternados com aquela reunião internacional.

Esta concentração do debate em torno do funcionamento da rede é natural se consideramos que se trata de uma estrutura relativamente recente e à qual se têm juntado novos membros nos últimos anos. Por outro lado, estes assuntos também farão parte de uma agenda para a construção e consolidação da AICE, possibilitando um funcionamento da associação mais integrado e em rede.

Figura 24. Encontros da RTPCE nos últimos cinco anos

Ano	Data	Cidade	Principais temas abordados
2005	20/01	Oliveira de Azeméis	O Congresso de Génova (2004), apresentação de experiências e discussão sobre a Carta das Cidades Educadoras. Funcionamento da Rede Portuguesa.
	07/04	Porto	Política educativa do país, o papel da educação na coesão social e a importância da escola para a comunidade.
	02/06	Barreiro	4.ª Feira pedagógica do Barreiro, troca de experiências e discussão sobre a Educação, no sentido mais lato do conceito.
	08/09	Grândola	Apresentação do n.º 0 do Boletim da Rede. A participação dos municípios portugueses nas redes temáticas da AICE.
2006	12/01	Vila Real	O conceito de cidade educadora e a adesão à AICE.
	18/05	Vila Real	A participação portuguesa no Congresso Internacional de Lyon.
	14/09	Lyon	O stand da rede portuguesa no congresso e o funcionamento da Comissão de Coordenação da RTPCE.
	23/11	Lisboa	Avaliação do congresso de Lyon. Aprovação de alteração ao Regimento da RTPCE e votação de comissão.
2007	22/03	Évora	Experiências dos municípios na implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular. Congresso Nacional.
	05/07	Torres Novas	As actividades de Enriquecimento Curricular e as diferentes abordagens locais à iniciativa da administração central.
	16/11	Lisboa	Discussão em torno da Língua Portuguesa na AICE. Preparação de stand da rede e documentos para Congresso de São Paulo.
2008	24/01	Paredes	Participação portuguesa no Congresso Internacional de S. Paulo. Actividades de Enriquecimento Curricular. Novas competências.
	26/06	Santarém	A nova transferência de competências na área da educação. Presença da Ministra da Educação.
	20/11	Loulé	Projecto Educativo de Cidade: o caso de Barcelona. Votação de nova Comissão de Coordenação.
2009 <sup>7</sup>	11/03	Almada	As novas tecnologias na escola e na educação. Portal “Almada Cidade Educadora”. Aprovação de novos normativos da Rede.
	26/06	Esposende	Conferência: globalização, políticas locais e processos educativos. A intervenção precoce em Esposende.

Fonte: documentos da AICE e da RTPCE, com recolha e tratamento do autor.

<sup>7</sup> Em 2009, houve um encontro informal no decorrer do Congresso Nacional de Évora, sendo que um terceiro encontro, por razões que se prenderam com a realização de eleições autárquicas em Outubro de 2009, foi adiado para Janeiro de 2010, tendo decorrido em Leiria, em 14/01/2010.

Ainda assim, note-se, sobretudo nos últimos encontros, a presença de actividades de formação, com conferências proferidas por especialistas convidados, ou a troca de experiências entre os municípios sobre temas da *Carta das Cidades Educadoras*. E têm também sido discutidos alguns temas da educação formal, sobretudo questões com que os municípios foram confrontados nos últimos anos na área da educação, como as actividades de enriquecimento curricular (2007) ou a transferência de novas competências da administração central (2008).

Para além dos temas indicados, saliente-se que os encontros são sempre o espaço para troca de informações sobre o trabalho da comissão de coordenação e também para a divulgação de informações prestadas pela AICE.

Refira-se ainda que os encontros, suportados pelos municípios que os acolhem, tem geralmente a duração de um dia, sendo a manhã reservada aos trabalhos agendados e a tarde ocupada com a visita a alguma experiência local enquadrada nos princípios das cidades educadoras.

#### 4.2.4 Boletim informativo

O boletim de informação da RTPCE constitui um meio de divulgação do movimento, e também um espaço de troca de experiências entre os municípios. Actualmente com treze números editados, ele tem existência em suporte de papel e em formato digital, sendo garantido por uma comissão editorial formada por elementos de três municípios, entre os membros da comissão de coordenação, nesta altura com Lisboa, Évora e Torres Novas a assumirem essa função.


No que respeita aos conteúdos, o boletim inclui uma experiência, projecto ou notícia de cada um dos municípios da rede que queiram participar, um artigo de opinião sobre uma reflexão em torno das cidades educadoras, um espaço de informações da comissão de coordenação, sobre as suas actividades ou sobre notícias do Comité Executivo sobre a AICE, e ainda um espaço de agenda, em que os municípios podem divulgar as suas próximas iniciativas.

Para além de ser difundido juntos dos municípios da rede, o boletim é enviado para todos os municípios portugueses, para municípios associados da AICE de países lusófonos e para organismos como a Associação Nacional de Municípios ou o Ministério da Educação.

A sua distribuição está a cargo do município de Lisboa, sendo que os encargos decorrentes da impressão correm por conta do orçamento da AICE afecto à rede territorial portuguesa.

Figura 25. Primeira página do Boletim n.º 11 da RTPCE

Águeda • Albufeira • Almada • Amadora • Azambuja •  
 Barreiro • Braga • Cascais • Chaves • Esposende • Évora •  
 Guarda • Leiria • Lisboa • Loulé • Loures • Moura •  
 Odiveias • Oliveira de Azeméis • Paços de Ferreira •  
 Palmela • Paredes • Portimão • Porto • Rio Maior • S. João  
 da Madeira • Santarém • Sever do Vouga • Sta. Maria  
 da Feira • Torres Novas • Vila Franca de Xira • Vila Real



REDE PORTUGUESA  
 das CIDADES EDUCADORAS

Boletim nº11 | 2010

---

### Editorial

#### Mais 20 Anos de Cidades Educadoras

Cumpriram-se já os primeiros vinte anos de existência do projecto das Cidades Educadoras, duas décadas de importantes transformações mundiais como a globalização, a internacionalização da economia, os avanços nas tecnologias da informação ou o aprofundar das preocupações com a sustentabilidade do Planeta.

Para nós, Cidades Educadoras, é especialmente significativo o forte crescimento da população urbana, acentuando uma tendência de concentração populacional que já se registava nas últimas décadas. Segundo as perspectivas da ONU, em 2010, 3,500 milhões de pessoas habitam as nossas cidades, ou seja, mais de metade da população mundial.

Mas a questão urbana não encerra apenas a dimensão demográfica das cidades. A urbanização, enquanto conjunto de novas referências sociais e culturais, é transversal à pequena aglomeração, à cidade média ou à grande metrópole, colocando-nos a todos, políticos, gestores e cidadãos, perante renovados desafios.

Definitivamente, a gestão urbana já não se pode limitar a prover as infra-estruturas que satisfaçam as necessidades básicas de uma população que cresce. É essencial o desenvolvimento de uma administração de cidade que se assuma como catalizadora de vontades, dinamizadora de redes e mobilizadora de um novo relacionamento entre os múltiplos actores locais, criando as sinergias necessárias num contexto de crescente complexidade e volatilidade social e económica.

É isto que procuramos fazer melhor, individualmente como se constata da leitura dos projectos que as Cidades Educadoras desenvolvem, e em conjunto através de uma Rede Portuguesa que continua a crescer e a consolidar-se. Aberto a todos os municípios que, connosco, queiram partilhar desafios, experiências e soluções para os espaços urbanos da actualidade, o projecto das Cidades Educadoras tem, pelo menos, mais vinte anos de actividade pela frente!

*Manuela Pinheiro*  
 Vereadora da Educação, Bibliotecas e Museus  
 Câmara Municipal de Torres Novas

### Encontro Nacional

#### Encontro de Municípios da Rede Portuguesa em Esposende



O Município de Esposende, recebeu no dia 26 de Junho passado, o Encontro Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras.

Fizeram-se representar na Casa da Juventude deste Concelho, 17 Municípios da Rede, mais um Município convidado (Ovar), num total de cerca de 40 pessoas presentes.

Na sessão de abertura a Vereadora da Educação da Câmara Municipal de Esposende, Emilia Vilarinho, agradeceu a presença de todos os participantes e manifestou regozijo pelo Encontro ter lugar em Esposende, que integra a Associação Internacional das Cidades Educadoras desde 2006. Os trabalhos iniciaram-se com a conferência intitulada "A Educação e a Cidade: globalização, políticas locais e processos educativos", proferida pelo Professor Almirindo Jancla Afonso, do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, que contextualizou o movimento das Cidades Educadoras num período de pós-modernidade, caracterizado por movimentos de transição, de crítica e até mesmo de provocação, frisando que Cidade Educadora pode ser concebida utopicamente como um espaço de resistência cultural, resistência activa, criativa, capaz de revalorizar o diálogo, a democracia e a participação.

Num segundo momento da reunião, foram apresentadas informações da Comissão de Coordenação da RTPCE, pela Vereadora do Pelouro da Educação de Torres Novas, Manuela Pinheiro, nomeadamente no que respeita a novas adesões, nova Edição atualizada do Desdobrável da Rede Portuguesa, necessidade da Comissão de Coordenação conhecer

Adaptado de [www.edcities.org](http://www.edcities.org)

## 4.2.5 Outras actividades e desenvolvimentos futuros

Para além destas três actividades nucleares (congressos, encontros e boletim), a rede portuguesa coordena a participação portuguesa nos congressos internacionais e promove a participação dos municípios portugueses noutras actividades da AICE, como a publicação de experiências no banco internacional de dados (BIDCE).

Nos últimos anos, tem ainda procurado fomentar as adesões entre os municípios de outros países lusófonos, em particular dos países africanos, com o objectivo de promover a língua portuguesa no seio da AICE.

Sobre o futuro da rede territorial portuguesa, Lurdes Rabaça afirma que com:

*“(...) o natural crescimento da Rede em número de municípios aderentes, entendo que se exige uma reflexão sobre a metodologia de funcionamento e uma nova estratégia de trabalho que poderá passar pela criação de grupos de trabalho temáticos (segundo os Princípios da Carta das Cidades Educadoras e a sua aplicação na diversidade das experiências que caracterizam a realidade local) com debate sobre as análises havidas, a nível nacional e envolvendo também, num trabalho em rede, a participação de municípios de países lusófonos ou de outros da AICE” (Lurdes Rabaça em entrevista concedida ao autor – anexo 7).*

Da leitura da actuação da RTPCE nos últimos anos, perpassam também algumas dificuldades de abordagem concreta aos princípios de intervenção da *Carta das Cidades Educadoras*, preteridos perante as preocupações com a organização funcional da rede, algo compreensível perante um grupo bastante heterogéneo de municípios e que se encontra em contínuo crescimento. Uma das soluções, como afirma Lurdes Rabaça, poderá passar então por um trabalho em grupos mais pequenos, organizados segundo os interesses de abordagem a alguma temática mais particular, com apresentação de resultados em encontros plenários, sejam eles no formato de encontros ou congressos nacionais.

De facto, até ao momento, o trabalho da rede tem como resultados mais evidentes as actividades e publicações descritas, bem como uma participação coordenada nos congressos internacionais, sendo também bem sucedida no que respeita à promoção nacional da AICE, traduzida no aumento do número de adesões portuguesas.

Ainda assim, o número alargado de municípios associados parece exigir uma mudança metodológica em referência à necessidade de tornar mais efectivas as abordagens aos temas propostos para as cidades educadoras, podendo, de facto, revelar-se útil a constituição de grupos de trabalho mais restritos, que ofereçam depois os seus resultados aos restantes membros da rede.

## 4.3 Cidades educadoras portuguesas em análise

### 4.3.1 Metodologia

Com o objectivo de apresentar a actuação dos municípios portugueses enquanto membros da AICE e participantes da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE), foram elaboradas entrevistas, escritas e por correio electrónico, a elementos dinamizadores do projecto em três municípios: Évora, Santa Maria da Feira e Torres Novas.

Relativamente a estes mesmos municípios, foram também consultados diferentes documentos, divulgados em diversos suportes, entre o portal da AICE, documentos produzidos pela rede territorial portuguesa e informações divulgadas nos respectivos sites internet.

As questões colocadas prendiam-se com a percepção dos principais desafios que os municípios encontram na gestão urbana actual, os fundamentos para a adesão ao movimento das cidades educadoras e a exemplificação da forma como é assumida essa participação, através da identificação de projectos desenvolvidos em função dos princípios da *Carta das Cidades Educadoras*.

A análise efectuada orienta-se pela sequência das questões colocadas, acrescentando-se as fundamentações para a adesão à AICE que encontramos nas respectivas deliberações municipais, bem como os traços gerais de uma das experiências publicadas no BIDCE, para uma melhor exemplificação da intervenção destes três municípios educadores portugueses em análise.

Figura 26. Apresentação dos entrevistados e municípios em análise

Dados	Évora	Santa Maria da Feira	Torres Novas
Elemento entrevistado	Sancho Gomes	Amadeu Albergaria	Manuela Pinheiro
Cargo	Técnico Superior de Educação	Vereador da Cultura, Desporto e Juventude	Vereadora da Educação, Bibliotecas e Museus
Região (NUTII)	Alentejo	Norte	Centro
Sub-região (NUT III)	Alentejo Central	Entre Douro e Vouga	Médio Tejo
Habitantes (2008)	54.780	147.406	36.968
Principal fundamento de adesão	Promoção da participação cívica	Identificação com princípios de actuação	A globalização e a inserção em redes de cooperação
Experiência no BIDCE analisada	“A Loja dos Sonhos”: a promoção das TIC junto de todos os grupos populacionais	“Assembleia de Crianças”: os valores democráticos junto dos mais novos	“Feira do Ambiente de Torres Novas”: a sustentabilidade à escala local

Fonte: análise do autor, a partir de dados do INE e das entrevistas realizadas

#### 4.3.2 Évora

Enquanto membro da rede territorial portuguesa, o município de Évora faz parte do grupo de municípios que aderiu à AICE logo após o congresso internacional de Lisboa, realizado em 2000. Foi aliás motivado pelo congresso, que o município viria ter conhecimento do movimento das cidades educadoras, através de um contacto exploratório de Lisboa. No âmbito da rede portuguesa trata-se de um município membro da comissão de coordenação, membro do conselho editorial do boletim da rede, e organizador do III Congresso Nacional, que decorreu em 2009, tendo, já em 2007, acolhido um dos encontros nacionais.

Para Sancho Gomes, ainda que não seja conveniente generalizar, é, contudo, possível identificar como grande problema dos espaços urbanos da actualidade, a falta de vivência colectiva na cidade. Segundo este técnico da Divisão de Educação da Câmara Municipal de Évora:

*“As cidades são cada vez menos construídas para as pessoas, com espaços públicos e de convívio cada vez mais limitados. A cidade perdeu a sua dimensão de comunidade, com repercussões a vários níveis. Ora, nesta cidade que cresce de costas voltada para as pessoas, não há promoção da cidadania nem convite ou apelo à participação (...)”* (Sancho Gomes em entrevista ao autor – anexo 8).

A fundamentação para a adesão de Évora às Cidades Educadoras, acaba por reflectir esta preocupação identificada, procurando-se a promoção de uma nova cidadania através de uma intervenção reforçada na área da educação, com um conjunto de projectos que ultrapassam as competências municipais legisladas:

*“As contínuas mudanças sociais e a emergência de novas dinâmicas do sistema educativo têm cada vez mais afirmado a Educação como uma responsabilidade comunitária global. Para além das competências municipais legisladas, a autarquia de Évora, em estreita parceria com as instituições educativas do concelho, tem desenvolvido um significativo trabalho ao nível da dinamização de projectos educativos que visam promover e facilitar o exercício da cidadania activa”* (Sancho Gomes em entrevista ao autor – anexo 8).

Entre estes projectos, Sancho Gomes identifica iniciativas já enquadradas nos princípios da *Carta das Cidades Educadoras*, na área da promoção da educação ambiental (o projecto *Évora AMIGA*), de promoção da leitura (*A Fada Palavrinha* e *o Gigante das Bibliotecas*), de fomento do voluntariado entre gerações (projecto *Okup@te*), de promoção das tecnologias ou de educação para o património (*Núcleo Museológico do Alto de São Bento*). Mesmo que seja procurada uma correspondência com os princípios das cidades educadoras, outros projectos são, contudo:

*“(...) desenvolvidos sem uma efectiva relação com a Carta, ainda que os seus princípios sejam observados. Isto é, as possibilidades educadoras são potencializadas, sem que haja, contudo, essa intencionalidade educadora, referida na Carta”* (Sancho Gomes em entrevista ao autor – anexo 8).

Reconhecendo que os princípios da *Carta das Cidades Educadoras* se inserem numa matriz actual de actuação em referência a valores universais generalizados em documentos internacionalmente reconhecidos como a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, Sancho Gomes não deixa de referir que:

*“(...) é objectivo do Município de Évora continuar a divulgar interna e externamente a Carta de Princípios, de modo a rentabilizar todas as suas potencialidades na definição de uma estratégia de desenvolvimento local.”* (Sancho Gomes em entrevista ao autor – anexo 8).

Figura 27. Exemplo de projecto do município de Évora no BIDCE

**A LOJA DOS SONHOS**

*O município de Évora entende a educação como um vector fundamental para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, está a implementar um plano global de intervenção, estruturado em dois eixos: a promoção de projectos sócio-educativos e a criação de recursos educativo-culturais.*

*Por outro lado, o município também reconhece que, num mundo cada vez mais global, deve produzir-se uma intervenção pública permanente de desenvolvimento das competências dos cidadãos, principalmente no âmbito das Tecnologias da Informação e da Comunicação. Trata-se de uma área do conhecimento que adquire cada vez mais importância, na medida em que se estão a converter em ferramentas de trabalho. Também por uma questão de justiça social, é fundamental que os diferentes níveis da administração invistam na promoção da alfabetização digital, compromisso que Évora não descarta.*

*A Loja dos Sonhos nasce da requalificação de um autocarro como centro sócio-pedagógico interactivo. Como recurso itinerante, ele encontra-se em circulação permanente por todos os bairros da cidade, descentralizando recursos educativos e tecnológicos que, de outra forma, não estariam à disposição da população que reside em áreas mais distantes do centro urbano. As actividades são desenvolvidas por uma equipa formada por duas educadoras e geridas por uma equipa multidisciplinar. Em período lectivo encontra-se ao serviço exclusivo das escolas. Aos fins-de-semana e períodos de férias, o autocarro é rentabilizado com iniciativas dirigidas a outros públicos.*

*O autocarro está permanentemente ao serviço de projectos de educação não formal desenvolvidos pelo município de Évora, deslocando-se a todas as escolas do concelho. Nele, são realizadas distintas actividades lúdico-didácticas, que têm como base a tecnologia. Para cada projecto educativo é construído um cenário próprio, decorado com elementos cénicos associados a diferentes temas. Como recursos polivalente, realizaram-se já acções dirigidas a outros públicos que não o público escolar, principalmente ao nível da formação e certificação de competências em TIC e acção de sensibilização nas áreas da saúde, ambiente, entre outras. Trata-se de um recurso ao serviço da comunidade e que pode ser requisitado por outras entidades.*

**Início: 2004; Actualização: 2007.**

Fonte: [www.edcities.org](http://www.edcities.org), BIDCE, consulta em 5/11/2009

Com o projecto apresentado, o município de Évora procura, de facto, oferecer maiores possibilidades de desenvolvimento individual dos seus cidadãos, promovendo o conhecimento e o contacto com as novas tecnologias aos diferentes grupos populacionais. Para isso recorre a um equipamento móvel que permite chegar a todos os locais, e especialmente a contextos onde, de outra forma, esta oferta estaria sempre comprometida.

#### 4.3.3 Santa Maria da feira

Como Évora, Santa Maria da Feira aderiu à AICE depois de 2000, tendo tido conhecimento do movimento através da internet e de contactos estabelecidos com municípios já associados.



Quanto à intervenção do município nas actividades da RTPCE, Santa Maria da Feira é membro da comissão de coordenação nacional desde Novembro de 2006, em 2007 organizou o II Congresso Nacional e esteve presente no congresso internacional de São Paulo, em 2008. Neste, apresentou a sua experiência no desenvolvimento de um projecto de promoção da cidadania que incentiva a população escolar do concelho a identificar problemas e a participar no processo de tomada de decisão que respeita à sua resolução.

No que respeita à fundamentação subjacente à adesão do município à AICE, são de considerar as várias justificações que constam da acta da reunião do executivo municipal em que se discutiu o assunto. Globalmente, estas referiam-se à realidade da intervenção municipal à data de adesão (2002), à consonância dos objectivos da *Carta das Cidades Educadoras* com as linhas de intervenção municipal, e às mais valias da participação num movimento internacional:

*“Considerando os inúmeros projectos sócio-educativos levados a cabo no município de Santa Maria da Feira, envolvendo uma grande fatia da população;*

*Considerando o número considerável de instituições que, de forma formal e/ou não-formal, privilegiam a educação como vector importante da sua actividade;*

*Considerando que foi, é e será prioridade desta Câmara a aposta na educação e formação dos seus cidadãos, para que estes sejam capazes de exprimir, afirmar e desenvolver o seu potencial humano;*

*Considerando que os princípios básicos que devem formar o perfil educativo da cidade e concelho, os quais foram definidos no Primeiro Congresso das Cidades Educadoras que teve lugar em Barcelona em Novembro de 1990, são apostas pelas quais Santa Maria da Feira defende e continuará a pugnar para que estes sejam realidade;*

*Considerando o prestígio que é pertencer à mesma organização de grandes cidades dos cinco continentes do mundo;*

*Considerando a importância de podermos trocar experiências pedagógicas com outras cidades do mundo, através do acesso aos congressos internacionais, base de dados da internet e boletins informativos, entre outros meios”. (Acta da reunião de Câmara, de 25/02/2002)*

Para Amadeu Albergaria, há também um problema de défice de cidadania que perpassa a vivência dos espaços urbanos na actualidade, devendo apostar-se em intervenções que valorizem a identidade local e promovam o “sentido de pertença da população”. O vereador do município de Santa Maria da Feira refere que:

*“(…) os principais desafios centram-se na conciliação da valorização dos espaços públicos com a valorização do património cultural em prol de políticas que promovam o civismo e bem-estar da população através de um desenvolvimento local auto-sustentado”. (Amadeu Albergaria em entrevista ao autor – anexo 9)*

Ou seja, repete-se a questão da cidadania como elemento a considerar numa gestão urbana actual, numa lógica de necessidade de aproximação dos cidadãos ao seu território e património, para que dessa forma o valorizem, contribuindo para um processo de desenvolvimento que se pretende colectivo.

Para exemplificar a intervenção municipal à luz dos princípios das cidades educadoras, o representante político do município de Santa Maria da Feira refere sucessivos projectos municipais que se coadunam ou respondem aos vinte princípios da *Carta das Cidades Educadoras*.

Sendo claramente positiva a identificação que é feita dos projectos desenvolvidos a todos os princípios da *Carta das Cidades Educadoras*, reveladora de uma consciencialização de preocupações que devem ser comuns a todas as cidades associadas, fica por confirmar se a participação na associação ou alguma troca de experiências no seio da AICE contribuiu para o desenvolvimento dos projectos enunciados.

Figura 28. Exemplo de projecto do município de Santa Maria da Feira no BIDCE

**ASSEMBLEIA DE CRIANÇAS**

*O projecto Assembleia de Crianças promove a participação activa dos alunos e alunas, tomando como referência a Convenção dos Direitos das Crianças. Trata-se de ouvir as ideias dos mais pequenos, fazê-los reflectir sobre o lugar em que vivem e debater as suas propostas e a forma de as concretizar. A Assembleia de Crianças integra o projecto educativo municipal cujo tema é “o município aberto à cidadania”, sendo que a Assembleia é constituída por 31 crianças, uma por cada uma das 31 freguesias do concelho.*

*As turmas seleccionadas fazem visitas e investigações, tendo em vista a preparação da Assembleia de Crianças, em que os pequenos governantes dão a conhecer os problemas detectados e propõem soluções. Os quatro temas propostos são “meio ambiente”, “solidariedade”, “cultura e ócio” e “segurança e qualidade de vida”.*

*Cada grupo opta por uma destas áreas e desenvolve um trabalho de campo exaustivo através de registos escritos, vídeos e fotografias. Uma vez recolhidos os dados, os alunos analisam todos os problemas e propõem soluções. O momento alto do projecto é a realização da sessão da Assembleia de Crianças, em que os 31 membros do órgão se reúnem com os membros da Assembleia Municipal.*

**Início: 2006; Actualização: 2008.**

Fonte: [www.edcities.org](http://www.edcities.org), BIDCE, consulta em 5/11/2009

A promoção da participação dos mais jovens nas decisões colectivas que a cidade toma para o seu desenvolvimento é claramente um projecto tipo de uma cidade educadora. Ainda assim, note-se que projecto *Assembleia de Crianças* é inspirado na *Convenção dos Direitos da Criança*, cujos princípios também estão integrados na *Carta das Cidades Educadoras*.

#### 4.3.4 Torres Novas

Dos três municípios em análise, Torres Novas foi o que aderiu à AICE há menos tempo (2006). É, desde o final de 2008, membro da comissão de coordenação, já organizou um encontro nacional (2007), integra o conselho editorial do boletim da rede, participou com apresentações de experiências nos dois últimos congressos nacionais, tendo participado nos IX e X congressos internacionais, em Lyon (2006) e São Paulo (2008), apresentando, neste último, um projecto de educação ambiental em fórum de boas práticas.

A adesão do município integra-se já no conjunto de adesões ocorridas após a estruturação e organização da rede territorial portuguesa de 2005, e segundo o referido por Manuela Pinheiro, o facto dos serviços terem recebido o n.º 0 do boletim informativo da rede, foi o último móbil para o encetar do processo, mesmo que já houvesse um conhecimento prévio do movimento. Na altura, a fundamentação dos serviços sujeita, enquanto proposta, a deliberação municipal, salientava a necessidade de integração num quadro de intervenção marcado pela globalização, focando a mais valia que poderia ser gerada pela troca de experiências com outros municípios:

*“(...) a acção do Município de Torres Novas procura, no quadro das atribuições e competências dos seus órgãos, obter o que é definido como Cidade Educadora. Neste sentido, pensamos ser de todo relevante a adesão a um movimento que se orienta por princípios tão consensuais como os apresentados, não só por uma questão da necessidade de presença do município numa rede global num momento em que é extremamente importante obter relevância internacional decorrente do processo globalizador, mas também porque esta adesão permite a inserção num banco internacional de experiências e actividades de cidades e municípios, que se podem revelar úteis e enriquecedoras para a acção do Município de Torres Novas no que respeita ao sistema educativo e a toda a sua envolvente” (Acta da reunião de Câmara, de 31/01/2006).*

Ainda que, também no caso de Torres Novas o elemento entrevistado faça referência às questões da participação, da identificação e da mobilização dos cidadãos para as questões colectivas, são enumeradas outras preocupações com os espaços urbanos na actualidade, tais como a fragmentação social, as questões ambientais e de ordenamento do território, ou a conservação e divulgação do património cultural. Tratam-se de preocupações com as quais se procura algum tipo de resposta com os projectos apresentados como exemplificativos da actuação do município no quadro das cidades educadoras, nomeadamente através de:

- I. *um projecto de actividades de enriquecimento curricular* com preocupações de qualificação das aprendizagens, em condições de igualdade e de partilha de equipamentos públicos entre a comunidade escolar (educação formal);
- II. a realização de uma *feira do ambiente*, em colaboração com outras entidades e com o envolvimento de vários actores locais e nacionais a actuar na área (educação ambiental);

- III. e a estruturação de actividades e serviços educativos em equipamentos culturais da cidade, como o museu, a biblioteca ou o teatro municipal, reconhecendo as potencialidades educadoras da cultura e do património local (educação informal).

Refira-se ainda que o município de Torres Novas, utilizando a experiência de outras cidades educadoras espanholas e francesas, encetou o desenvolvimento de um projecto educativo de cidade, tal como defendido na *Carta das Cidades Educadoras*, uma evidência de resultados da adesão à AICE, referida por Manuela Pinheiro:

*“Torres Novas encetou o processo de construção do seu Projecto Educativo Municipal (PEM), que vigora entre 2007 e 2010. Orientado segundo o conceito já implementado em França e Espanha, o PEM é uma ferramenta que permite, em colaboração com os diferentes actores e cidadãos que nele queiram participar, definir princípios, metodologias e prioridades para a intervenção educadora do município. Com o PEM, procura-se uma actuação em respeito pela Carta das Cidades Educadoras, consonante com alguns dos seus princípios. Qualificar a acção educadora do município, cooperar com os projectos educativos das escolas, coordenar os espaços, intervenções e recursos municipais, favorecer dinâmicas geradoras do sentido de pertença ou reforçar as competências sociais e participativas dos cidadãos, são os principais objectivos.”* (Manuela Pinheiro em entrevista ao autor – anexo 10).

Não obstante esta resposta, a vereadora de Torres Novas reconhece haver ainda algum trabalho a fazer, até porque esta intervenção enquadrada nos princípios das cidades educadoras, em que se procura *“adoptar os pressupostos de informação, participação e avaliação, para todas as medidas adoptadas,* é ainda limitada aos serviços que estão mais directamente ligados à área de educação e cultura.

Figura 29. Exemplo de projecto do município de Torres Novas no BIDCE

**FEIRA DO AMBIENTE DE TORRES NOVAS**

*Enquadrada na Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), realizou-se já a primeira feira do ambiente e de educação ambiental de Torres Novas, uma actividade que, à escala local, pretende promover o desenvolvimento de uma geração mais informada, consciente e respeitadora dos valores ambientais.*

*Uma feira é por definição um espaço de exposição de produtos, de troca, mas também um lugar privilegiado para partilhar ideias e projectos, donde podem resultar novos encontros e novas trocas. Por outro lado, educação e ambiente são dois pilares fundamentais para a sustentabilidade de uma comunidade. Existem muitas iniciativas de educação ambiental mas continua a registar-se uma relativa distância entre os conhecimentos e as práticas e, à escala local, percebe-se um desconhecimento das práticas de sustentabilidade desenvolvidas, por organizações não governamentais do país e por instituições locais. Assim, a feira do ambiente nasce como uma proposta para promover mais acções a favor da sustentabilidade, fomentando o contacto entre diferentes entidades e a colaboração entre elas.*

**Início: 2007; Actualização: 2008.**

Fonte: [www.edcities.org](http://www.edcities.org), BIDCE, consulta em 5/11/2009

No BIDCE, Torres Novas apresenta uma experiência de realização de um evento de promoção da educação ambiental, e do exercício da sustentabilidade à escala local. A ideia central é favorecer o contacto da população com várias actividades desenvolvidas por entidades locais e organizações não governamentais de ambiente, esperando daí um contributo para a construção de uma comunidade local sensibilizada para os diferentes valores ambientais. Refira-se o enquadramento da iniciativa numa efeméride da UNESCO em prol da sustentabilidade ambiental, preocupação também incluída na *Carta das Cidades Educadoras*.

#### 4.3.5 Proximidades, dificuldades e oportunidades

Da leitura dos dados apresentados encontramos vários elementos comuns destas três experiências de cidades educadoras portuguesas. Desde logo ao nível dos fundamentos subjacentes às adesões e a procura de mais valias decorrentes da participação numa rede internacional de cidades. É também evidente a preocupação em acrescentar algo à própria rede, através de uma participação activa nas actividades da AICE, e a vontade expressa em prosseguir os princípios da *Carta das Cidades Educadoras*, referenciada pelos entrevistados das três cidades.

Para além das preocupações evidenciadas, destaque-se que nos três municípios analisados o pelouro da educação é o responsável pela participação na AICE, algo generalizado à grande maioria dos seus associados e que conduz a uma concentração das intervenções dirigidas à população em idade escolar e a temáticas muito próximas da educação formal, de resto observáveis nos exemplos analisados.

Esta concentração provoca uma dificuldade já identificada, de pouca abertura a projectos desenvolvidos noutras áreas de intervenção municipal, cujas propostas também se encontram na *Carta das Cidades Educadoras*. Para contrariar esta tendência é necessário que os vários serviços municipais incorporem a adesão à AICE como referencial de actuação, permitindo uma troca de experiências em áreas tão díspares como, por exemplo, a gestão do edificado e dos limites urbanos, a conservação e valorização do património cultural ou a promoção da participação dos cidadãos nas opções de desenvolvimento urbano.

Quanto à participação dos municípios nas actividades da AICE, note-se que os três têm experiências publicadas no BIDCE e utilizam, com relativa regularidade, o site de cidade associada que é disponibilizado no portal da associação. Torres Novas tem uma participação mais recente, que se reflecte também no menor número de notícias publicadas até à presente data (consulta em 21 de Dezembro de 2009).

Entre estas notícias, e numa leitura às últimas notícias publicadas, verificamos mais uma vez uma presença significativa de actividades e iniciativas relacionadas com a educação formal ou especialmente dirigida à população escolar. Exemplos disso mesmo são notícias como “*Práticas desportiva para crianças entre os 6 e os 10 anos*” (Évora, 18/11/2009), “*Évora acolhe encontro internacional sobre avaliação de escolas*” (Évora,

24/11/2009), “Programa de Férias Escolares” (Santa Maria da Feira, 01/07/2009) ou “Corta-Mato Escolar” (Torres Novas, 15/12/2009).

Figura 30. Dados de participação dos municípios entrevistados

Elementos	Évora	Santa Maria da Feira	Torres Novas
Data de adesão à AICE	2001	2002	2006
Pelouro responsável pelo processo	Educação	Educação	Educação
Experiências no BIDCE	5	4	2
Site no portal da AICE	sim	sim	sim
Início da utilização	18/05/2005	01/09/2003	15/09/2009
Última actualização	26/11/2009	01/07/2009	15/12/2009
Número de notícias	55	50	10

Fonte: entrevistas e portal [www.edcities.org](http://www.edcities.org), consultado em 21/12/2009

Contudo há também relatos de outras iniciativas com temáticas dispersas, relacionadas com actividades culturais, elementos patrimoniais, programas para população idosa, actividades de sensibilização ambiental, de promoção da interculturalidade ou de defesa dos direitos dos animais, entre outras.

Manifestamente mais difícil de encontrar, quer nos sites consultados, quer, por exemplo, nas experiências publicadas pelos municípios no boletim informativo da rede portuguesa são notas sobre o envolvimento de outros serviços que não os da área social, educativa ou cultural, (ou mesmo de outros organismos ou colectividades das cidades) em acções que visem uma intenção explicitamente educadora, à luz da presença do município na associação e em consonância com os próprios princípios da *Carta das Cidades Educadoras*.

Esta lacuna, também evidenciada pelos entrevistados, nomeadamente por Torres Novas, que reconhece não ter ainda conseguido transformar esta participação na AICE num projecto transversal às diferentes intervenções municipais, parece, de facto, constituir um outro traço comum das cidades educadoras portuguesas, evidenciado pela análise aos documentos produzidos pela rede portuguesa das cidades educadoras (boletins informativos e páginas das cidades no portal da AICE).

Nos sítios internet oficiais dos respectivos municípios é possível encontrar referências à participação na AICE, sendo que no caso do município de Évora, a designação de Município Educador é mesmo apresentada na página inicial, enquanto que nos sites de Santa Maria da Feira e Torres Novas encontramos notícias e diferentes elementos relativos às cidades educadoras em páginas inclusas no espaço destinado às informações sobre educação.

## Síntese: Traços globais do movimento em Portugal

A análise efectuada à participação portuguesa na AICE não procurava avaliar a qualidade ou os resultados decorrentes dessa mesma participação, mas antes apresentar o quadro genérico sobre o que é o trabalho das cidades educadoras e como ele se reflecte na prática, ao nível dos municípios portugueses aderentes. Para o efeito, foram apresentados os principais aspectos evolutivos e organizativos da rede territorial portuguesa, com análises mais concretas à actuação de três municípios envolvidos na sua coordenação: Évora, Santa Maria da Feira e Torres Novas.

Observámos que o número de cidades portuguesas associadas da AICE tem crescido ao longo das duas décadas do movimento, conhecendo dois grandes momentos impulsionadores: um primeiro com a organização de um congresso internacional da associação em Lisboa (2000) e o segundo com a constituição de uma equipa de coordenação nacional (2005), que deu maior visibilidade e consistência ao movimento e às suas actividades. A rede conta hoje com 37 municípios portugueses, havendo manifestações de intenção de adesão apresentadas por outros municípios.

Entre as actividades desenvolvidas pela rede territorial portuguesa, destacámos os congressos nacionais, os encontros nacionais e a edição de um boletim informativo, por se constituírem como instrumentos de contacto e partilha de experiências entre os municípios aderentes, um dos objectivos da rede. De facto, a este nível, o trabalho produzido parece corresponder aos desígnios do movimento, possibilitando que cada membro identifique e apresente o que considera como boas práticas, fortalecendo a rede enquanto conjunto coeso e participante activo nas actividades da AICE.

A análise dos três casos portugueses exemplifica esta mesma actuação, evidenciando as motivações e preocupações comuns, nomeadamente a procura de um espaço de diálogo e partilha com outros municípios, às escalas nacionais e internacionais. Promover cidades mais participadas, com um maior envolvimento de parceiros e actores locais, foi uma das preocupações manifestadas pelos três municípios que, integrando a comissão de coordenação nacional, apresentam níveis de envolvimento nas actividades não repetidos por todos os municípios aderentes<sup>8</sup>.

Um constrangimento da participação portuguesa parece ser a adaptação da rede ao número crescente de municípios que tem acolhido nos últimos anos, algo identificado pelos seus responsáveis e que obrigará, num futuro próximo, à dinamização de actividades mais temáticas, associadas a problemas concretos com que as cidades portuguesas se confrontam, e menos centradas em torno do próprio modelo de funcionamento da rede.

---

<sup>8</sup> De facto, refira-se o exemplo da utilização da página web disponibilizada pela AICE no seu portal internet a todos os associados. Dos 37 municípios portugueses, apenas 12 utilizam esta ferramenta, sendo que destes, apenas sete a utilizaram no decorrer no ano 2009.

No contexto internacional da AICE, a participação portuguesa é bastante significativa, quer em número de cidades associadas, quer na participação em congressos internacionais com estruturas de divulgação do trabalho da rede, quer também no que respeita à publicação de experiências no banco internacional de dados.

Faltará, no entanto, avaliar o nível de comprometimento da actuação dos municípios portugueses com os princípios defendidos pelo movimento, só parcialmente evidenciada pela participação nas actividades analisadas. Só assim se poderá perceber se a participação dos municípios portugueses é consequente no que respeita à produção de mais valias para a qualidade de vida dos seus cidadãos, algo difícil de concluir com a informação disponível.



## 5. CONCLUSÃO: DAS REDES DE CIDADES ÀS CIDADES EDUCADORAS

Quando nos referimos à cidade em rede, reportamo-nos à necessidade de pensar, planejar, agir na cidade, como espaço relacional que é, ou seja, o território de um vasto e complexo conjunto de relações, entre residentes ou visitantes, entre espaços de habitação, lazer ou trabalho, entre as diferentes comunidades profissionais, artísticas, políticas ou outras que a constituem, entre o espaço da cidade e espaço envolvente, entre a cidade e outras cidades.

Num mundo que é cada vez mais urbano, concluímos que, de facto, tem emergido nas últimas décadas um novo tipo de relacionamento entre cidades. Não é uma relação caracterizada por qualquer ordenação hierárquica, mas sim por uma lógica de integração horizontal subordinada a diferentes temáticas, interesses ou áreas de actuação.

As redes de cidades, que parecem corresponder a uma resposta da gestão urbana à globalização e à necessidade sentida pelos espaços urbanos em se inserir em espaços de diálogo internacional, têm desempenhado um importante papel de partilha de experiências e difusão de boas práticas, alimentando o surgimento de novas redes e o próprio crescimento do número de cidades que aderem a este tipo de organizações.

Com o presente trabalho, pretendíamos perceber as lógicas de funcionamento das redes internacionais de cidades. Deste modo, analisamos a origem, os princípios definidores e os principais mecanismos de actuação do movimento das cidades educadoras. Foi apresentada a Associação Internacional das Cidades Educadoras, observado o seu modelo de funcionamento e o modo como as adesões se concretizam do ponto de vista de cada uma das cidades aderentes, com análises à experiência de três cidades educadoras portuguesas.

Por definição, a cidade educadora é ela própria uma cidade em rede, uma cidade que se organiza, com todos os seus actores, instituições e intervenientes do espaço urbano, para oferecer, diariamente e ao longo da vida, oportunidades de aprendizagem e formação para todos os seus cidadãos, numa tentativa de aproximação dos cidadãos ao seu território.

Se as relações entre cidade e educação não são recentes, a abordagem da cidade educadora é, no entanto, integradora de anteriores perspectivas, promovendo uma intervenção qualificada, democrática, abrangente e permanente, das três *cidades-escola* de Jaume Trilla Bernet: a cidade como meio educativo (*aprender na cidade*), a cidade como agente educativo (*aprender da cidade*) e a cidade como conteúdo educativo (*aprender a cidade*) (BERNET, 1993, p. 180).

Desta cidade em rede, perspectivada já no relatório “*Aprender a Ser*” (FAURE, 1972), à rede das cidades educadoras, vimos que o movimento nasceu da iniciativa política do município de Barcelona. Num momento particular em que se preparava para receber

os Jogos Olímpicos e se confrontava com questões complexas ao nível da sua própria gestão urbana, Barcelona entendeu poder construir um espaço de partilha de soluções a esta escala, fomentando, ao mesmo tempo, a sua própria projecção internacional e afirmação como metrópole liderante europeia.

De uma primeira reunião realizada em 1990 com 63 cidades de 21 países, nasce a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), com sede em Barcelona, que cresceu rapidamente até alcançar mais de 400 governos locais eleitos democraticamente. Em torno de uma carta de princípios de actuação, a AICE visa a construção da cidade educadora nos diferentes contextos territoriais que se associam ao movimento.

Relativamente à sua organização, a AICE definiu estruturas temáticas e territoriais, delegações e redes nacionais, procurando facilitar e ampliar o trabalho de cooperação e troca de experiências entre os seus membros. Para o mesmo efeito, foram criadas diferentes ferramentas de comunicação e espaços próprios para o contacto entre as cidades, relevando-se, a este nível, a realização de congressos internacionais de dois em dois anos, que constituem os momentos privilegiados de reflexão, contacto e apresentação de práticas entre todas as cidades educadoras, além da constituição de um banco internacional de documentos, disponível para consulta de todos os membros e interessados.

Nas entrevistas efectuadas o trabalho de cooperação em torno de uma ideia de cidade educadora, baseada numa carta de princípios e o próprio modelo de funcionamento em rede, foram referenciados como as principais mais valias da AICE. Do lado das dificuldades há que referir a volatilidade do envolvimento das cidades face aos períodos eleitorais, as dificuldades de ampliação da implantação geográfica do movimento e a relativa restrição das participações ao nível dos departamentos municipais com o pelouro da educação, contrária ao próprio conceito de cidade educadora.

Pilar Figueras salienta isto mesmo, afirmando que foi precisamente no decorrer do V congresso internacional, realizado em Jerusalém em 1999, que se sentiu necessidade de afirmar as cidades educadoras como algo que vá mais além da escola e das primeiras idades:

*“(...) para incluir toda a população e todos os âmbitos (urbanismo e planeamento, cultura, ambiente, desporto, economia, saúde, etc.). A AICE afirma-se na defesa de uma concepção global e transversal da educação, que considere todos os aspectos da vida nas cidades” (Pilar Figueras, em entrevista ao autor - anexo 4).*

Segundo a secretária-geral da AICE, estes aspectos referem-se a valores, conhecimentos e destrezas que podem constituir factores educativos e de cidadania. E esta é a mensagem actual das cidades educadoras, ou seja, *“a cidade é educadora quando imprime esta intencionalidade na forma como se apresenta aos seus cidadãos”*.

Quanto ao futuro, Pilar Figueras defende que a AICE deve prosseguir:

“(...) a afirmação da oportunidade da sua mensagem, insistindo nos seus objetivos, aprofundando as suas funções e procurando novas oportunidades, escutando atentamente o sentir das cidades associadas e contando com a sua colaboração” (Pilar Figueras, em entrevista ao autor - anexo 4).

Em Portugal, o movimento implantou-se a partir da participação de Lisboa e Porto na primeira reunião de Barcelona, em 1990. No entanto, foram sobretudo dois momentos centrais que fomentaram a sua expansão: em 2000, a realização do VI Congresso Internacional, em Lisboa, que deu visibilidade à AICE no país, mobilizando, para além do município de Lisboa, alguns municípios da sua área metropolitana; e em 2005, a organização da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE).

Com um modelo de funcionamento próprio, plano de actividades e instrumentos de divulgação, a rede territorial permitiu um maior conhecimento por parte de todos os municípios portugueses. Em todo este período, foi decisivo o papel de coordenação desempenhado pelo Município de Lisboa que, sendo membro do Comité Executivo da AICE desde 1998, tem, inclusive, uma estrutura orgânica a funcionar em exclusividade esta participação.

À semelhança da estrutura internacional, a rede territorial portuguesa criou os seus próprios instrumentos para a apresentação e troca de experiências entre as cidades associadas. É o caso da realização de um congresso nacional de dois em dois anos, a realização de encontros nacionais trimestrais ou a edição de um boletim informativo.

Da análise efectuada aos três municípios portugueses ressaltam as preocupações com a cooperação à escala internacional e a obtenção de novos conhecimentos e experiências para aplicação nos diferentes contextos locais. Há também uma evidente comunhão dos princípios da *Carta das Cidades Educadoras* e a procura de uma actuação mais eficiente no que respeita à qualidade de vida das suas cidades. Do mesmo modo, sobressai a procura de soluções para o relativo distanciamento do conceito de cidade como espaço colectivo, facto referenciado pelos três elementos entrevistados.

Tendo sido apresentados exemplos de actuação em referência à *Carta das Cidades Educadoras*, não é conclusiva a sua relação com a participação no movimento. E percebemos também algumas dificuldades com a aplicação da transversalidade do tema às diferentes áreas de intervenção municipal, e ao envolvimento de outros agentes que não o governo local. Perante um espaço urbano que oferece múltiplas oportunidades de aprendizagem, é cada vez mais complexa a coordenação de todo este *sistema educador local*.

A cidade educadora é, ao nível dos princípios defendidos, e assumidamente expresso alguns documentos orientadores da AICE, uma construção utópica de referência para os municípios que a procuram. Contudo, a prática demonstra que esta mesma cidade vai sendo construída aos poucos, individualmente em cada cidade associada, e como processo colectivo, por um conjunto crescente de cidades que, aderindo ao movimento, lhe acrescentam novas perspectivas e formas de actuação.

Como referido no início, esta abordagem ao movimento das cidades educadoras procurou exemplificar um modelo de rede de cidade, que, como outros, tem tido uma adesão crescente por via das soluções e abordagens que podem emergir do trabalho cooperativo entre cidades, à escala internacional.

Em cidades que crescem e com problemas cada vez mais complexos e exigentes, garantir a sustentabilidade da vivência urbana, nos seus diversos domínios, é uma tarefa que exige respostas cada vez mais qualificadas, abrangentes e partilhadas, difíceis de alcançar sem o recurso às redes que, na cidade e entre cidades, se vão estabelecendo.

Esta pode ser, de facto, a grande mais valia da participação da cidade em redes de cooperação à escala global. Posicionar a cidade no contexto da globalização, fazendo-a interagir com outros espaços urbanos, permite, como verificámos, uma acessibilidade privilegiada a um enorme volume de informação e a experiências já implementadas noutros locais, respeitantes a problemas comuns cujas soluções poderão ser adaptadas e replicadas por cada um dos elementos da rede.

Maximizar as potencialidades destas redes dependerá sempre da iniciativa de cada uma das cidades que a formam e do modo mais ou menos activo que é depositado em cada participação, também decisivo para a qualidade do trabalho colectivo produzido. Já a aferição da concretização local destas potencialidades exigirá sempre uma outra abordagem, que pode constituir uma linha de análise para futuras investigações sobre redes de cidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, António (2001), *A guerra dos lugares*. “Cidade, Cultura e Globalização”, p.259-270. Organização de Carlos Fortuna. Coleção Ensaios de Sociologia, 2.<sup>a</sup> edição, Celta Editora, Oeiras
- ASCHER, François (1998), *Metapolis: Acerca do Futuro da Cidade*, Celta Editores, Oeiras
- ASCHER, François (2010), *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos, um léxico*, Livros Horizonte, Lisboa
- BARROSO, João; PINHAL, João (1996), *A Administração da Educação – Os caminhos da descentralização*, Edições Colibri, Lisboa
- BERNET, Jaume Trilla (1993), *La educación y la ciudad*, em “Otras Educaciones. Animación Sociocultural, Formación de adultos y Ciudad Educativa”, Editorial Anthropos, Barcelona
- BORJA, Jordi; MUXI, Zaida (2003), *El espacio público: ciudad y ciudadanía*, 2.<sup>a</sup> edição, Electa e Diputación de Barcelona, Barcelona
- BORJA, Jordi; Castells, Manuel (2002), “Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la globalización”, documento digital em <http://participar.org/documentos/Castells.pdf>, acedido em 13/05/2010
- BOSCH, Eulàlia (2008), *Ciudades Educadoras, Congresos Internacionales*. “Educación y Vida Urbana: 20 años de ciudades educadoras”, p.265-293. Edição da Asociación Internacional de Ciudades Educadoras e editora Santillana, Barcelona
- BROWN, Alison; KRISTIANSEN, Annali (2009), *Urban Policies and the right to the city*. e-paper disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001780/178090e.pdf>, acedido em 25/05/2009
- CABEZUDO, Alicia (2004), *Cidade Educadora: uma proposta para os governos locais*. Cidade Educadora: Princípios e Experiências, Cortez/Instituto Paulo Freire, Buenos Aires
- CASTELLS, Manuel (2003), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume II. O poder da identidade*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- CASTELLS, Manuel (2005), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume I. A Sociedade em Rede*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa
- CAPELLO, Roberta (2000), *The city network paradigm: measuring urban network externalities*. Urban Studies, vol. 37, No. 11, p. 1925-1945, October 2000
- COSTA, Jorge Adelino; NETO-MENDES, António; VENTURA, Alexandre (2004), *Políticas e Gestão Local da Educação*, Actas do III Simpósio sobre organização e gestão escolar, Universidade de Aveiro, Aveiro
- ESTEVE, Josep Maria Pascual (2001), *De la planificación a la gestión estratégica de las ciudades*, Elements de Debat Territorial n.13, Diputación Barcelona

- FAURE, Edgar e outros (1973), *Aprender a Ser. La educación del futuro*. Alianza Editorial, S.A. Madrid e Organización de las Naciones Unidas, Paris
- FERRÃO, João (2003), *Intervir na cidade: complexidade, visão e rumo*. “Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades”, p.218-225. Organização de Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- FERREIRA, João Sette Whitaker (2007), *O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Editora Unesp, São Paulo
- FIGUERAS, Pilar (1991), *Documentos Finales – Primer Congreso Internacional de Ciudades Educadoras*, Ayuntamiento de Barcelona
- FIGUERAS, Pilar (2006), *Une Ville Éducatrice*, Revista Diversité, n.º 145, Juin 2006
- FIGUERAS, Pilar (2008), *Ciudades Educadoras, una apuesta de futuro*. “Educación y Vida Urbana: 20 años de ciudades educadoras”, p.18-23. Edição da Asociación Internacional de Ciudades Educadoras e editora Santillana, Barcelona
- FORTUNA, Carlos (2001), *Introdução: sociologia, cultura urbana e globalização*. “Cidade, Cultura e Globalização”, p.1-28. Organização de Carlos Fortuna. Coleção Ensaios de Sociologia, 2.ª edição, Celta Editora, Oeiras
- INNERARITY, Daniel (2006), *O novo espaço público*. Editorial Teorema, Lisboa
- MACHADO, Joaquim (2005), *Cidade Educadora e Coordenação Local da Educação*, em “Administração da Educação – Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação”, p. 225-264. Organização de João Formosinho, Joaquim Machado, A. Sousa Fernandes e Fernando Ilídio do Amaral, Edições Asa, Porto
- MAHEU, René (1973), *Un instrumento de reflexión para las renovaciones necesarias*, Perspectivas – Revista Trimestral de Educación, vol III, num. 1, primavera. Unesco - Santillana
- MARAGALL, Pasqual (2008), *La ciudad de las personas*. “Educación y Vida Urbana: 20 años de ciudades educadoras”, p.15-17. Edição da Asociación Internacional de Ciudades Educadoras e editora Santillana, Barcelona
- MORELL, Susan; Fernando, Jordi (1990), *The Educating City*, I Congress Internacional de Ciutats Educadores, Ajuntament de Barcelona.
- MARTINS, Jorge; NAVE, Gracinda; LEITE, Fernando (2006), *As Autarquias e a Educação em 2001/2002 na Região Norte*, Associação Nacional de Professores, Maia
- NETO, Alfredo Maneghetti (sd), *As cidades em rede: o caso das Mercocidades*, e-paper em [www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa\\_7\\_netto.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_7_netto.pdf), criado em 15/10/2003 e acedido em 27/03/2009
- PEREIRA, Sofia (2005), *À procura da Cidade Educadora. A Organização do Espaço e dos Recursos na Promoção da Cidadania em Leiria*. Dissertação no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação da Universidade da Beira Interior, Covilhã

POZO, Juan Manuel del (2008), *El concepto de Ciudad Educadora, hoy*. “Educación y Vida Urbana: 20 años de ciudades educadoras”, p.25-36. Edição da Asociación Internacional de Ciudades Educadoras e editora Santillana, Barcelona

POZO, Paz Benito del (1997), *Gestión de las ciudades en la era de la información*, Recensão Crítica do livro com o mesmo título, de Jordi Borga e Manuel Castells. Revista Finisterra, n. ° 64, p.129-130, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa

READ, Stephen; ROSEMANN, Jürgen; ELDIJK, Job van (2005), *Future City*, Spon Press, New York

RODRÍGUEZ R., J.: (2007) *El palimpsesto de la ciudad: ciudad educadora* Edición electrónica gratuita. Texto completo en <http://www.eumed.net/libros/2007>

SALGUEIRO, Teresa Barata (1999), *A cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana*, Coleção Cidade em Questão n.º 8, 3.ª edição, Edições Afrontamento, Porto

SASSEN, Saskia (2005), *Reading the city in a global digital era*. “Future City” p.145-155. Organizadores Stephen Read, Jürgen Rosemann e Job van Eldijk, Spon Press, New York

VILLAR, Maria Belén Caballo (2001), *A Cidade Educadora, Nova Perspectiva de Organização e Intervenção Municipal*, Instituto Piaget, Lisboa

## ANEXOS

1. Exemplos de redes de cidades	79
2. Carta das Cidades Educadoras	82
3. Lista de cidades educadoras e população residente	88
4. Entrevista a Pilar Figueras, Secretária Geral da AICE	93
5. Entrevista a Analia Brada, representante da cidade de Rosário, Argentina, coordenadora da Delegação da América Latina	98
6. Entrevista a Vera Lúcia Salvatore, representante da cidade de São Paulo, Brasil, organizadora do X Congresso Internacional (2008)	100
7. Entrevista a Maria de Lurdes Rabaça, representante da cidade de Lisboa, coordenadora do gabinete Lisboa – Cidade Educadora	102
8. Entrevista a Sancho Gomes, técnico superior da Divisão de Educação da Câmara Municipal de Évora	107
9. Entrevista a Amadeu Albergaria, Vereador do Pelouro da Cultura, Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira	109
10. Entrevista a Manuela Pinheiro, Vereadora dos pelouros da Educação, Bibliotecas e Museus da Câmara Municipal de Torres Novas	114



## Anexo I. Exemplos de redes de cidades

Nome	United Cities and Local Governments
Fundação	2004
Quem	Cidades, governos locais, associações de governos locais, associações internacionais de governos locais, outras organizações associadas a governos locais
Quantos	295 governos locais, tendo mais de 1000 associados, pertencentes a 127 países (15 de Junho de 2009)
Para quê	Constituir-se como uma voz unida e representante mundial dos governos locais democráticos, promovendo os seus valores, objectivos e interesses, através da cooperação entre governos locais e com outras organizações internacionais.
Em Portugal	Abrantes, Faro, Gavião, Leiria, Lisboa, Palmela, Santarém, Silves e Viseu
Na Internet	<a href="http://www.cities-localgovernments.org">www.cities-localgovernments.org</a>
Escala	Global
Objectivos	Genéricos
Participação	Universal

Nome	Metropolis – World Association of the Major Metropolises
Fundação	1985
Quem	Cidades com mais de um milhão de habitantes, ou cidades capitais com mais de 250.000 habitantes
Quantos	104 governos locais metropolitanos, com representação em todos os continentes
Para quê	Promover a cooperação internacional entre governos locais e metropolitanos, constituindo-se como porta-voz dos seus membros e espaço para a partilha de experiências relativas a preocupações comuns às metrópoles.
Em Portugal	Lisboa
Na Internet	<a href="http://www.metropolis.org">www.metropolis.org</a>
Escala	Global
Objectivos	Genéricos
Participação	Exclusiva

Nome	IACE – International Association of Educating Cities
Fundação	1990
Quem	Governos locais eleitos democraticamente
Quantos	421 governos locais
Para quê	Defender os princípios da Carta das Cidades Educadoras, fomentando as potencialidades educadoras dos espaços urbanos e promovendo assim as potencialidades de desenvolvimentos dos seus cidadãos.
Em Portugal	37 municípios (listagem em anexo 3)
Na Internet	<a href="http://www.edcities.org">www.edcities.org</a>
Escala	Global
Objectivos	Genéricos
Participação	Universal

Nome	ICLEI - Local Governments for Sustainability
Fundação	1990
Quem	Governos locais, ou associações regionais e nacionais de governos locais comprometidos com o desenvolvimento sustentável
Quantos	1082 associados, entre governos locais ou associações e governos locais, em representação de 67 países (17/06/2009)
Para quê	Procurar, através das intervenções à escala local, obter melhorias tangíveis no sentido da sustentabilidade global. O movimento desenvolve projectos e campanhas que visam a sustentabilidade local e a protecção de bens ambientais comuns, fazendo a ligação entre a acção local e as metas definidas em acordos internacionais.
Em Portugal	Almada, Loures, Oeiras e Torres Vedras
Na Internet	<a href="http://www.iclei.org">www.iclei.org</a>
Escala	Global
Objectivos	Específicos
Participação	Universal

Nome	Organization of World Heritage Cities
Fundação	1993 (1.º Congresso em 1991)
Quem	Cidades classificadas ou que incluem sítios classificados como Património Mundial pela UNESCO
Quantos	224 cidades, representantes de 83 países (17/06/2009)
Para quê	Apoiar as cidades membro a optimizarem a sua gestão em referência aos requisitos específicos que decorrem da atribuição da classificação da UNESCO. Apoiar a implementação de convenções internacionais respeitantes à protecção do património, favorecer a colaboração entre as cidades membro e em cooperação com outras organizações, sensibilizando as populações para os valores patrimoniais.
Em Portugal	Angra do Heroísmo, Évora, Guimarães, Porto e Sintra
Na Internet	<a href="http://www.ovpm.org">www.ovpm.org</a>
Escala	Global
Objectivos	Específicos
Participação	Exclusiva

Nome	Mercocidades
Fundação	1995
Quem	Cidades da América do Sul, dos países da área de influência do MERCOSUL
Quantos	198 cidades, de 8 países sul americanos (19/06/2009)
Para quê	Favorecer a integração no espaço do MERCOSUL, incentivando a cooperação intermunicipal e a troca de experiências entre cidades da América do Sul, criando fóruns, projectos e actividades nesse sentido.
Em Portugal	-
Na Internet	<a href="http://www.mercocidades.net">www.mercocidades.net</a>
Escala	Regional
Objectivos	Genéricos
Participação	Universais

Nome	Eurocities – Network of Major European Cities
Fundação	1986
Quem	Cidades com mais de 250.000 habitantes (com possibilidade de ser aceite como parceiro caso não cumpra este requisito)
Quantos	137 cidades, representantes de 34 países europeus (4 de Dezembro de 2008)
Para quê	Disponibilizar uma plataforma de partilha de conhecimentos, troca de experiências e análise de problemas comuns, desenvolvendo soluções inovadoras através do desenvolvimento de fóruns, grupos de trabalho, projectos, actividades e eventos. A associação pretende dar voz às cidades na Europa, dialogando com as instituições europeias em todos os aspectos da legislação, políticas e programas da UE.
Em Portugal	Lisboa e Porto
Na Internet	<a href="http://www.eurocities.eu">www.eurocities.eu</a>
Escala	Regional
Objectivos	Genéricos
Participação	Exclusiva

Nome	Energie-Cités - Association of European local authorities promoting local sustainable energy policies
Fundação	1990
Quem	Governos locais europeus que promovem políticas locais de sustentabilidade energética (também tem associadas agências de energia, associações de governos locais ou empresas municipais)
Quantos	200 governos locais, de 26 países europeus (19/06/2009)
Para quê	Promover a eficiência energética e as energias renováveis, reforçando o papel e as competências das autoridades locais nesta área, representar os municípios europeus nos fóruns europeus e promover a troca de experiências entre os seus membros.
Em Portugal	11 municípios (Águeda, Almada, Aveiro, Barreiro, Cascais, Funchal, Guimarães, Moura, Oeiras, Sintra, Vila Nova de Gaia)
Na Internet	<a href="http://www.energie-cites.eu">www.energie-cites.eu</a>
Escala	Regional
Objectivos	Específicos
Participação	Universal

Nome	European Cities Marketing
Fundação	1986
Quem	Departamentos de turismo de cidades (ou governos metropolitanos) que cumpram requisitos como ter mais de 100.000 habitantes ou 3.000 camas
Quantos	134 cidades, representantes de 32 países (18/06/2009)
Para quê	Para ajudar os seus membros a obterem melhores resultados nas suas actividades turísticas, aumentando o seu número de visitantes, nomeadamente através da troca de experiências, da formação e da partilha de projectos.
Em Portugal	Lisboa e Madeira
Na Internet	<a href="http://www.europeancitiesmarketing.com">www.europeancitiesmarketing.com</a>
Escala	Regional
Objectivos	Específicos
Participação	Exclusiva

## Anexo 2. Carta das Cidades Educadoras

---

As cidades representadas no 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, que teve lugar em Barcelona em Novembro de 1990, reuniram na Carta inicial, os princípios essenciais ao impulso educador da cidade. Elas partiam do princípio que o desenvolvimento dos seus habitantes não podia ser deixado ao acaso. Esta Carta foi revista no III Congresso Internacional (Bolonha, 1994) e no de Génova (2004), a fim de adaptar as suas abordagens aos novos desafios e necessidades sociais.

A presente Carta baseia-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), na Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001).

### PREÂMBULO

Hoje mais do que nunca as cidades, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas podem ser igualmente sujeitas a forças e inércias deseducadoras. De uma maneira ou de outra, a cidade oferece importantes elementos para uma formação integral: é um sistema complexo e ao mesmo tempo um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de contrariar os factores deseducativos.

A cidade educadora tem personalidade própria, integrada no país onde se situa é, por consequência, interdependente da do território do qual faz parte. É igualmente uma cidade que se relaciona com o seu meio envolvente, outros centros urbanos do seu território e cidades de outros países. O seu objectivo permanente será o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes.

A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (económica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida.

As razões que justificam esta função são de ordem social, económica e política, sobretudo orientadas por um projecto cultural e formativo eficaz e coexistencial. Estes são os grandes desafios do século XXI: Primeiro “investir” na educação de cada pessoa, de maneira a que esta seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu potencial humano, assim como a sua singularidade, a sua criatividade e a sua responsabilidade. Segundo, promover as condições de plena igualdade para que todos possam sentir-se respeitados e serem respeitadores, capazes de diálogo. Terceiro, conjugar todos os factores possíveis para que se possa construir, cidade a cidade, uma verdadeira sociedade do conhecimento sem exclusões, para a qual é preciso providenciar, entre outros, o acesso fácil de toda a população às tecnologias da informação e das comunicações que permitam o seu desenvolvimento.

As cidades educadoras, com suas instituições educativas formais, suas intervenções não formais (de uma intencionalidade educadora para além da educação formal) e informais (não intencionais ou planificadas), deverão colaborar, bilateral ou multilateralmente, tornando realidade a troca de experiências. Com

espírito de cooperação, apoiarão mutuamente os projectos de estudo e investimento, seja sob a forma de colaboração directa ou em colaboração com organismos internacionais.

Actualmente, a humanidade, não vive somente uma etapa de mudanças, mas uma verdadeira mudança de etapa. As pessoas devem formar-se para uma adaptação crítica e uma participação activa face aos desafios e possibilidades que se abrem graças à globalização dos processos económicos e sociais, a fim de poderem intervir, a partir do mundo local, na complexidade mundial, mantendo a sua autonomia face a uma informação transbordante e controlada por certos centros de poder económico e político.

Por outro lado, as crianças e os jovens não são mais protagonistas passivos da vida social e, por consequência, da cidade. A Convenção das Nações Unidas de 20 de Novembro de 1989, que desenvolve e considera constrangedores os princípios da Declaração Universal de 1959, tornou-os cidadãos e cidadãs de pleno direito ao outorgar-lhes direitos civis e políticos. Podem associar-se e participar em função do seu grau de maturidade.

A protecção das crianças e jovens na cidade não consiste somente no privilegiar a sua condição, é preciso cada vez mais encontrar o lugar que na realidade lhes cabe, ao lado dos adultos que possuem como cidadã a satisfação que deve presidir à coexistência entre gerações. No início do século XXI, as crianças e os adultos parecem necessitar de uma educação ao longo da vida, de uma formação sempre renovada.

A cidadania global vai-se configurando sem que exista ainda um espaço global democrático, sem que numerosos países tenham atingido uma democracia eficaz respeitadora dos seus verdadeiros padrões sociais e culturais e sem que as democracias de longa tradição possam sentir-se satisfeitas com a qualidade dos seus sistemas. Neste contexto, as cidades de todos os países, devem agir desde a sua dimensão local, enquanto plataformas de experimentação e consolidação duma plena cidadania democrática e promover uma coexistência pacífica graças à formação em valores éticos e cívicos, o respeito pela pluralidade dos diferentes modelos possíveis de governo, estimulando mecanismos representativos e participativos de qualidade.

A diversidade é inerente às cidades actuais e prevê-se que aumentará ainda mais no futuro. Por esta razão, um dos desafios da cidade educadora é o de promover o equilíbrio e a harmonia entre identidade e diversidade, salvaguardando os contributos das comunidades que a integram e o direito de todos aqueles que a habitam, sentindo-se reconhecidos a partir da sua identidade cultural. Vivemos num mundo de incerteza que privilegia a procura da segurança, que se exprime muitas vezes como a negação e uma desconfiança mútua. A cidade educadora, consciente deste facto, não procura soluções unilaterais simples, aceita a contradição e propõe processos de conhecimento, diálogo e participação como o caminho adequado à coexistência na e com a incerteza.

Confirma-se o direito a uma cidade educadora, que deve ser considerado como uma extensão efectiva do direito fundamental à educação. Deve produzir-se, então uma verdadeira fusão da etapa educativa formal com a vida adulta, dos recursos e do potencial formativo da cidade com o normal desenvolvimento do sistema educativo, laboral e social.

O direito a uma cidade educadora deve ser uma garantia relevante dos princípios de igualdade entre todas as pessoas, de justiça social e de equilíbrio territorial. Esta acentua a responsabilidade dos governos locais no sentido do desenvolvimento de todas as potencialidades educativas que a cidade contém, incorporando no seu projecto político os princípios da cidade educadora.

## PRINCÍPIOS

### I – O DIREITO A UMA CIDADE EDUCADORA

- 1 -

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspectos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares.

Para o planeamento e governo da cidade, tomar-se-ão as medidas necessárias tendo por objectivo o suprimir os obstáculos de todos os tipos incluindo as barreiras físicas que impedem o exercício do direito à igualdade. Serão responsáveis tanto a administração municipal, como outras administrações que têm uma influência na cidade, e os seus habitantes deverão igualmente comprometerem-se neste empreendimento, não só ao nível pessoal como através de diferentes associações a que pertençam.

- 2 -

A cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo. Uma educação que deverá combater toda a forma de discriminação. Deverá favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade. Deverá acolher tanto as iniciativas inovadoras como as da cultura popular, independentemente da sua origem. Deverá contribuir para a correcção das desigualdades que surjam então da promoção cultural, devido a critérios exclusivamente mercantis.

- 3 -

A cidade educadora deverá encorajar o diálogo entre gerações, não somente enquanto fórmula de coexistência pacífica, mas como procura de projectos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes. Estes projectos, deverão ser orientados para a realização de iniciativas e acções cívicas, cujo valor consistirá precisamente no carácter intergeracional e na exploração das respectivas capacidades e valores próprios de cada idade.

- 4 -

As políticas municipais de carácter educativo devem ser sempre entendidas no seu contexto mais amplo inspirado nos princípios de justiça social, de civismo democrático, da qualidade de vida e da promoção dos seus habitantes.

- 5 -

Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade.

O papel da administração municipal é o de definir as políticas locais que se revelarão possíveis e o de avaliar a sua eficácia, assim como de obter as normas legislativas oportunas de outras administrações, centrais ou regionais.

- 6-

Com o fim de levar a cabo uma actuação adequada, os responsáveis pela política municipal duma cidade deverão possuir uma informação precisa sobre a situação e as necessidades dos seus habitantes. Com este objectivo, deverão realizar estudos que manterão actualizados e tornarão públicos, e prever canais abertos (meios de comunicação) permanentes com os indivíduos e os grupos que permitirão a formulação de projectos concretos e de política geral.

Da mesma maneira, o município face a processos de tomada de decisões em cada um dos seus domínios de responsabilidade, deverá ter em conta o seu impacto educador e formativo.

## 2 – O COMPROMISSO DA CIDADE

- 7-

A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. Esta a tornará única e será a base dum diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades. A valorização dos seus costumes e suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais. Poderá assim oferecer uma imagem atraente sem desvirtuar o seu enquadramento natural e social. À partida, deverá promover o conhecimento, a aprendizagem e a utilização das línguas presentes na cidade enquanto elemento integrador e factor de coesão entre as pessoas.

- 8-

A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O planeamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda a segregação das gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras.

O ordenamento do espaço físico urbano deverá estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e duma maior aproximação à natureza. A cidade educadora deverá conceder um cuidado especial às necessidades das pessoas com dependência no planeamento urbanístico de equipamentos e serviços, a fim de lhes garantir um enquadramento amável e respeitador das limitações que podem apresentar sem que tenham que renunciar à maior autonomia possível.

- 9-

A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e co-responsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as actividades de formação em valores éticos e cívicos. Deverá estimular, ao mesmo, a participação cidadã no projecto colectivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.

- 10-

O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, prestando uma atenção especial à infância e à juventude.

- 11-

A cidade deverá garantir a qualidade de vida de todos os seus habitantes. Significa isto, um equilíbrio com o ambiente natural, o direito a um ambiente sadio, além do direito ao alojamento, ao trabalho, aos lazeres e aos transportes públicos, entre outros. Deverá promover activamente a educação para a saúde e a participação de todos os seus habitantes nas boas práticas de desenvolvimento sustentável.

- 12-

O projecto educador explícito e implícito na estrutura e no governo da cidade, os valores que esta encoraja, a qualidade de vida que oferece, as manifestações que organiza, as campanhas e os projectos de todos os tipos que prepara, deverão ser objecto de reflexão e de participação, graças à utilização dos instrumentos necessários que permitam ajudar os indivíduos a crescer pessoal e colectivamente.

### 3 – AO SERVIÇO INTEGRAL DAS PESSOAS

- 13-

O município deverá avaliar o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou de outro tipo e as realidades que as crianças e jovens recebem sem qualquer intermediário. Neste caso, deverá empreender, sem dirigismos acções com uma explicação ou uma interpretação razoáveis. Vigiará a que se estabeleça um equilíbrio entre a necessidade de protecção e a autonomia necessária à descoberta. Oferecerá, igualmente espaços de formação e de debate, incluindo os intercâmbios entre cidades, para que todos os seus habitantes possam assumir plenamente as inovações que aquelas geram.

- 14-

A cidade deverá procurar que todas as famílias recebam uma formação que lhes permitirá ajudar os seus filhos a crescer e a apreender a cidade, num espírito de respeito mútuo. Neste mesmo sentido, deverá promover projectos de formação destinados aos educadores em geral e aos indivíduos (particulares ou pessoal pertencente aos serviços públicos) que intervêm na cidade, sem estarem conscientes das funções educadoras. Atenderá igualmente para que os corpos de segurança e protecção civil que dependem directamente do município, ajam em conformidade com estes projectos.

- 15-

A cidade deverá oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocuparem um lugar na sociedade, dar-lhes-á os conselhos necessários à sua orientação pessoal e profissional e tornará possível a sua participação em actividades sociais. No domínio específico das relações escola-trabalho, é preciso assinalar a relação estreita que se deverá estabelecer entre o planeamento educativo e as necessidades do mercado de trabalho.

Para este efeito, as cidades deverão definir estratégias de formação que tenham em conta a procura social e colaborar com as organizações sindicais e empresas na criação de postos de trabalho e de actividades formativas de carácter formal e não formal, sempre ao longo da vida.



- 16-

As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afectam e as modalidades que eles apresentam assim como desenvolver as políticas de acção afirmativa necessárias. Deverão, em particular, ocupar-se dos recém-chegados, imigrantes ou refugiados, que têm o direito de sentir com toda a liberdade, que a cidade lhes pertence. Deverão consagrar todos os seus esforços no encorajar a coesão social entre os bairros e os seus habitantes, de todas as condições.

- 17-

As intervenções destinadas a resolver desigualdades podem adquirir formas múltiplas, mas deverão partir duma visão global da pessoa, dum parâmetro configurado pelos interesses de cada uma destas e pelo conjunto de direitos que a todos assistem. Toda a intervenção significativa deve garantir a coordenação entre as administrações envolvidas e seus serviços. É preciso, igualmente, encorajar a colaboração das administrações com a sociedade civil livre e democraticamente organizada em instituições do chamado sector terciário, organizações não governamentais e associações análogas.

- 18-

A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e co-responsabilidade cívica com o objectivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação, os materiais e as ideias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas. Por seu lado, deverá contribuir na formação para a participação nos processos de tomada de decisões, de planeamento e gestão que exige a vida associativa.

- 19-

O município deverá garantir uma informação suficiente e compreensível e encorajar os seus habitantes a informarem-se. Atenta ao valor que significa seleccionar, compreender e tratar a grande quantidade de informação actualmente disponível, a cidade educadora deverá oferecer os recursos que estarão ao alcance de todos. O município deverá identificar os grupos que necessitam de uma ajuda personalizada e colocar à sua disposição pontos de informação, orientação e acompanhamento especializados. Ao mesmo tempo, deverá prever programas formativos nas tecnologias de informação e comunicações dirigidos a todas as idades e grupos sociais a fim de combater as novas formas de exclusão.

- 20-

A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objectivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços.

\*\*\*\*\*

Esta Carta exprime o compromisso assumido pelas cidades que a subscrevem com todos os valores e princípios que nela se manifestam. Define-se como aberta à sua própria reforma e deverá ser adequada aos aspectos que a rápida evolução social exigirá no futuro.

*Versão integral da Carta das Cidades Educadoras, também disponível em [www.edcities.org](http://www.edcities.org)*

### Anexo 3. Lista de cidades educadoras e população residente

<b>Alemanha</b>		<b>Guatapé</b>	5.000
Munique	1.300.000	Manizales	369.000
<b>Argentina</b>		Medellín	1.956.125
Cañada de Gómez	30.000	Sabaneta	47.474
Esquel	32.000	<b>Croácia</b>	
General Alvear	45.000	Osijek	120.000
Malargüe	27.000	<b>Dinamarca</b>	
Mar del Plata	625.000	Ishoj	20.948
Mendoza	110.993	<b>Ecuador</b>	
Pilar	232.463	Quito	1.841.000
Rosario	1.192.000	<b>Espanha</b>	
San Patricio del Chañar	6.000	A Coruña	245.000
Vicente López	274.082	Adeje	23.357
Villa Constitución	44.174	Albacete	166.570
Zárate	130.000	Alcalá de Guadaíra	63.237
<b>Austrália</b>		Alcalá de Henares	203.041
Adelaide	1.124.345	Alcázar de San Juan	29.636
<b>Benin</b>		Alcobendas	105.951
Lokassa	77.065	Alcoi	63.474
Porto-Novo	25.000	Aldaia	27.000
<b>Bolívia</b>		Alella	9.016
Santa Cruz de la Sierra	697.278	Algete	20.500
<b>Brasil</b>		Almeria	187.521
Belo Horizonte	2.238.526	Alzira	42.220
Campo Novo do Parecis	17.529	Aranjuez	50.930
Caxias do Sul	360.419	Arganda del Rey	32.675
Dourados	183.357	Argentona	9.539
Gravataí	270.000	Ávila	60.000
Montes Claros	355.000	Avilés	85.000
Porto Alegre	1.286.251	Azuaga	10.000
Santo André	669.592	Badalona	220.000
Santos	418.375	Banyoles	17.000
Sao Bernardo do Campo	781.930	Barakaldo	97.253
Sao Carlos	222.000	Barberà del Vallès	26.112
Sao Paulo	10.987.925	Barcelona	1.505.581
Sorocaba	560.250	Benetússer	16.454
<b>Cabo Verde</b>		Berga	16.000
Praia	140.000	Betanzos	13.522
Ribeira Grande	21.480	Bilbao	354.918
<b>Canadá</b>		Blanes	39.247
Quebec	600.000	Bolaños de Calatrava	12.000
<b>Chile</b>		Burgos	166.526
Los Ángeles	162.000	Calella	13.836
Purranque	13.265	Camargo	31.581
Vallenar	47.248	Cambrils	30.791
<b>Colômbia</b>		Canet d'en Berenguer	5.304

Canovelles	14.668	Lugo	88.901
Cartaya	15.093	Madrid	3.167.424
Castellar del Vallès	18.335	Majadahonda	65.000
Castelldefels	45.551	Málaga	547.105
Cerdanyola del Vallès	60.000	Manresa	72.328
Ceuta	75.694	Maó	28.224
Ciudad Real	70.000	Maralena	19.850
Ciutadella de Menorca	29.399	Mataró	117.545
Colmenar Viejo	42.743	Melilla	70.000
Córdoba	325.399	Mérida	55.568
Cornellà de Llobregat	81.939	Mislata	43.000
Corvera de Asturias	16.638	Molins de Rei	20.500
Coslada	85.000	Mollet del Vallès	52.252
Cubelles	11.835	Montcada i Reixac	32.643
Cuenca	54.230	Montilla	23.574
Donostia-San Sebastián	178.299	Móstoles	196.289
Écija	38.472	Murcia	415.764
Ejea de los Caballeros	16.785	Mutxamel	20.835
El Prat de Llobregat	63.241	Nàquera	5.322
Esplugues de Llobregat	46.304	Ontinyent	35.517
Estepona	45.922	Orihuela	85.000
Ferreries	4.476	Ourense	107.186
Ferrol	77.140	Oviedo	210.000
Figueres	34.047	Palafrugell	20.390
Fuenlabrada	167.458	Palamós	16.159
Gandia	81.481	Palma de Mallorca	319.181
Gavà	41.925	Pamplona	193.516
Getafe	158.363	Parets del Vallès	16.413
Gijón	275.590	Peligros	11.000
Girona	75.000	Pinto	42.000
Granada	275.000	Pontevedra	76.842
Granollers	57.200	Pozoblanco	16.223
Guadix	20.145	Pozuelo de Alarcón	81.000
Ibi	21.293	Premià de Mar	25.529
Ibiza	44.000	Priego	1.050
Icod de los Vinos	25.180	Priego de Córdoba	23.000
Igualada	38.000	Puerto Real	39.468
Iniesta	4.207	Puertollano	50.778
Jerez de la Frontera	200.000	Punta Umbría	13.500
La Garriga	14.789	Quart de Poblet	25.700
Las Palmas de Gran Canaria	368.140	Reus	102.000
Leganés	176.384	Ripollet	36.707
León	140.039	Rivas-Vaciamadrid	62.377
L'Hospitalet de Llobregat	247.095	Roquetas de Mar	74.267
Linares	60.864	Rubi	70.569
Lleida	125.677	Sabadell	191.598
Logroño	136.953	Sagunt	66.529
Lorca	87.153	Salou	25.000
Los Corrales de Buena	10.872	Salt	22.377
Lucena	41.000	San Bartolomé de Tirajana	50.224

San Fernando de Henares	37.000	Vitoria-Gasteiz	230.000
San Lorenzo del Escorial	16.005	Zamora	67.000
San Pedro del Pinatar	23.709	Zaragoza	622.602
San Sebastián de los Reyes	72.250	Zarautz	20.719
Sant Adrià de Besós	34.000	<b>Finlàndia</b>	
Sant Boi de Llobregat	80.636	Espoo	216.000
Sant Cugat del Vallès	74.239	Helsinki	555.474
Sant Feliu de Guíxols	21.721	Pori	76.253
Sant Feliu de Llobregat	41.817	Tampere	204.474
Sant Joan Despí	32.078	<b>França</b>	
Sant Just Desvern	16.140	Angers	157.255
Sant Quirze del Vallès	14.762	Aubagne	43.083
Santa Coloma de Cervelló	7.300	Aurillac	31.000
Santa Coloma de Farners	11.090	Bayonne	45.000
Santa Coloma de Gramenet	120.958	Belfort	55.521
Santa Cruz de Moya	435	Besançon	122.308
Santa Cruz de Tenerife	211.930	Brest	153.972
Santiago de Compostela	94.272	Chambéry	60.900
Santurtzi	47.019	Chaumont	25.888
Sanxenxo	17.078	Chelles	48.000
Segovia	56.961	Clichy-sous-Bois	28.274
Sevilla	704.000	Creil	32.000
Silla	18.756	Dijon	151.600
Tarancón	11.600	Dunkerque	72.333
Tarazona	10.822	Estrasburgo	272.700
Tarifa	17.478	Feysin	9.350
Tarragona	131.158	Fontaine	23.586
Terrassa	196.431	Fort de France (Martinica)	96.000
Tiana	7.505	Grenoble	156.203
Tomelloso	37.707	Hem	19.814
Torelló	13.500	Hérouville Saint-Clair	24.300
Torralba de Calatrava	3.088	Illkirch-Graffenstaden	27.000
Torrejón de Ardoz	106.740	La Chapelle sur Erdre	16.805
Torrent	64.000	La Roche-sur-Yon	52.947
Torrijos	11.000	Laxou	15.898
Tudela	30.355	Le Kremlin-Bicêtre	23.724
Valdepeñas	32.000	Les Lilas	20.482
Valencia	749.015	Limoges	137.500
Vic	38.000	Lorient	61.844
Vigo	300.000	Lormont	21.100
Viladecans	62.760	Lyon	445.452
Viladecavalls	6.304	Mainvilliers	10.200
Vilafranca del Penedès	37.210	Mezrieu	28.300
Vilagarcía de Arousa	37.000	Montpellier	245.000
Vilanova i la Geltrú	55.603	Nanterre	87.000
Vila-Real	43.500	Nantes	280.000
Villajoyosa	31.500	Nevers	43.082
Villarrobledo	24.900	Paris	2.132.247
Vinalesa	2.700	Perpiñán	108.000
Vinarós	25.232	Pessac	60.000

Poitiers	83.448	Rivoli	52.000
Quimper	64.500	Roma	4.000.000
Rennes	212.494	Rovereto	35.000
Rillieux-la-Pape	30.003	Sacile	19.731
Rochefort	17.300	Settimo Torinese	47.062
Roubaix	98.000	Turim	867.857
Saint Jean	9.497	Varese	84.187
Sainte-Luce-sur-Loire	13.500	Veneza	266.181
Saint-Herblain	44.800	Verbania	30.000
Saint-Jacques-de-la-Lande	10.500	Vicenza	113.898
Saint-Nazaire	67.100	<b>México</b>	
Saint-Priest	41.000	Camerino Z Mendoza	45.000
Schiltigheim	31.477	Cozumel	73.193
Seyssins	7.800	Ecatepec de Morelos	1.688.258
Thionville	41.600	Guadalajara	1.646.319
Torcy	22.200	Guadalupe	129.387
Toulouse	437.100	Guanajuato	153.364
Tourcoing	92.000	León	1.278.087
Tournefeuille	23.800	México DF	12.000.000
Tours	137.046	Playa del Carmen	135.589
Vaulx-en-Velin	41.000	Puebla de Zaragoza	1.485.941
Villeurbanne	130.000	Tepeaca de Negrete	68.000
Vitrolles	37.509	Victoria	263.063
<b>Grécia</b>		Zapopan	1.002.000
Agia Varvara	28.447	<b>Holanda</b>	
<b>Hungria</b>		Roterdão	599.859
Budapeste	1.800.000	<b>Palestina</b>	
<b>Itália</b>		Belém	30.000
Ancona	100.000	<b>Peru</b>	
Arezzo	98.788	Paita	66.739
Bolonia	372.000	<b>Polónia</b>	
Brandizzo	7.843	Katowice	3.177.000
Brescia	197.000	<b>Portugal</b>	
Brolo	5.715	Águeda	49.016
Busto Garolfo	12.772	Albufeira	31.281
Casalecchio di Reno	35.091	Almada	160.825
Castelfiorentino	17.848	Amadora	172.872
Ceccano	23.000	Azambuja	21.000
Collegno	49.100	Barreiro	79.000
Foggia	154.000	Braga	200.000
Gela	77.450	Cascais	160.000
Génova	650.000	Chaves	43.667
La Spezia	95.320	Coimbra	150.000
Pádua	209.125	Esposende	33.325
Peschiera Borromeo	20.569	Évora	56.600
Pistoia	85.843	Grândola	14.901
Pomigliano d'Arco	45.000	Guarda	43.822
Pordenone	50.519	Leiria	119.847
Portogruaro	24.994	Lisboa	556.797
Ravenna	155.997	Loulé	62.000

Loures	195.035
Moura	16.290
Odivelas	133.846
Oliveira de Azeméis	70.721
Paços de Ferreira	57.000
Palmela	53.352
Paredes	85.000
Pombal	59.764
Portimão	45.000
Porto	263.131
Rio Maior	11.532
Santa Maria da Feira	140.000
Santarém	63.563
São João da Madeira	21.022
Sever do Vouga	13.186
Sintra	430.000
Torres Novas	36.908
Trofa	37.581
Vila Franca de Xira	122.908
Vila Real	52.060
<b>Porto Rico</b>	
Caguas	142.769
<b>República da Coreia</b>	
Changwon	504.420
Dalseo District	597.393
Gumi	393.595
Gunsan	261.612
Guro	421.406
Gwangju Metropolitan City	1.420.000
Paju	319.906
Suncheon	270.000
Yeosu City	294.577
<b>Roménia</b>	
Satu Mare	115.142
<b>Ruanda</b>	
Kigali	800.000
<b>Senegal</b>	
Dakar	2.610.000
<b>Suécia</b>	
Göteborg	485.000
<b>Suiça</b>	
Genebra	178.000
<b>Togo</b>	
Lomé	1.000.000
<b>Uruguai</b>	
Montevideu	1.325.968
Paysandú	100.000
Treinta y Tres	49.700
<b>Venezuela</b>	
Chacao	80.000

Dados do portal [www.edcities.org](http://www.edcities.org), última consulta em 22/05/2010

## Anexo 4. Entrevista a Pilar Figueras, Secretária Geral da AICE

---

1. En su opinión ¿cuáles son los principales desafíos de los espacios urbanos y de la gestión urbana?

*Sin ser especialista, creo que serían la cohesión social, la sustentabilidad, la gestión de la diversidad y la creación y gestión de espacios públicos como lugares y ocasiones de convivencia.*

2. La idea de Ciudad Educadora, ¿es uno de esos desafíos para nuestro futuro?

*Efectivamente: creemos que no sólo es un desafío, sino una propuesta y una apuesta de futuro, insoslayables. La ciudad educadora es un nuevo paradigma, cuyo núcleo lo constituyen el conocimiento, la conciencia y el desarrollo de los aspectos educativos de las distintas políticas y actuaciones en todos los ámbitos. Como no puede ser de otra manera, para la ciudad que se quiere educadora, la educación se convierte en un eje fundamental y transversal de su proyecto político.*

*Es importante precisar también que el concepto ciudad educadora reposa sobre tres pilares: una información suficiente, una buena comunicación de las oportunidades que ofrece la ciudad a todos y cada uno de los ciudadanos, una participación corresponsable de éstos, y una evaluación que informe sobre el grado de utilidad de las diferentes propuestas y actuaciones que se llevan a cabo.*

*Las ciudades educadoras deben profundizar y desarrollar la dimensión educativa de las diversas políticas locales. Es necesario hacerlo a partir de la interdisciplinariedad y la transversalidad, métodos que conllevan nuevos modelos de gestión. Para que esta tarea sea posible, son necesarias algunas actuaciones previas, nuevas formas de organización de los responsables municipales, así como de participación de la sociedad civil, que cada ciudad debe llevar a la práctica de acuerdo con sus características y especificidades.*

*Por ello, es necesario remarcar que el camino hacia la consecución de una ciudad educadora es un camino largo pero, a la vez, estimulante y positivo, que debe ser trazado y recorrido por todos: gobiernos locales y sociedad civil.*

*El compromiso hacia una ciudad educadora se convertirá, así, en una demanda y una exigencia de los ciudadanos; en un logro sin retorno, como se expresa en la Carta de Ciudades Educadoras.*

3. Origen del concepto "ciudad educadora" y como surgió el Congreso de 1990.

*A finales de los años ochenta, con la incorporación de España a la Unión Europea y la nominación de Barcelona como sede de los XXV Juegos Olímpicos, la ciudad inicia una profunda transformación, al mismo tiempo que vive una etapa de fuerte proyección exterior. Barcelona opta decididamente por el impulso, la creación y la integración en diferentes estructuras, redes y organizaciones de ciudades, asumiendo, en muchos casos, el liderazgo.*

*En 1990, el futuro del mundo ya se presentaba como eminentemente urbano y los gobiernos locales -por su legitimidad, representatividad, flexibilidad y capacidad de adaptación- se reconocían ya como el nivel administrativo más cercano y eficaz para resolver problemas de la ciudadanía. En este contexto, Barcelona convocó, el Primer Congreso Internacional de Ciudades Educadoras con la intención de dialogar, de intercambiar y reflexionar acerca del potencial educador de las ciudades y de las nuevas responsabilidades de éstas y de sus gobiernos en un mundo cambiante.*

*El Congreso, que reunió cerca de 600 personas, combinó el intercambio de experiencias educativas de instituciones públicas o privadas, procedentes de los ámbitos formales y no formales, con un marco teórico que las acogiera. También, se creyó necesario consensuar una definición de lo que es una ciudad educadora y sugerir*

ámbitos y líneas de actuación. En este sentido, se redactó la Carta de Ciudades Educadoras, que fue suscrita por las ciudades asistentes.

El concepto ciudad educadora se proponía como un significante integrador de la educación formal, no formal e informal que se genera en la ciudad, desde distintos ámbitos, para todos los ciudadanos y reconociendo a agentes educativos no considerados como tales anteriormente.

Abre y amplía el alcance de los conceptos ciudad y educación.

4. En este momento la AICE cuenta con más de 400 ciudades asociadas. ¿Está este número dentro de las expectativas de la Asociación?

En el Congreso de Barcelona en 1990 participaron 63 ciudades de 21 países, lo que muestra que desde un primer momento este nuevo concepto despertó el interés de las ciudades y, en concreto, de los gobiernos locales. La mayoría de las ciudades expresaron su deseo de repetir esta experiencia y seguir el camino trazado. Fue así como la ciudad de Gotemburgo se ofreció a organizar el II Congreso en 1992.

La adhesión a la Carta de Ciudades Educadoras por parte de aquellas ciudades constituyó el comienzo de un movimiento que en 1994, daría paso a la Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (AICE), en Bolonia, en el marco del III Congreso.

La AICE comienza su andadura con 30 ciudades de 11 países.

Se constituye con el objetivo de fomentar el intercambio, la cooperación y la reflexión entre sus miembros, así como la relación con organizaciones nacionales e internacionales con intereses comunes. En ambos casos ha habido considerables avances

Con la experiencia acumulada tras casi dos décadas de trabajo, constatamos que no es por azar que hoy 419 ciudades de 35 países del mundo formen parte de la AICE. El incremento constante del número de ciudades adheridas demuestra la pertinencia y utilidad de esta Asociación. Sin embargo, cabe destacar que a pesar que la AICE tiene presencia en los 5 continentes, el número de ciudades en dichos territorios es muy desigual. Actualmente, la mayor concentración de ciudades asociadas se registra en Europa (82,7%) y en América Latina (13,55%). El reparto de ciudades en Europa es también desigual, concentrándose el 95,37% de las ciudades asociadas en 4 países (España, Francia Italia y Portugal).

Tal como queda establecido en el plan de acción aprobado por la Asamblea para el bienio 2009-2010 el crecimiento, fortalecimiento y difusión de la AICE son tareas prioritarias. Para ello, se acordó fortalecer el trabajo de las distintas redes territoriales y temáticas existentes en la AICE, y el impulso de nuevas redes.

Las iniciativas destinadas al crecimiento cuantitativo y cualitativo de la AICE van, pues, a la par.

Por lo que a la cuestión cualitativa se refiere, recientemente se ha llevado a cabo un plan de formación piloto (desarrollado en ocho ciudades) dirigido tanto a miembros electos y técnicos municipales, como a organizaciones de la sociedad civil. Finalizada la etapa piloto se han evaluado los contenidos y la metodología y se está trabajando en la ampliación del equipo de expertos inicial, con miembros de otros países, con el fin de poder acercar y facilitar este servicio a aquellas ciudades que lo deseen.

Con la Carta de Ciudades Educadoras como compromiso compartido, las ciudades que constituyen la AICE progresan -cada una a su ritmo y con sus especificidades-, individual y colectivamente, en el cumplimiento de dicho compromiso.

La incorporación de nuevas ciudades significa el conocimiento constante de nuevas realidades, más riqueza en los diálogos, mayores oportunidades de intercambio, colaboración y cooperación. Significa, también, el fortalecimiento mutuo de un discurso común que añade sentido y valor a las propias prácticas.

Para la AICE, a la importancia de la cantidad se añade la obligación de la calidad: debe seguir ofreciendo y mejorando sus ofertas y propuestas, sobre la base de que éstas serán mejores cuánto mejores sean las prácticas



en las respectivas ciudades. En este sentido, el límite del propio crecimiento deberá situarse en la capacidad creativa y organizativa que garantice la calidad de las ofertas.

##### 5. En su opinión, ¿qué buscan los gobiernos locales cuando solicitan la adhesión a la AICE?

Creo que la pregunta debería de dirigirse a las propias ciudades; sin embargo y en términos generales hay algunas razones comunes ya que todas ellas tienen nuevos retos ante sí. Hacen falta nuevas políticas rigurosas, creativas y generosas para hacerles frente y es importante que las ciudades desarrollen iniciativas de cooperación en el ámbito local e internacional y que estén abiertas a aprender y a ofrecer nuevas maneras de hacer. La pertenencia a la AICE les facilita esta cooperación necesaria, facilitando todo aquello que sirva para reforzar las capacidades de los gobiernos locales; actuando como un faro emisor de información relevante sobre iniciativas eficientes e innovadoras de las ciudades grandes o pequeñas que hoy la conforman.

La Ciudad Educadora es una propuesta política, que lleva a numerosas ciudades a incorporar la educación como un vector importante de gobernanza, como un eje estratégico y transversal de su proyecto político. Es, a la vez, un compromiso que requiere, por un lado, la cooperación de los diferentes departamentos municipales y, por el otro, de la sociedad civil organizada.

Entre las oportunidades que la AICE ofrece cabe destacar los Congresos Internacionales, los cuáles constituyen un marco de intercambio y de reflexión y de aprendizaje común, a la vez que una tribuna internacional para dar a conocer buenas prácticas de las ciudades asociadas. Se celebran cada dos años y son además una ocasión para profundizar en la construcción del discurso de Ciudad Educadora y visitar in situ experiencias de las ciudades que los acogen. La AICE ha celebrado congresos internacionales en: Barcelona, Göteborg, Bolonia, Chicago, Jerusalén, Lisboa, Tampere, Génova, Lyon y Sao Paulo, actualmente Guadalajara (México) trabaja para acoger el congreso del año 2010.

El Comité Ejecutivo, en su reunión de octubre 2009, acordó confiar la organización del Congreso 2012 a la ciudad de Changwon (República de Corea del Sur). Su realización será, además una buena ocasión para dar a conocer y extender las propuestas de la AICE a nuevas ciudades de esta zona geográfica y enriquecer los intercambios con las aportaciones de las ciudades de esta región.

Además de estas oportunidades de encuentro y de intercambio a escala internacional, la AICE ofrece la posibilidad de trabajar en un marco territorial definido (redes nacionales, estatales o regionales) y en el entorno de cuestiones temáticas específicas (redes temáticas). Ambas modalidades de redes participan en la elaboración de propuestas y en su implementación. Todo ello contribuye a desarrollar y reforzar los vínculos entre las ciudades.

Otro importante espacio de encuentro, de intercambio y de aprendizaje del que dispone la AICE es el portal de internet ([www.edcities.org](http://www.edcities.org)), donde se encuentra información general así como información de las diversas ciudades, redes territoriales y temáticas. Este canal está diseñado partiendo del valor de la diversidad entre las ciudades, de forma que además de las informaciones del Secretariado, las ciudades miembros puedan hacer difusión de sus actuaciones a nivel local e internacional, mediante la edición de noticias, publicación de documentos y fotografías, de una forma sencilla y sin necesidad de conocimientos informáticos.

El Secretariado de la AICE pone al alcance de sus miembros el banco de experiencias educadoras. Esta base de datos fue creada en 1990 y contiene más de más de 900 experiencias, de muy diversas ciudades e índole, que son actualizadas, revisadas y ampliadas permanentemente. A lo largo de estos años, el banco ha evolucionado con los avances tecnológicos. Actualmente, se puede consultar en el portal de la Asociación, en 3 idiomas.

Por otra parte, la trayectoria de la AICE a lo largo de estos años la sitúa como interlocutora reconocida en el diálogo con diferentes instituciones o asociaciones de ámbitos diversos, formando parte o colaborando con ellos. Cabe destacar las relaciones de colaboración con la UNESCO, UN-Habitat, Ciudades y Gobiernos Locales Unidos (CGLU), la Asociación Internacional de Alcaldes Francófonos (AIMF), la Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) Mercosur y Mercociudades.

6. 3 puntos débiles y 3 puntos fuertes que en su opinión caracterizan el movimiento de Ciudades Educadoras.

*Puntos fuertes.*

*1. Las ciudades gozan de un mayor protagonismo en la esfera mundial y el reconocimiento por parte de las agencias de Naciones Unidas como agentes eficaces en la resolución de los problemas del siglo XXI, es ya un hecho incontrovertible. Por tanto, las redes de ciudades se convierten en un potente instrumento de diálogo, de intercambios y reflexiones, de cooperación y de refuerzo mutuo.*

*2. El hecho que el compromiso de las ciudades con los principios de la Carta requiera de un acuerdo de pleno municipal (que la mayoría de los casos se obtiene por unanimidad de las fuerzas políticas representadas) hace que éste sea un compromiso más sostenible. Y en aquellos casos en que además se implica a la sociedad civil organizada, resulta una propuesta prácticamente incontestable.*

*3. El descubrimiento de las potencialidades educativas de la propia ciudad, el reconocimiento de los vectores educativos de las distintas políticas y la progresiva constatación de la necesaria transversalidad –no exenta de dificultades. Se trata de un movimiento basado en una Carta de principios pero que no se limita a la esfera de lo teórico y conceptual sino que se apoya en ejemplos concretos de aplicación. (Banco de Datos, Congresos, exposiciones, publicaciones, etc.)*

*Puntos débiles:*

*1. Desigual distribución o presencia geográfica. Pocos miembros en el mundo anglosajón, por el diferente significado otorgado al término “educación”.*

*2. Baja o nula implicación de otros departamentos municipales, además del de educación (debida al hecho de que los alcaldes delegan siempre a estos responsables como interlocutores con la AICE).*

*3. Son aún minoría los alcaldes que conocen y comparten a fondo el tema. En aquellos casos en que se da esta implicación, el efecto global y compartido y el replanteamiento de las perspectivas y formas de trabajo, son patentes.*

7. En su opinión ¿cómo se presenta el futuro de la AICE y la evolución del concepto de Ciudad Educadora?

*En relación al concepto, a modo de reflexión personal y visto con perspectiva, creo que el hecho de focalizar los temas del I Congreso de Ciudades Educadoras en la infancia y la juventud, y que la redacción de la Carta pusiera el acento en estas edades, limitó de manera importante la conciencia del alcance del concepto y de sus posibilidades, a pesar de la edición del libro “La Ciudad Educadora” donde dicho concepto se consideraba desde diferentes perspectivas y disciplinas, y de que los contenidos de las conferencias dictadas en el propio Congreso ponían de manifiesto su alcance.*

*Por tanto, pienso que más que el concepto –claro y sugerente–, lo que ha ido evolucionando es la comprensión de su amplitud y sus diversas declinaciones, en la práctica.*

*Más tarde, el decálogo aprobado por la Asamblea General de la Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (AICE) celebrada en Jerusalén (1999) con motivo del V Congreso Internacional, deja constancia de la necesidad de que las propuestas de Ciudad Educadora trasciendan las primeras edades y la escuela, para incluir toda la población y todos los ámbitos (urbanismo y planificación, cultura, medio ambiente, deportes, economía, salud, etc.). La Asociación Internacional de Ciudades Educadoras, se afirma en la defensa de una concepción global y transversal de la educación, que impregne el conjunto de la vida en la ciudad y que abarque a toda la ciudadanía.*

*Los cambios en las sociedades y en las ciudades, nos condujeron a actualizar la Carta en el año 2004 - atendiendo al contenido del artículo 20- incorporando nuevos campos de acción y nuevas oportunidades, sin escamotear las dificultades.*

*El paso del tiempo nos permite afirmar que la Carta sirve, al mismo tiempo a cada una de las ciudades y también, a todas ellas, como herramienta de construcción y evolución conjunta. Hoy, la experiencia nos permite ratificar algunas afirmaciones allí contenidas y añadir otras nuevas.*

*Afirmamos que la educación es una tarea compartida de la familia y la escuela pero también una multitud de otros agentes no reconocidos, hasta ahora, forman un nuevo "sistema" educativo que es necesario conocer, considerar y despertar; decimos también que esta tarea compartida, de ninguna manera puede renunciar a la función fundamental de las familias y las escuelas que, sin duda, deben de re-posicionarse en este nuevo escenario.*

*Día a día comprobamos como es de incuestionable que la planificación urbana, la cultura, los centros educativos, los deportes, las cuestiones medioambientales y de salud, las económicas y presupuestarias, las que se refieren a la movilidad y la vialidad, en la seguridad, a los diferentes servicios, las correspondientes a los medios de comunicación, etc., contienen e incluyen valores, conocimientos y destrezas, que hay que considerar como factores de educación de la ciudadanía.*

*Si bien las ciudades son todas educativas, decimos que la ciudad es educadora cuando imprime esta intencionalidad en la forma como se presenta a sus ciudadanos.*

*Con el paso del tiempo y a través de conocer un poco la multitud de ciudades con las que trabajamos, vemos que las formas de concreción y desarrollo del concepto ciudad educadora son tan variadas como diversas son las ciudades. Con ritmos y niveles de implicación diferentes, que tienen que ver con su propia historia, ubicación, especificidad y también con su proyecto político.*

*El futuro de la AICE se presenta como una afirmación de su propia oportunidad e idoneidad: insistiendo en sus objetivos, profundizando en sus funciones y abriendo nuevas oportunidades; escuchando atentamente el latido de las ciudades y contando con su colaboración.*

Respostas recibidas em 20/11/2009

## Anexo 5. Entrevista a Analia Brada, representante da cidade de Rosário, Argentina, coordenadora da Delegação da América Latina

---

1. Na sua opinião, quais considera serem na actualidade os principais desafios dos espaços urbanos e da gestão urbana?

*La ciudad es una construcción colectiva, por ello los responsables de su planificación y desarrollo deben diseñar escenarios claros que sean deseables para la mayoría de los habitantes. Generando una fuerte idea de pertenencia, para que los ciudadanos y no solo los funcionarios se impliquen también en su cuidado y mejora para las generaciones presentes y futuras.*

2. A ideia de cidade educadora é um desses desafios para o nosso futuro?

*Ciudades Educadoras es un movimiento creado en noviembre de 1990, a partir de la iniciativa del Ayuntamiento de Barcelona, en el que gobiernos locales se vinculan con el objetivo de trabajar conjuntamente en proyectos tendientes a desarrollar el valor educador del ámbito urbano en todos sus espacios, transformándolo en una escuela abierta a la comunidad.*

3. Pode-nos descrever quais as principais actividades da vossa delegação?

*El objetivo principal de la Delegación para América Latina de la AICE es el de promover una red de cooperación entre las ciudades Latinoamericanas, impulsando proyectos e intercambiando experiencias educadoras formales y no formales. Las mismas están orientadas al desarrollo integral de todos los habitantes y ser gestionadas por gobiernos locales, universidades u otras organizaciones de la sociedad civil.*

*Además, se procura articular y coordinar este trabajo con las diferentes Redes que se han venido desarrollando en América Latina, a los fines de intensificar los intercambios y experiencias adquiridas que aporten al fortalecimiento democrático y al mejoramiento de las capacidades de gestión gubernamental.*

*Una ciudad es educadora cuando:*

- *Reconoce, ejercita e implementa, además de sus tareas tradicionales, una función orientada a la formación, promoción y desarrollo de todos sus habitantes.*
- *Asume la intencionalidad política de dotar a sus actuaciones de mayores contenidos educativos, haciendo que su territorio sea el espacio de múltiples escenarios de aprendizaje social compartido.*

4. Como têm evoluído as adesões à AICE na América Latina? Têm algum objectivo de crescimento do número de cidades?

*Desde la Delegación para América Latina de la AICE, se implementan estrategias de difusión de los principios de la Carta, así como también acciones para establecer nuevas ciudades miembros a la red.*

5. Na sua opinião, o que é que os governo locais procuram quando solicitam a adesão à AICE?

*Los gobiernos locales procuran establecer nuevos espacios de participación colectiva en la construcción de ciudades con mejor calidad de vida para sus habitantes.*

6. Identifique 3 pontos fortes e 3 pontos fracos que, na sua opinião, caracterizam o movimento das Cidades Educadoras.

*Fortaleza*

*Importante trabajo colaborativo en red*

*Amplia los escenarios educativos*

*Potencia las acciones de las políticas públicas al acentuar las componentes educativas de estas.*

*Debilidades*

*A veces las ciudades se asocian en momentos eleccionarios y luego no desarrollan proyectos*

*Algunas dificultades para trabajar transversalmente al interior de los municipios*

*A algunos funcionarios les cuesta pensar que todas sus acciones políticas tienen componentes educativas*

7. Da sua experiência, como perspectiva o futuro da AICE e a evolução do conceito de Cidade Educadora?

*El concepto de CE fue evolucionando a lo largo de estos 18 años de puesta en marcha, estos podrían resumirse en los nuevos principios de la carta en tres ejes fundamentales a saber:*

*a.- el derecho a la Ciudad Educadora*

*b.- el compromiso de la ciudad*

*c.- al servicio integral de las personas*

Respostas recebidas em 06/07/2009

## Anexo 6. Entrevista a Vera Lúcia Salvatore, representante da cidade de São Paulo, Brasil, organizadora do X Congresso Internacional das Cidades Educadoras (2008)

---

1. Na sua opinião, quais considera serem na actualidade os principais desafios dos espaços urbanos e da gestão urbana?

*Na minha opinião, tendo em vista a complexidade de uma cidade como São Paulo considero como principais desafios da gestão urbana a mediação de interesses em conflito como por exemplo entre a população que mora nas ruas e moradores em geral, a compreensão e incorporação por parte da população em geral do conceito de espaço público, o desafio da apropriação do espaço público, dos limites entre direitos e deveres, o espaço público como bem de uso coletivo. Também considero um grande desafio implementar e manter um processo de participação efetiva e democrática dos cidadãos nas políticas e nos rumos da gestão urbana*

2. A ideia de cidade educadora é um desses desafios para o nosso futuro?

*No meu entendimento cidade educadora é um conceito, uma idéia força que pode ser um poderoso instrumento de gestão do espaço urbano pelo seu potencial integrador e articulador das políticas públicas e mediador entre governo e sociedade. Nesse sentido tão abrangente e ao mesmo tempo focado em valores é um desafio para o futuro das cidades*

3. Na sua opinião, o que é que os governos locais procuram quando solicitam a adesão à AICE? O que levou o município de São Paulo a aderir ao movimento?

*Não sei se os governos locais tem a clareza da dimensão e do potencial do conceito de cidades educadoras enquanto conjunto de valores a ser disseminado em uma cidade e em que medida estão dispostos a transformar a retórica e compromissos de campanha em políticas públicas identificadas com o conceito de forma radical (sentido de raiz). Evidentemente há que considerar as excessões. O município de São Paulo aderiu ao movimento em 2004, no final de uma administração à qual sucederam outras duas. Ambas mantiveram a cidade como membro da AICE, sediaram o X Congresso Internacional de Cidades Educadoras. Embora realizem e implementem ações e projetos de cidades educadoras não se apropriaram do conceito. No momento estamos trabalhando para que “cidades educadoras” integre o Plano de Metas do município até 2014.*

4. Identifique 3 pontos fortes e 3 pontos fracos que, na sua opinião, caracterizam o movimento das Cidades Educadoras.

*Fortes*

- 1. organização e estrutura da AICE*
- 2. preocupação da AICE com a base conceitual e teórica do movimento produzindo conhecimento por meio de publicações acessíveis ao entendimento de gestores públicos*
- 3. número significativo de cidades associadas com experiências diversas provenientes de mais diferentes culturas e realidades sociais e políticas*

*Fracos*

- 1. falta integração das cidades, comunicação em rede entre elas, projetos comuns, iniciativas das próprias cidades que são muito dependentes da rede territorial no caso brasileiro*
- 2. a alternancia frequente de representantes das cidades devido à mudança dos governos municipais*

3. *subutilização de ferramentas da web para comunicação entre as cidades*

5. Da sua experiência, como perspectiva o futuro da AICE e a evolução do conceito de Cidade Educadora?

*Creio que o mecanismo de adesão das cidades ao movimento de cidades educadoras necessita considerar a alternância dos prefeitos. Portanto o compromisso que deveria ser mantido com os princípios da Carta necessita de algum procedimento formal que garanta a sua permanência nas mudanças de governo. Há que considerar também a existência de inúmeras associações internacionais que tem como foco a gestão das cidades como o CGLU, Mercocidades entre outras. Ações e projetos integrados ou associados poderiam fortalecer a AICE e o movimento de cidades educadoras. A realização de encontros e seminários periódicos pode contribuir para a evolução do conceito. Para isso a AICE deverá estar aberta para esse tipo de participação.*

Respostas recebidas em 07/07/2009

## Anexo 7. Entrevista a Maria de Lurdes Rabaça, representante da cidade de Lisboa, coordenadora do gabinete Lisboa – Cidade Educadora

---

1. Na sua opinião, quais considera serem os principais desafios dos espaços urbanos e da gestão urbana na actualidade?

*Os principais desafios dos espaços urbanos na actualidade são vários e complexos. Teremos de, em primeiro lugar, clarificar a que nos referimos quando falamos de “espaço urbano”, pois estas duas palavras têm escalas de análise diferentes, embora com aspectos e características entrecruzadas que se interrelacionam, estando subjacentes na perspectiva particular de abordagem.*

*Entendendo que a questão colocada se refere ao Espaço Urbano/Cidade, nele encontramos múltiplos outros que constituem grandes desafios de análise e intervenção nas suas vivências (o bairro, a rua, a escola, o jardim, o museu, o teatro, a “tertúlia”, o tecido edificado, etc.), tanto para os seus utilizadores como para os gestores da urbe.*

*Nestes espaços, no espaço urbano que é a Cidade (maior ou menor em área e densidade populacional), acontecem vários processos de desenvolvimento e/ou inércia (humanos, sociais, económicos, patrimoniais), consequentes da globalização em que consciente e/ou inconscientemente estão inseridos e que directamente se relacionam com fenómenos migratórios, com as inerentes ou consequentes influências da utilização de novos meios de comunicação e informação, com as novas economias emergentes e novas formas de trabalho que exigirão outras formações e/ou actualização das existentes, e, em suma, com as vivências das populações, também cada vez, percentualmente, mais velhas em idade.*

*Neste contexto, poderíamos referir outros, os principais desafios dos espaços urbanos são, a salvaguarda da sua identidade; o desenvolvimento e enriquecimento de vivência em democracia, aceitando e associando as várias etnias, religiões, culturas, tão presentes nas urbes de hoje bem como outros diferentes, numa construção atenta de cidadãos que assumam os seus direitos e deveres; a atenção à mobilidade e segurança de pessoas e bens; a uma educação ao longo da vida, a ser presente nas várias faixas etárias.*

*A gestão urbana, passa, pela resposta aos principais desafios já referidos, pelo conhecimento, o mais rigoroso possível das carências e expectativas das populações, atenta à evolução social/mundial, e passa pelo reconhecimento e valorização do SER-PESSOA – “SER-PESSOA-COM”, fomentando a informação sobre as várias questões da vida urbana, incrementando o diálogo e a participação positiva, fundamentais à construção comum do presente/futuro.*

*A utilização destas estratégias e metodologias de intervenção, são fundamentais para uma pedagogia que particularizará a Urbe e claramente a sua forma de gestão. Esta gestão, passa ainda pela abertura consciente da cidade ao mundo, incrementando as parcerias e o trabalho em rede, procurando a construção de espaços urbanos com qualidade de vida, abertos à modernidade e como pólos de desenvolvimento de valores universais, como a solidariedade e a paz.*

2- A ideia de Cidade Educadora é um dos desafios para o nosso futuro?

*A ideia de Cidade Educadora é já um dos desafios do nosso presente/futuro, como está claramente implícito no conteúdo do parágrafo anterior e a reforçá-la está a reflexão e a prática dos Princípios exarados na Carta das Cidades Educadoras, que, reconhece o direito de cada um a uma cidade educadora como “extensão efectiva do*



*direito fundamental à educação”... e “garantia relevante dos princípios de igualdade entre todas as pessoas, de justiça social e de equilíbrio territorial”.*

*O reconhecimento deste direito e desta garantia e a afirmação prática dos mesmos, exige o compromisso da cidade no seu conjunto (todos os cidadãos, todas as estruturas, todos os poderes), num trabalho articulado (conscientemente partilhado, coordenado e avaliado) para a afirmação do espaço urbano (micro/macro e neste macro integro outras urbes do mesmo país, e do mundo que com maior ou menor frequência se relacionam e se inter influenciam), que está ao serviço integral das pessoas.*

*A Cidade Educadora, na sua concepção e prática, é a resposta congregadora e desafiante do desenvolvimento futuro das urbes plurais, identificadas com a sua memória e dela construtoras, com populações que ao longo da vida são agentes informados e “inconformados”, porque actantes e educadores.*

*A Cidade Educadora, defensora da democracia, da solidariedade e da paz, é uma construção de todos, e não só dos governos locais que assumiram este projecto e este compromisso perante a sua cidade e outras que integram este movimento, que congrega um conjunto de princípios orientadores adaptáveis à realidade local e que constam da Carta das Cidades Educadoras, é assim um desafio para cada urbe e para cada agente educador, que deverá tomar como assumida esta dimensão individual e colectiva na construção do futuro.*

**3- Pode-nos descrever o início do movimento das Cidades Educadoras em Portugal e a forma como o projecto foi introduzido no país?**

*Como é conhecido, o movimento das Cidades Educadoras iniciou-se em Barcelona, em 1990, quando o município desta cidade reflectindo a sua vivência como cidade plural, de grande valor patrimonial e em transformação urbanística (preparava-se para os Jogos Olímpicos), observou que a escola e a família não eram já agentes e espaços exclusivos de educação, mas esta também era manifesta em muitas outras instituições não formais, privadas e públicas, e até nas intervenções informais existentes na cidade.*

*Neste quadro complexo de agentes, era necessário saber a articulação das ofertas educativas referidas anteriormente, o modo como são conhecidas ou percebidas pela população, como trabalhá-las para conhecimento de todos, questionando o papel da administração local, do município, neste contexto.*

*Analisada esta problemática, comum a várias outras cidades, foi lançado, por Barcelona, na pessoa da Dra. Pilar Figueras, representante desse Município, o desafio a vários municípios do mundo, para em conjunto partilharem esta análise, apresentarem as suas experiências neste campo e assumirem como projecto colectivo – a cidade que é em si e por si educadora. A acção próxima foi a participação no 1.º Congresso Internacional das Cidades Educadoras a ter lugar em Novembro desse ano e para tal a apresentação de boas práticas impulsionadoras de um trabalho em rede.*

*De Portugal, as cidades de Lisboa e Porto, aderiram a este proposta desafiante e a este projecto, lançado em Maio de 1990 e participaram no Congresso de Barcelona, de 26 a 30 Novembro, em todos os trabalhos organizados, apresentando oralmente experiências e assinando a Carta das Cidades Educadoras – Declaração de Barcelona, em 30 de Novembro, do ano supra referenciado.*

*Lisboa, para além da partilha interna, ao nível de serviços da autarquia e de escolas da rede pública de educação e ensino, contactou várias instituições da cidade, tendo enviado, para o 1.º Banco Internacional de Experiências Educativas, 16 experiências, das quais foi seleccionada, para apresentação presencial no citado Congresso, a de uma escola localizada num bairro “degradado” da cidade, com o tema “Uma Escola com Rosas num Bairro Degradado”. Este trabalho foi defendido por duas professoras da escola em causa.*

*O município do Porto, apresentou a experiência das “Ludotecas”, projecto da responsabilidade dessa edilidade. Na sequência da assinatura da Carta das Cidades Educadoras, Lisboa continuou, através do Pelouro e Departamento de Educação a procurar implementar este projecto ao nível dos serviços da Autarquia e da cidade visando a criação do Projecto Educativo de Cidade.*

4. Como tem sido a evolução da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, em relação ao número de adesões e o que é que essa evolução pode significar?

*A evolução da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras tem sido significativa, em termos de adesões à AICE, como em termos de dinamização e trabalho interno e envolvimento internacional. A evolução numérica, constata-se no processo crescente, no tempo, de novas adesões, sendo actualmente 37 o número de municípios aderentes.*

*Lisboa, desde 1990 participou em todos os Congressos Internacionais promovidos por municípios de países diferentes e a AICE, e continuou a enviar experiências educativas/educadoras para o Banco Internacional.*

*A adesão dos municípios portugueses começa a manifestar-se a partir de 1997, quando é criada a Rede Metropolitana de Lisboa dos Municípios Educadores e alguns municípios dessa Rede aderem ao movimento internacional. O convite para esta adesão é expresso por Lisboa, quando manifesta junto dos mesmos a intenção, que concretizou, de se candidatar à organização do VI Congresso Internacional das Cidades Educadoras, que teve lugar em Novembro de 2000, organização essa que contou com o apoio institucional de alguns desses municípios.*

*O congresso atrás referenciado, a participação de Lisboa como membro do Comité Executivo Internacional (desde 1998 a 2004, por ter ganho a candidatura e organizado esse Congresso e desde Abril de 2008 como representante da Rede Territorial Portuguesa), a responsabilidade que entendeu, e lhe cabe, de assumir, de informar e dinamizar os restantes municípios aderentes e não só, conforme os assuntos em presença, para o valor do trabalho com e para a Associação Internacional das Cidades Educadoras, foram factores impulsionadores do trabalho em rede e a concretização da Rede Territorial.*

*O modelo de coordenação da Rede Portuguesa dos Municípios Educadores que resultou da reunião organizada em Oliveira de Azeméis em 20 de Janeiro de 2005, modelo esse que criou uma Comissão de Coordenação constituída pelos representantes dos municípios do Barreiro, Grândola, Lisboa, Oliveira de Azeméis e Vila Real, deu um impulso, de realce, ao trabalho e crescimento da Rede Territorial Portuguesa.*

*Esta Comissão, elaborou e materializou um modelo de funcionamento com Regimento e Plano de Actividades aprovados em plenário de municípios, que concretiza uma coordenação de trabalhos necessária e uma metodologia que resultou na afirmação e valorização do trabalho em rede nacional e internacional (vejam-se as actas dos Encontros Nacionais, a participação em Congressos Nacionais e Internacionais, o Boletim da Rede e restante documentação).*

*É importante analisar os actuais Regulamentos de funcionamento da Comissão de Coordenação e Rede Territorial, bem como o Plano de Actividades e o processo de eleição de que resultou a actual Comissão de Coordenação (constituída agora por sete municípios), para se analisar a evolução havida, conseqüente do trabalho e experiência de muitos.*

*Para o crescimento da Rede Territorial tem contribuído o convite dirigido a vários municípios para participarem como observadores nos Encontros Nacionais e a divulgação junto dos mesmos de todos os eventos promovidos pela AICE, convidando -os à participação, bem como o envio do Boletim da Rede Territorial Portuguesa e documentação vária.*

*Com o natural crescimento da Rede em número de municípios aderentes, entendo que se exige uma reflexão sobre a metodologia de funcionamento e uma nova estratégia de trabalho que poderá passar pela criação de grupos de trabalho temáticos (segundo os Princípios da Carta das Cidades Educadoras e a sua aplicação na diversidade das experiências que caracterizam a realidade local) com debate sobre as análises havidas, a nível nacional e envolvendo também, num trabalho em rede, a participação de municípios de países lusófonos ou de outros da AICE..*

5 - Na sua opinião, o que é que os governos locais procuram quando solicitam a adesão à AICE?

*Os Governos Locais, quando solicitam a adesão à AICE, até porque, para tal assumiram previamente nas suas instâncias políticas locais os Princípios da Carta das Cidades Educadoras, procuram através dos planos estratégicos que definiram e querem desenvolver, a afirmação e partilha dos valores da democracia e participação cidadã, que defendem e que consideram dever incrementar, criando e desenvolvendo uma urbe educadora nos vários espaços e tempos da sua história, das suas estruturas, das suas gentes...*

*Procuram apoio para o fomento de um projecto de cidade, em que todos os seus agentes conscientemente assumam a importância educadora que têm, e a que a cidade em si contém. Procuram a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes e/ou utilizadores, envolvendo todos, pois a partilha de problemáticas e de experiências ajudará a encontrar melhores respostas que localmente serão aplicáveis e que globalmente são, também, sentidas. Hoje, cada vez mais, as questões globais exigem respostas globais que só a abertura ao diálogo, à interacção e a partilha solidária conseguem ultrapassar, ou resolver e daí a importância e mais valia do trabalho em rede. Igualmente consideram importante divulgar a sua cidade e as suas boas práticas, afirmações da identidade do seu povo, como refere a Carta das Cidades Educadoras.*

6. Identifique 3 pontos fortes e 3 pontos fracos que, na sua opinião, caracterizam o movimento das cidades educadoras

*Três Pontos Fortes:*

*A Carta das Cidades Educadoras – importante declaração de Princípios, a tomar como orientação, sobre um conceito actual “cidade educadora” aplicável a realidades tão díspares quão diferentes são as cidades que a partilham;*

*Ser um Movimento plural constituído e enriquecido por cidades de vários países dos cinco continentes, que incrementa o valor do trabalho das Redes Territoriais;*

*O entender a “Educação” numa visão ampla, como um processo que acontece ao longo da vida e que não é um exclusivo da escola e da família, mas enquadra vários outros agentes educadores, como a cidade em si e nela outros espaços e tempos não formais e informais. Realça-se a afirmação do papel e responsabilidade do governo local em todo este processo, não só como promotor de políticas e iniciativas, mas como dinamizador e “congregador” de intervenções, visando a participação e a qualidade de vida dos cidadãos.*

*Três Pontos Fracos:*

*A dificuldade de envolvimento permanente dos políticos eleitos no processo continuado que é este trabalho (devendo ser os Presidentes dos Municípios a assumi-lo, mas em grande parte das cidades, são delegadas estas funções em Vereadores que acumulam vários Pelouros):*

*A pouca formação, que é importante ser realizada, para os vários intervenientes na cidade, começando pelos governos locais. Já foram realizadas algumas acções de formação, mas urge incrementá-las ao nível das redes territoriais;*

*O, ainda, pouco definido apoio a cidades com carências várias e problemáticas particulares, de países como alguns de África.*

7. Da sua experiência, como perspectiva o futuro da AICE e a evolução do conceito de Cidade Educadora?

*O conceito de cidade educadora deve-se adaptar à evolução que as cidades vivem. No entanto, considero que é por si já actual e abrangente na análise das problemáticas que aborda, questiona e afirma.*

*Quando li o texto do Professor Joan Manuel del Pozo “El concepto de ciudad educadora, hoy” no livro “educación y vida urbana: 20 años de Ciudades Educadoras”, encontrei o conceito de Coesão social, como sendo o aspecto fundamental que inspira a Carta das Cidades Educadoras de hoje.*

*Considero que de facto a Cidade Educadora será cada vez mais uma proposta e um desafio do processo de coesão social, atendendo aos movimentos sociais, de várias” forças” que existem e estão a proliferar nas cidades e países.*

*Perspectivo o futuro da Associação Internacional das Cidades Educadoras, como um grande movimento de cidades que se afirmará ainda mais nas Organizações mundiais preocupadas com o poder da educação como resposta ao desenvolvimento das sociedades e com o poder local reforçado nas suas intervenções e competências, num maior número de países onde se colocam ainda em causa os valores da democracia, da solidariedade e cidadania.*

*Entendo assim um incremento desta Associação em cidades e países com problemas como os supra referidos, exigindo de todos os municípios aderentes um reforço no trabalho concreto de parceria e divulgação de experiências educadoras bem como debates temáticos, atentos às particularidades de cada realidade em acção.*

Respostas recebidas em 09/10/2009

## Anexo 8. Entrevista a Sancho Gomes, técnico superior da Divisão de Educação da Câmara Municipal de Évora

---

1. Na sua opinião, quais considera serem os principais desafios dos espaços urbanos e da gestão urbana na actualidade?

*Os generalismos são perigosos. Os desafios das grandes cidades não são os mesmos que se colocam às pequenas cidades (ou de média dimensão); as cidades do interior divergem das do litoral; as que têm grande actividade industrial, distinguem-se daquelas mais vocacionadas para o comércio e lazer; existem ainda as classificadas; e, radicalmente, há ainda diferenças entre aquelas cidades que são bem governadas, relativamente às demais.*

*Todavia, em meu entender, os maiores problemas que se colocam à generalidade das cidades tem a ver com a vivência da cidade, por parte dos seus habitantes. As cidades são cada vez menos construídas para as pessoas, com espaços públicos e de convívio cada vez mais limitados. A cidade perdeu a sua dimensão de comunidade, com repercussões a vários níveis. Ora, nesta cidade que cresce de costas voltadas para as pessoas, não há promoção da cidadania nem convite ou apelo à participação, o que, com efeito circular, empobrece ainda mais a cidade.*

2. Consegue precisar a forma como o Município teve conhecimento do movimento das Cidades Educadoras?

*Em 1999, na sequência dos contactos estabelecidos pelo Município de Lisboa no âmbito da preparação do VI Congresso Internacional das Cidades Educadoras, que iria decorrer nessa cidade, no ano seguinte.*

3. Quando é que o município aderiu à Associação Internacional das Cidades Educadoras?

*O processo de adesão iniciou-se em 2000.*

3. a) Qual a fundamentação utilizada para justificar a adesão, por exemplo, na informação de base à deliberação municipal que a formalizou?

*“As contínuas mudanças sociais e a emergência de novas dinâmicas do sistema educativo têm cada vez mais afirmado a Educação como uma responsabilidade comunitária global. Para além das competências municipais legisladas, a autarquia de Évora, em estreita parceria com as instituições educativas do concelho, tem desenvolvido um significativo trabalho ao nível da dinamização de projectos educativos que visam promover e facilitar o exercício da cidadania activa.”*

*In RPC, 2001*

3.b) E qual o serviço municipal ou pelouro responsável pela adesão?

*A então Divisão Sócio-Educativa.*

4. Considera que os pressupostos da Carta das Cidades Educadoras são considerados nos projectos desenvolvidos pelo município? Exemplifique, identificando os projectos ou actividades em que tal aconteça.

*A Carta de Princípios das Cidades Educadoras reúne um conjunto de conceitos e de princípios generalistas, dentro da melhor tradição humanista, enquadrados por documentos universais, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Declaração Mundial da Educação para Todos, a Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância ou a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural. A filosofia transversal, insere-se ainda nas mais recentes correntes educativas, filosóficas e sociológicas.*

*Posto isto, é natural que os projectos desenvolvidos pelo município também vão beber às mesmas fontes, reflectindo as orientações emanadas pelos documentos citados, ainda que não sejam transcritos/considerados literalmente os pressupostos da Carta de Princípios.*

*Ou seja, alguns projectos estão já enquadrados por este documento, como por exemplo o Évora AMIGA (Educação ambiental), A Fada Palavrinha e o Gigante das Bibliotecas (Promoção da leitura), o PES - Projecto de Educação Ambiental, o Okup@.te – Programa Intergeracional para o Voluntariado; ou, ainda, os recursos Loja dos Sonhos (autocarro multimédia), o Núcleo Museológico do Alto de São Bento ou o MuTIC – Unidade de Apoio Tecnológico.*

*Tenta-se, ainda, que toda a intervenção socioeducativa seja orientada pela Carta de Princípios. Muitos outros são, contudo, desenvolvidos sem uma efectiva relação com a Carta, ainda que os seus princípios sejam observados. Isto é, as possibilidades educadoras são potencializadas, sem que haja, contudo, essa intencionalidade educadora, referida na Carta.*

*É objectivo do Município de Évora continuar a divulgar interna e externamente a Carta de Princípios, de modo a rentabilizar todas as suas potencialidades na definição de uma estratégia de desenvolvimento local.*

Respostas recebidas em 02/09/2009

## Anexo 9. Entrevista a Amadeu Albergaria, Vereador dos Pelouros da Cultura, Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

---

1. Na sua opinião, quais considera serem os principais desafios dos espaços urbanos e da gestão urbana na actualidade?

*Os principais desafios centram-se na conciliação da valorização dos espaços públicos com a valorização do património cultural em prol de políticas que promovam o civismo e bem-estar da população através de um desenvolvimento local auto-sustentado.*

*Todas as iniciativas devem ter como princípio a valorização da identidade cultural que caracteriza a região e promover o sentido de pertença da população.*

*Todos estes desafios estão assentes no pilar da educação através da promoção de diversos projectos e programas sócio-educativos dirigidos às mais diversas faixas etárias que produzem resultados a curto, médio e longo prazo consoante a estratégia adoptada.*

*A própria Carta Educativa prevê uma (re)ordenação e (re)actualização das infra-estruturas e equipamentos educativos conducentes com o espaço urbano e a respectiva gestão urbana na actualidade.*

2. Conseguir precisar a forma como o Município teve conhecimento do movimento das Cidades Educadoras?

*O município teve conhecimento do movimento das Cidades Educadoras através de pesquisas realizadas na Internet e do contacto com municípios associados à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras.*

3. Quando é que o município aderiu à Associação Internacional das Cidades Educadoras?

2002

3. a) Qual a fundamentação utilizada para justificar a adesão, por exemplo, na informação de base à deliberação municipal que a formalizou?

*Retirado da acta da reunião ordinária de 25/02/2002:*

*“A cidade será educadora quando reconheça, exerça e desenvolva, para além das suas funções tradicionais (económica, social e de prestação de serviços), uma função educadora, isto é, quando assuma uma intencionalidade e responsabilidade, cujo objectivo seja a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, a começar pelas crianças e jovens.” In “Carta das Cidades Educadoras, Declaração de Barcelona, 1990”*

*Considerando os inúmeros projectos sócio-educativos levados a cabo no município de Santa Maria da Feira, envolvendo uma grande fatia da população;*

*Considerando o número considerável de instituições que, de forma formal e/ou não-formal, privilegiam a educação como vector importante da sua actividade;*

*Considerando que foi, é e será prioridade desta Câmara a aposta na educação e formação dos seus cidadãos, para que estes sejam capazes de exprimir, afirmar e desenvolver o seu potencial humano;*

*Considerando que os princípios básicos que devem formar o perfil educativo da cidade e concelho, os quais foram definidos no Primeiro Congresso das Cidades Educadoras que teve lugar em Barcelona em Novembro de*

*1990, são apostas pelas quais Santa Maria da Feira defende e continuará a pugnar para que estes sejam realidade;*

*Considerando o prestígio que é pertencer à mesma organização de grandes cidades dos cinco continentes do mundo;*

*Considerando a importância de podermos trocar experiências pedagógicas com outras cidades do mundo, através do acesso aos congressos internacionais, base de dados da internet e boletins informativos, entre outros meios.*

3.b) E qual o serviço municipal ou pelouro responsável pela adesão?

*Pelouro da Educação*

4. Considera que os pressupostos da Carta das Cidades Educadoras são considerados nos projectos desenvolvidos pelo município? Exemplifique, identificando os projectos ou actividades em que tal aconteça.

*Sim.*

*Exemplifico alguns programas e projectos assentes nos vários princípios da Carta Educativa:*

*Princípio 1.*

*“Todos os habitantes de uma cidade terão o direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e entretenimento que a cidade oferece. Para que isso seja possível, devem ter-se em conta todas as categorias, cada uma delas com as suas necessidades particulares.”*

*Boa prática do Município: Rede de Oferta Formativa*

*Princípio 2.*

*“Os municípios exercerão com eficácia as competências que lhes são atribuídas em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance dessas competências, eles deverão desenvolver uma política educativa exaustiva de índole global, com o fim de incluir todas as modalidades de educação formal e não formal, as diversas manifestações culturais, as fontes de informação e os meios de descoberta da realidade que existam na cidade.”*

*Boa Prática do Município: Escola a Tempo Inteiro*

*Princípio 3.*

*“A cidade deverá encarar as oportunidades de formação de modo global. O exercício das competências em matéria educativa será levado a cabo dentro de um contexto mais amplo de qualidade de vida, de justiça social e de promoção dos seus habitantes.”*

*Boa Prática do Município: Acção Social Escolar; Programa de Fornecimento de Refeições e Lanches; Programa de Apoio à Família.*

*Princípio 4.*

*“Para que a sua acção seja adequada, os responsáveis pela política municipal da cidade devem ter conhecimento exacto da situação e das necessidades dos seus habitantes. Para este efeito promoverão a realização de estudos, que manterão actualizados e farão públicos, e formularão propostas concretas e de política geral que deles resultem.”*

*Projecto do Município que respeita este princípio: Observatório da Educação e Inovação*

*Princípio 5.*



“No quadro das suas competências, o município deve conhecer – encorajando a inovação – o desenvolvimento da acção formativa que se realiza nos centros de ensino estruturado da sua cidade, sejam estes de âmbito local, nacional, público ou privado. De ainda conhecer e promover iniciativas de educação não formal, nos aspectos do seu curriculum e objectivos que se refiram ao conhecimento real da cidade e à formação e informação dos seus habitantes – para uma cidadania responsável.”

Projecto do Município que respeita este princípio: Assembleia de Crianças

Princípio 6.

“O município avaliará o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou outras, e das realidades que as crianças e os jovens recebam sem mediação alguma; nestes casos o Município deverá, sem dirigismos, tentar empreender acções que dêem lugar a uma justificação ou interpretação razoáveis. Deverá também procurar estabelecer um equilíbrio entre a necessidade de protecção e a autonomia necessárias para e descoberta. Proporcionará, assim, fóruns de debate incluindo o intercâmbio entre as cidades, para que os seus habitantes possam utilizar plenamente as mudanças entre as cidades, para que os seus habitantes possam utilizar plenamente as mudanças geradas pelo mundo urbano.”

Projecto do Município que respeita este princípio Jornadas da Educação; Ciclo de Conferências

Princípio 7.

“A satisfação das necessidades das crianças e dos jovens, no âmbito das competências do município, pressupõe uma oferta de espaços, equipamentos e serviços adequados ao desenvolvimento social, moral e cultural, a serem partilhados com outras gerações. O município, no processo de tomada de decisões, deverá ter em conta o impacto das mesmas.”

Projecto do Município que respeita este princípio: Centro de Recursos Educativos Municipal

Princípio 8.

“A cidade oferecerá aos pais uma formação que lhes permita ajudar os seus filhos a crescer e utilizar a cidade num espírito de respeito mútuo. Neste sentido, deverá promover projectos destinados aos educadores em geral e divulgará as instruções necessárias a todas as pessoas em contacto com as crianças – quer se trate de particulares, funcionários ou empregados dos serviços públicos. O município também assegurará que estas instruções sejam assumidas pelos organismos de segurança e de protecção civil que de si dependam directamente.”

Projecto do Município que respeita este princípio: Programa Escola da Família; Programa Sábados para a Família

Princípio 9.

“A cidade deverá oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocupar um lugar na sociedade; aconselhável sobre a sua orientação pessoal e profissional e facultar a sua participação numa ampla gama de actividades sociais. No âmbito específico da relação educação/trabalho é importante assinalar a estreita relação que deverá existir entre a planificação educativa e as necessidades do mercado de trabalho. As cidades definirão estratégias de formação que tenham em conta a procura social e colaboração com as organizações de trabalhadores e empresários na criação de postos de trabalho.”

Projecto do Município que respeita este princípio: Educação, Negócios e Emprego (ENEfeiras).

Princípio 10.

“A cidade deverá conhecer os mecanismos de exclusão e marginalização que as afectam e as formas de que se revestem, assim como desenvolver as intervenções compensatórias adequadas. Deverá prestar uma atenção especial aos indivíduos recém-chegados, emigrados ou refugiados, têm direito a sentir com liberdade que aquela cidade é sua.”

Projecto do Município que respeita este princípio: Instável Orquestra

*Princípio 11.*

*“As intervenções destinadas a corrigir as desigualdades podem assumir múltiplas formas mas deverão partir de uma visão global do indivíduo, de uma concepção global que satisfaça os seus interesses, assim como do conjunto de direitos comuns a todos. Qualquer intervenção significativa pressupõe a garantia, através de uma responsabilidade específica, da coordenação entre as Administrações implicadas e os respectivos serviços.”*

*Projecto do Município que respeita este princípio: Universidade Júnior*

*Princípio 12.*

*“A cidade incentivará o associativismo com o fim de formar os jovens para a tomada de decisões, canalizar actuações ao serviço da sua comunidade e obter e difundir informação – materiais e ideias para promover o seu desenvolvimento social, moral e cultural.”*

*Projectos do Município que respeita este princípio: Assembleia de crianças e Voltar à Terra*

*Princípio 13.*

*“A cidade educadora deverá ensinar os seus habitantes a informar-se, formar na informação. Estabelecerá instrumentos úteis e linguagem adequadas para que os seus recursos estejam ao alcance de todos num plano de igualdade. Certificar-se-à que a informação abranja os habitantes de todos os níveis e idades.”*

*Projectos do Município que respeita este princípio: Educação, Negócios e Emprego; Rede de Oferta Formativa*

*Princípio 14.*

*“Se as circunstâncias o exigirem, as crianças disporão de locais de informação e de auxílio, especializados e, se necessário, de um conselheiro.”*

*Projecto do Município que respeita este princípio: Gabinete de Intervenção Psicopedagógica*

*Princípio 15.*

*“Uma cidade educadora deverá saber encontrar, preservar e divulgar a sua própria identidade. Deste modo, estará a fazer algo único que servirá de base a um diálogo fértil com os seus habitantes e com outras cidades. A valorização dos seus costumes e das suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais. Poderá assim oferecer uma imagem atractiva sem desvirtuar o seu ambiente natural e social.”*

*Projectos do Município que respeita este princípio: Rede Internacional de Cidades Educadoras; Intercâmbio Multinacional Europeu para Juventude.*

*Princípio 16.*

*“A transformação e o crescimento de uma cidade deverão ser regidos pela harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construção e símbolos que constituem claras referências do seu passado e da sua existência. O planeamento urbano deverá ter em conta o impacto deste no desenvolvimento de todos os indivíduos, a integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra a segregação de gerações, as quais têm muito a aprender mutuamente. O ordenamento do espaço físico urbano deverá realçar o reconhecimento das necessidades de recreio e de lazer e propiciar a abertura a outras cidades e à natureza, tendo em conta a interacção entre elas e o resto do território.”*

*Projectos do Município que respeita este princípio: Voltar à Terra; Programa ABC do Concelho*

*Princípio 17.*

*“A cidade deverá garantir a qualidade de vida a partir de um meio ambiente saudável e de uma paisagem urbana em equilíbrio com o seu meio natural.”*

*Projecto do Município que respeita este princípio: Voltar à Terra; Programa com Peso e Medida; Programa de Saúde Escolar.*

*Princípio 18.*

*“A cidade favorecerá a liberdade e a diversidade cultural. Acolherá tanto as iniciativas de vanguarda como a cultura popular. Contribuirá para corrigir as desigualdades que surjam na promoção cultural, resultantes de critérios exclusivamente comerciais.”*

*Projecto do Município que respeita este princípio: Voltar à Terra*

*Princípio 19.*

*“Todos os habitantes da cidade têm o direito de reflectir e participar na criação de programas educativos, e a dispor dos instrumentos necessários que lhes permitam descobrir um projecto educativo, na estrutura e na gestão da sua cidade, nos valores que esta fomenta, na qualidade de vida que oferece, nas festas que organiza, nas campanhas que prepara, no interesse que manifeste por eles e na forma de os escutar.”*

*Projecto do Município que respeita este princípio: Programa de Apoio a Projectos Educativos.*

*Princípio 20.*

*“Uma cidade educadora não segregará as gerações. Os princípios enunciados são o ponto de partida para o desenvolvimento do potencial educativo da cidade em todos os seus habitantes.”*

*Projecto do Município que respeita este princípio: Os Idosos Revisitam a Infância*

Respostas recebidas em 11/08/2009

## Anexo 10. Entrevista a Manuela Pinheiro, Vereadora dos Pelouros da Educação, Bibliotecas e Museus da Câmara Municipal de Torres Novas

---

1. Na sua opinião, quais considera serem os principais desafios dos espaços urbanos e da gestão urbana na actualidade?

*A fragmentação social, a desertificação dos centros históricos, o tráfego e o ambiente urbano, a conservação e divulgação do património cultural (material e imaterial) das cidades, as dificuldades de mobilização da população para actividades, experiências ou encontros que vão para além das ofertas dos centros comerciais ou superem o excessivo isolamento em que as pessoas vivem, e o desenvolvimento de ferramentas eficazes na promoção da participação dos cidadãos para questões e decisões que lhes dizem respeito.*

2. Consegue precisar a forma como o Município teve conhecimento do movimento das Cidades Educadoras?

*Num primeiro momento através do contacto com um professor universitário que, numa conferência organizada pelo município, sugeriu uma análise ao trabalho da AICE, e posteriormente através de um boletim informativo (n.º 0) da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras que foi enviado para os serviços municipais.*

3. Quando é que o município aderiu à Associação Internacional das Cidades Educadoras?

*Ainda durante o ano de 2005 foi dado início ao processo administrativo que conduziu o assunto ao executivo municipal, que subscreveria a Carta das Cidades Educadoras e aprovava a adesão à AICE, em reunião do dia 31-01-2006, com uma votação favorável por unanimidade. Esta adesão foi ratificada na Assembleia-geral de Lyon, em 14 de Setembro de 2006, no decorrer dos trabalhos do IX Congresso Internacional.*

3. a) Qual a fundamentação utilizada para justificar a adesão, por exemplo, na informação de base à deliberação municipal que a formalizou?

*Da informação dos serviços:*

*“Genericamente, podemos afirmar que a acção do Município de Torres Novas procura, no quadro das atribuições e competências dos seus órgãos, obter o que é definido como Cidade Educadora. Neste sentido, pensamos ser de todo relevante a adesão a um movimento que se orienta por princípios tão consensuais como os apresentados, não só por uma questão da necessidade de presença do município numa rede global num momento em que é extremamente importante obter relevância internacional decorrente do processo globalizador, mas também porque esta adesão permite a inserção num banco internacional de experiências e actividades de cidades e municípios, que se podem revelar úteis e enriquecedoras para a acção do Município de Torres Novas no que respeita ao sistema educativo e a toda a sua envolvente.”*

3.b) E qual o serviço municipal ou pelouro responsável pela adesão?

*Divisão de Educação*

4. Considera que os pressupostos da Carta das Cidades Educadoras são considerados nos projectos desenvolvidos pelo município? Exemplifique, identificando os projectos ou actividades em que tal aconteça.

*Sim, genericamente os princípios da Carta das Cidades Educadoras são tidos em consideração na definição e implementação das medidas, ainda que esta consideração não possa ser generalizada a todos os serviços municipais. Na área da cultura, incluindo educação, bibliotecas e património, procura-se adoptar os pressupostos de informação, participação e avaliação, para todas as medidas adoptadas, sempre com uma intencionalidade de promover novas aprendizagens para os munícipes, enriquecendo socialmente e culturalmente todos os grupos*

populacionais. Contudo, o trabalho de sensibilização e divulgação do conceito de Torres Novas – Município Educador pelos restantes serviços, mesmo que iniciado ao nível de alguns projectos pontuais, está por fazer.

No que respeita à área cultural, enquadrados nos princípios da Carta das Cidades Educadoras, que reflectem a influência da participação do município na AICE e confirmam a intencionalidade depositada neste movimento das cidades educadoras, podemos exemplificar com a apresentação sumária de quatro iniciativas:

#### *Projecto ESCOLA+*

As actividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo foram incluídas num projecto global designado por ESCOLA+, com objectivos que ultrapassam as dimensões definidas no despacho ministerial que regulamenta o programa e procuram contribuir para a missão educadora do município. Para o efeito, à excepção do ensino da música leccionado nas escolas, as actividades estão centralizadas em dois equipamentos desportivos de Torres Novas. Acompanhados por monitores, todos os alunos são deslocados duas vezes por semana, uma ao Palácio dos Desportos e outra às Piscinas Municipais. O projecto procura oferecer condições de igualdade entre a população escolar, combater o isolamento, criar rotinas de deslocação e hábitos de partilha de espaços públicos e promover a adaptação do horário dos estabelecimentos às necessidades das famílias.

#### *Projecto Educativo Municipal*

Torres Novas encetou o processo de construção do seu Projecto Educativo Municipal (PEM), que vigora entre 2007 e 2010. Orientado segundo o conceito já implementado em França e Espanha, o PEM é uma ferramenta que permite, em colaboração com os diferentes actores e cidadãos que nele queiram participar, definir princípios, metodologias e prioridades para a intervenção educadora do município. Com o PEM, procura-se uma actuação em respeito pela Carta das Cidades Educadoras, consonante com alguns dos seus princípios. Qualificar a acção educadora do município, cooperar com os projectos educativos das escolas, coordenar os espaços, intervenções e recursos municipais, favorecer dinâmicas geradoras do sentido de pertença ou reforçar as competências sociais e participativas dos cidadãos, são os principais objectivos.

#### *Feira do Ambiente e de Educação Ambiental*

A Carta das Cidades Educadoras refere que a cidade deve promover activamente a participação de todos os seus habitantes nas boas práticas de desenvolvimento sustentável, o que é procurado com a realização da Feira do Ambiente e de Educação Ambiental de Torres Novas, já com duas edições (2007 e 2009). Durante o evento o Ambiente está em foco na cidade, com diversas actividades e abordagens às problemáticas ambientais. Com o principal objectivo de fomentar o desígnio do desenvolvimento sustentável junto da população, a Feira do Ambiente resulta da parceria entre a Câmara Municipal de Torres Novas, o Serviço de Protecção da Natureza da GNR e o Centro de Bem-Estar Social da Zona Alta (uma IPSS da cidade). Mas conta também com a presença e colaboração das mais variadas entidades a actuar na área do ambiente em Portugal, ONG's, associações, organismos públicos e empresas, para além dos estabelecimentos de ensino do concelho.

#### *Serviços Educativos em equipamentos culturais*

Se à escola cabe a função educativa central, ao espaço público da escola correspondem múltiplas possibilidades educadoras, que devem ser mobilizadas em favor do desenvolvimento dos cidadãos e da construção de uma cidadania plena e activa. Percepcionando a crescente importância atribuída ao papel educador dos vários equipamentos da cidade, Torres Novas encetou uma estratégia de desenvolvimento de serviços educativos nos seus equipamentos culturais, nomeadamente nas Bibliotecas Municipais, no Museu Municipal Carlos Reis e no Teatro Virgínia, que se reflecte no desenvolvimento de actividades em estreita relação com o património cultural, natural ou edificado do concelho. Os serviços educativos promovem, em coordenação com as escolas, um vasto programa de actividades, oficinas, ateliers de expressões, leituras encenadas ou jogos educativos, que valorizam a história, o território, a cultura e os autores locais, mas também as diferentes manifestações artísticas da música, dança ou teatro.

Respostas recebidas em 02/08/2009

